



JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS

~~TERO~~ EU NÃO GOSTAM DO HELICÓPTERO
TERO PORQUE ELE ATIRA BOMBA E AS
PESSOAS MORRE?
MINHA CASA ISSO É ERRO



- VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS
- JUVENICÍDIO E NECROPOLÍTICA
- LETALIDADE INFANTO-JUVENIL NO BRASIL



TODOS PELO NOVO FUNDEB

SIGA NOSSA LUTA



/UBESOFICIAL
/UNEOFICIAL
/ANPGOFICIAL



Campanha NACIONAL
DE DIREITO à
EDUCAÇÃO



Juventude.Br
ISSN 1809-9564

Publicação de divulgação científica do Centro de Estudos e
Memória da Juventude - CEMJ

18ª Edição - Ano 14 - junho de 2019 - 72 páginas

EDITOR
Nilson Weisheimer

EDITOR ASSISTENTE
Euzébio Jorge Silveira de Sousa

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Luana Meneguelli Bonone

CAPA E DIAGRAMAÇÃO
Andrey Leitão

COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO
Marcos Paulo Silva de Jesus

TIRAGEM
10 mil exemplares

VERSÃO ON LINE IN:
www.cemj.org.br

COMISSÃO EDITORIAL
Euzébio Jorge Silveira de Sousa, Brenda Espindola, Elisangela Lizardo, Luana Bonone, Nilson Weisheimer, Thiago Custódio, Pedro Luiz Teixeira de Camargo

CONSELHO EDITORIAL
André Tokarski, Elisangela Lizardo, Euzébio Jorge Silveira de Sousa, Fábio Palácio, Luana Bonone, Lucas Coradini, Mary Garcia Castro, Nilson Weisheimer.

CONSELHO DIRETOR DO CEMJ
André Tokarski, Carlos Eduardo Siqueira Pinheiro, Elizangela Lizardo, Roberto Daniel Cardoso Landim, Renata Czekay, Aline de Souza Lima, Anderson Bahia, Maria das Neves, Flávia Calé, Monique Lemos, Ismael Almeida Chaves, Euzébio Jorge Silveira de Sousa, Larissa Miho Nishijima, Roberta Soeiro M. Souza, Marcelo Marigliani Arias, Manuela Braga, Bruna Martins, Bruno Baronetti, Beatriz Araújo Lopes Durval, Pátrique Xavier de Lima, Victor Henrique Grampa, Ivan Andrade Paixão.

DIRETORIA EXECUTIVA DO CEMJ

Presidente
Euzébio Jorge Silveira de Sousa

Diretora de Planejamento e Patrimônio
Larissa Miho Nishijima

Secretária Geral
Fernanda Suellem Nascimento da Silva

Diretora de Políticas Públicas
Maria Cecília Martinez

Diretor de Estudos e Pesquisa
Nilson Weisheimer

Diretora de Memória
Aline de Souza Lima

Diretor de Cultura
Bruno Sanches Baronetti

Diretor de Comunicação
Marcelo Marigliani Arias

Diretor de Atividades Educativas e Esportivas
Carlos Eduardo Siqueira Pinheiro

A revista Juventude.Br aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério da editoria e do Conselho Consultivo do CEMJ, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica em compromisso da revista ou do CEMJ com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores.



CONTEÚDO

JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO DE ATAQUES A DEMOCRACIA (Nilson Weisheimer; Michel Fernandes da Rosa; Antonio Mateus Soares)

LETALIDADE INFANTO-JUVENIL NO BRASIL: violências, dados e conceitos de enfrentamento na América Latina (Márcia Esteves de Calazans)

JUVENTUDES, VIOLÊNCIA NA ESCOLA E DIREITOS HUMANOS (Antônio Mateus Soares)

JOVENS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO E TRÁFICO DE DROGAS EM SALVADOR-BA (Claudenice Teixeira C. Mayo)

JOVENS NEGROS E NECROPOLÍTICA: a chacina do cabula em Salvador - BA na mídia (Taiane Almeida Santos)

ESPORTE COMO MÉTODO NA FORMAÇÃO CIDADÃ DE JOVENS (Jaderson Silva Barbosa)

JUVENTUDE DO ARAGUAIA E AS MEMÓRIAS DA GUERRILHA: marcas do tempo na geração 68 (César Alessandro Sagrillo)

O 55º CONGRESSO DA UNE: a análise do discurso e das imagens (Thiago Modenesi)

JUVENTUDE NEGRA, EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A ATUAÇÃO DO COLETIVO DANDARAS NA UFSB (Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo)

JUVENTUDE E DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO DE ATAQUES A DEMOCRACIA

Nilson Weisheimer¹
Michel Fernandes da Rosa²
Antonio Mateus Soares³

A **Revista Juventude.br** chega à sua 18ª edição em um momento de graves ameaças à democracia brasileira, aos direitos humanos, às garantias constitucionais e aos padrões civilizacionais construído pelo povo trabalhador e a juventude do Brasil. O governo Bolsonaro faz ataques sistemáticos às instituições que representam o Estado democrático de direito. Como podemos considerar que as instituições democráticas estejam funcionando normalmente se elas estão sob constante ataque do Presidente da República? Bolsonaro e seu clã ameaçam a Nação com rupturas institucionais. Bradam violência com o respaldo de setores reacionários e pró-imperialistas, contam com a adesão de setores das forças de repressão e controle no judiciário, no exército, e nas Polícias, ao que se somam as milícias e mercenários religiosos. Cumprem com o propósito do desmonte do Estado Nacional e dos direitos sociais, da entrega de patrimônio público e de submissão completa ao mercado financeiro e ao imperialismo norte-americano.

Entre as muitas contradições do momento atual temos a emergência de discursos de ódio, de práticas de intolerância e da desinformação sendo promovidas contra a atuação dos movimentos em defesa de direitos das populações mais pobres, nos espaços periféricos das grandes cidades, nos confins rurais desse enorme país se verificam ataques aos direitos humanos no Brasil.

Conforme o anuário de segurança pública de 2019 houve uma redução de 10,8% das mortes violentas intencionais em 2018 na comparação com 2017. Porém se observa um crescimento de 19,6% das mortes decorrentes de intervenções policiais no Brasil. O que resultou em 6.220 mortos pela polícia, que representa 17 assassinatos por dia e que 11 de cada 100 mortes violentas intencionais são praticadas pelas polícias. As vítimas da violência letal do Estado são 99,3% homens, 77,9% são jovens com idades entre 15 a 29 anos, e 75,4% são negros. Igualmente se observa um aumento dos casos de feminicídio (assassinato de mulheres por serem mulheres) no país no período de 2017 a 2019. Ainda segundo essa fonte, o feminicídio aumentou em 4% em 2018 na comparação com 2017 (foram 1.206 casos no ano passado, ante 1.151 em 2017), e a violência sexual (da qual 81,8% das vítimas são do sexo feminino) cresceu 4,1%. Outro dado alarmante aponta que quatro meninas de até 13 anos são estupradas por hora no país. Por sua vez, o Atlas da Violência 2019⁵ informa que em 2017, 35.783 jovens foram assassinados no Brasil. Isso equivale uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens no país, taxa recorde nos últimos dez anos. Registra-se que os homicídios foram a principal causa de morte dos jovens brasileiros: com 51,8% dos óbitos de jovens adolescentes de 15 a 19 anos; de 49,4% para os jovens de 20 a 24; e de 38,6% das mortes de jovens adultos de 25 a 29 anos. Conforme os autores “esse recorde nos índices da juventude perdida se dá exatamente no momento em que o país passa pela maior transição demográfica de sua história, rumo ao envelhecimento, o que

impõe maior gravidade ao fenômeno” (Atlas da Violência, 2019, p.25) Essa política de assassinato em massa de jovens em seu conjunto sistemático de práticas de violência contra os jovens, desde a precarização de suas condições de vida, a destruição de seus projetos e representações sobre o futuro, sua criminalização e extermínio físico praticados por aparatos de repressão estatal que caracterizam o juvenicídio. (ARCE, 2019)

Como forma de enfrentamento e resistência, a Revista Juventude.br apresenta nessa edição um dossiê temático sobre Juventude e Direitos Humanos reunindo artigos resultados de pesquisas empíricas que podem contribuir para revelar como se manifesta entre os jovens brasileiros a violação dos direitos humanos, assim como trazer pistas à reflexão sobre as iniciativas e mobilizações por sua efetivação.

Entendendo a luta e efetivação dos direitos dos jovens nesse contexto interessa-nos fazer emergir os processos sociais e suas tradições assim como as gramáticas e linguagens que podem e são mobilizadas, independentemente da adoção da nomenclatura ou de categorias jurídicas consagradas de direitos humanos, para abordar temas pertinentes à dignidade humana e às condições para o acesso aos direitos fundamentais a partir da condição juvenil e da perspectiva das e dos jovens. Assim parece-nos importante para enfrentar tal problemática investigar e identificar quem é historicamente esse sujeito de direitos humanos.

A concepção individualista do ocidente acerca dos direitos humanos tem uma forte ligação com a filosofia iluminista do século XVIII e suas decorrentes revoluções que levaram à

1 Doutor em Sociologia (UFRGS). Professor Associado I Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: cultura, desigualdade e desenvolvimento (PPGCS/UFRB) Líder dos Grupos de Pesquisa: Núcleo de Pesquisa em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural - (NEAF/UFRB); e do Observatório Social da Juventude (OSJ/UFRB); Diretor de Pesquisas do Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ).

2 Doutor e Mestre em Sociologia pela Universidade de Coimbra, graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, especialista em Direito Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor Adjunto na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). E-mail: michelfr80@gmail.com

3 Doutor em Ciências Sociais (UFBA) S. Professor e Pesquisador da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Coordenador do Colegiado de Licenciatura em Ciências Sociais; Pesquisador do Observatório Social da Juventude da UFRB; Membro do Laboratório de Ensino em Ciências Sociais - LABECS/UFRB. E-mail: antoniomateuscscs@ufrb.edu.br

4 <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/Anuario-2019-v6-infogr%C3%A1fico-atualizado.pdf>

5 http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432

Idade Moderna (Torraine, 1992; Panikkar, 2004; Moyn, 2010; Santos, 2014). É a partir desse período revolucionário que se estabelece uma base sobre a qual todos os debates sobre direitos e garantias fundamentais assenta.

Se, por um lado, o Estado Nacional Moderno assume o monopólio da produção jurídica (Bobbio, 1995), o direito moderno com estatuto de ciência (Kelsen, 1987) assume o papel de estabelecer limitações ao poder estatal. Essas limitações, chamadas de garantias individuais, e inspiradas na filosofia revolucionária Iluminista tratavam de um tipo de indivíduo: homem e proprietário. O direito moderno, portanto, surge nesse contexto para oferecer ao indivíduo (masculino) a liberdade de ser proprietário.

A expressão direitos do homem surge pela primeira vez na obra de Rousseau *O Contrato Social* (1999). Rousseau, Locke e Montesquieu foram autores que defenderam ideais liberais centrados no individualismo e que deram suporte ideológico às revoluções burguesas, em especial à Revolução Francesa.

O individualismo é marca dos movimentos ideológicos que originaram a Revolução Burguesa e as declarações de direitos humanos, e é dessa lógica que acaba por surgir a concepção da liberdade de ação de Locke. Como consequência disso, esse sujeito livre para agir deve ter o direito à proteção dos frutos da sua ação, do seu trabalho e, por isso, é lógico o estabelecimento da propriedade privada para que cada um possa fazer o que bem entender daquilo que é seu, bem como para que possa colher os frutos do seu trabalho individualmente. (Rosa, 2013)

A lei, por sua vez, já não deve preocupar-se abstratamente com o bem comum, mas com a liberdade de ação. Eis o fundamento da burguesia revolucionária verificado na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, bem como no estabelecimento dos chamados direitos fundamentais de primeira geração.

No que diz respeito ao direito, especialmente ao tema dos direitos humanos, este é muito facilmente incorporado pelo capitalismo global hegemônico. Não é surpreendente tal fato, pois eles surgem juntamente com esse projeto de hegemonia liberal burguesa, de modo que, a partir do século XIX a noção genérica de direitos e garantias individuais representa parte fundamental do ideário liberal.

Portanto, a tradição liberal indica que o sujeito das primeiras declarações de direitos humanos (ainda que não utilizassem tal nomenclatura) tem duas características fundamentais: é homem e proprietário.

Conforme Quijano e Wallerstein (1992), a colonização da América é também ato constitutivo do sistema capitalista mundial, o qual

se estrutura a partir das relações políticas, econômicas e comerciais coloniais que inauguram tanto uma divisão internacional do trabalho quanto uma divisão internacional dos recursos naturais, a partir da relação entre colônia e metrópole, assumindo uma lógica centro-periferia. Para Quijano (1991), a modernidade, o capitalismo e a América Latina nascem no mesmo dia.

Aníbal Quijano aponta para a construção de um espaço/tempo de um padrão de poder constituído a partir da ideia de raça que estabeleceu um lugar de superioridade para os conquistadores europeus e de inferioridade para os colonizados, isto é, negros, indígenas e mestiços. Disso decorre um padrão histórico de relações sociais que refletem a dominação fundada no critério raça como instrumento de classificação hierárquica (Quijano, 2005). A cultura dos povos conquistados, por consequência está em um patamar inferior à cultura dos conquistadores (Maldonado-Torres, 2007).

Arturo Escobar (2007) se propõe contribuir com a construção de um marco de referência para a crítica cultural da economia como uma estrutura fundacional da modernidade. Ao analisar o discurso do desenvolvimento a partir do período pós-guerra, o autor indica que tal discurso produzido em condições desiguais de poder constrói o Terceiro Mundo como forma de exercer o poder sobre ele.

A partir do estabelecimento do padrão de desenvolvimento ocidental como a norma, ao fim da Segunda Guerra Mundial, toda a vida, cultura, política, agricultura e comércio das sociedades fora da norma passam a estar subordinadas a esta nova estratégia. Apenas certas formas de conhecimento foram consideradas apropriadas para os programas de desenvolvimento: o conhecimento dos peritos treinados na tradição ocidental e capitalista em oposição ao oriente socialista (URSS). Isso afeta a concepção das ciências e da tecnologia que assumem o papel de fonte e de direção e de sentido do desenvolvimento.

Os processos de modernização como a industrialização e a urbanização refletiram-se na verdade em uma forma de controle e subalternização do Terceiro Mundo e uma forma de expansão do modelo de sociedade capitalista liberal colonial. Vendeu-se a ideia de que o único caminho possível seria esse e que para tanto havia de se abandonar as formas arcaicas de organização social, bem como as culturas e cosmovisões fora da norma moderna. Essa é a perspectiva que se hegemoniza a partir do modo de civilização ocidental e que fundamenta a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas de 1948. Assim, identifica-se no sujeito histórico desses direitos as seguintes características: homem, heterossexual, branco, de

tradição religiosa judaico-cristã e proprietário.

Ora, enquanto discurso de emancipação, os direitos humanos foram historicamente concebidos para vigorar apenas do lado de cá da linha abissal, nas sociedades metropolitanas. Tenho vindo a defender que esta linha abissal, que produz exclusões radicais, longe de ter sido eliminada com o fim do colonialismo histórico, continua sob outras formas (neocolonialismo, racismo, xenofobia, permanente estado de exceção na relação com alegados terroristas, trabalhadores imigrantes indocumentados, candidatos a asilo ou mesmo cidadãos comuns vítimas de políticas de austeridade ditadas pelo capital financeiro). O direito internacional e as doutrinas convencionais dos direitos humanos têm sido usados como garantias dessa continuidade. (Santos, 2014; p.17)

O desafio quando se trata de elaboração de políticas públicas, debates acadêmicos, pesquisas científicas ou ativismo político no que tange aos direitos humanos e a sua efetivação é, portanto, a ampliação do horizonte de sujeitos alcançados pelo direito com o reconhecimento às suas dignidades dentro das mais diversas realidades concretas desses sujeitos. E não se imagina que se possa sequer buscar este horizonte sem a ampliação do protagonismo no que diz respeito à produção de conhecimento nesta matéria. Ou seja, além das declarações e instrumentos normativos que representam uma universalidade abstrata dos chamados direitos humanos, há que se atentar para a concretude das lutas e denúncias diárias de violações que impedem a efetivação dos direitos para a pluralidade de sujeitos invisibilizados, como muitos jovens das periferias e dos meio rural, no decorrer de todo esse processo de desenvolvimento histórico que até então comentamos. É o que se propõe a debater o presente dossiê.

Apresentamos ao leitor uma produção que mobiliza compreensões sobre a juventude brasileira através de diversas perspectivas analíticas. É importante manifestarmos que os artigos deste dossiê além de expressarem qualidade na interpretação dos fenômenos da juventude na luta por inclusão social, reconhecimento da diversidade e acesso aos direitos humanos, também sinalizam possibilidades para a geração de políticas públicas. Além disto, os perfis dos autores expressam através de suas biografias e trajetórias profissionais responsabilidade enquanto cidadãos e agentes sociais preocupados com as minorias sociais excluídas e silenciadas

historicamente.

Este dossiê foi escrito por diversas mãos, as análises e textos apresentados são assinadas não apenas por pesquisadores de universidades brasileiras, mas também por ativistas de movimentos populares e especialistas de setores do Estado. As múltiplas violências que atingem os jovens, a luta histórica por direitos humanos são pautas urgentes e que estão presentes as publicações desta edição.

O primeiro artigo da socióloga Márcia Esteves de Calazans, "Letalidade Infanto-Juvenil no Brasil: violências, dados e conceitos de enfrentamento na América Latina" apresenta o crescimento da violência letal contra crianças e adolescentes no Brasil com o objetivo de apontar que a prática da violência contra crianças e adolescentes negros tem forte articulação com a hegemonia cultural branca-europeia, desde os tempos coloniais. Identificando a existência de um conjunto sistemático de "práticas selvagens" (homicídios, representações midiáticas, formas de mortes simbólicas, atentando contra uma vida social digna), o que nomeado como juvenicídio, em alguns países da América Latina, com anuência do Estado.

O segundo artigo "Juventudes, Violência na Escola e Direitos Humanos", do sociólogo Antonio Mateus Soares, professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e pesquisador do Observatório Social da Juventude da UFRB, apresenta um tema que se encontra na pauta de agendas públicas dos principais países do mundo a exemplo da França e dos Estados Unidos que enfrentam este problema com bastante rigidez, no Brasil percebemos que há muito a se fazer ainda. O pesquisador do Observatório da Juventude circunscreve sua análise nas escolas da capital baiana e compreende a fragilidade da instituição escolar no enfrentamento da violência, Antonio Mateus também apresenta como tal fenômeno gera uma crise de autoridade

de no ambiente escolar que passa a contar com intervenções da polícia em sua rotina escolar.

Na sequência o artigo "Jovens e Adolescentes em Situação de Risco e Tráfico de Drogas em Salvador-BA", estudo apresentado em síntese pela delegada Claudenice Mayo, revela a relação perversa entre juventudes em situação de risco, pela ausência de ações efetivas do Estado de Direito, e as formas de cooptação do tráfico de drogas na capital baiana. Utilizando dados estatísticos da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, Claudenice Mayo evidencia como a ausência de políticas públicas eficiente ampliam o quadro de risco e vulnerabilidade de adolescentes e jovens que, excluídos socialmente e segregados espacialmente, se tornam presas fáceis para o crime organizado.

O artigo "Jovens Negros e Necropolítica: a chacina do cabula em Salvador - BA na mídia" da socióloga Taiane Almeida Santos tem como uma das referências a noção de necropolítica. Como estudo de caso, a autora manifesta a Chacina do Cabula, ocorrida em 2015, que teve como consequência a execução sumária de 12 jovens por policiais militares. No entendimento realizado são cruzados a política de Segurança Pública do Estado, que não difere muito da política nacional, o discurso de guerra às drogas, o sensacionalismo da mídia escrita e a omissão do Estado de Direito. Além de pesquisa documental foi realizado análises de conteúdo de matérias de dois jornais impressos do Estado, neste procedimento foi avaliado sistematicamente a descrição do conteúdo e a forma que a Chacina do Cabula foi apresentado na mídia.

No texto de Jaderson Barbosa, "Esporte como método na formação cidadã de jovens" são evidenciados alguns resultados da experiência no programa Ação Cidadã realizada na Universidade Estadual de Feira de Santana, no interior da Bahia, no qual o esporte apresenta uma concepção de conteúdo e método focado

no processo de construção cidadã. Foram utilizadas contribuições de referenciais teóricos que discutem o esporte e a educação cidadã, além da Pesquisa-Ação, que contribuiu na identificação dos resultados propostos pelo programa no contexto das ações desenvolvidas.

No artigo "Juventude Negra, Educação e Direitos Humanos", de autoria de Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo, temos um relato de experiência da atuação do Coletivo Dandaras, formado por mulheres negras discentes da Universidade Federal do Sul da Bahia, que discute o acesso da juventude negra aos espaços de construção de conhecimento, como a Universidade pública, enquanto instrumento de luta contra o racismo.

O dossiê traz ainda a contribuição de Maria Helena de Paula Frota e Mônica Sillan de Oliveira, que apresentam o resultado de um estudo que tematizou as possibilidades de Empoderamento, Formação Cidadã e Projetos de Vida na Socioeducação Infantojuvenil, na perspectiva da Garantia dos Direitos Humanos.

Além desse dossiê outros artigos integram a sessão Miscelânea da presente edição. Em "Juventude do Araguaia e as Memórias da Guerrilha: marcas do tempo na geração 68" o Cientista Político e Professor da UFT César Alessandro Sagrillo Figueiredo examina o impacto da ditadura civil-militar para a geração estudantil que foi para a Guerrilha do Araguaia com base na reconstrução histórica e revisão bibliográfica. O artigo do Historiador Thiago Modenesi "O 55º Congresso da UNE: a análise do discurso e das imagens" analisa o debate na elaboração e defesa de políticas públicas na área do ensino superior presentes nas teses e nos documentos fotográficos do 55º Congresso da União Nacional dos Estudantes.

Referências Bibliográficas

- ARCE, José Manuel Valenzuela. Trazos de sangre y fuego. Biopolítica e juvenicídio en América Latina. México. CALAS, 2019.
- BOBBIO, Norberto. O Positivismo Jurídico: lições de filosofia do direito. Tradução de Marcio Pugliesi, Esdon Bini e Carlos E. Rodrigues. São Paulo: Ícone, 1995.
- ESCOBAR, Arturo. La invención del Tercer Mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo. Traduzido por Diana Ochoa. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.
- KELSEN, Hans. Teoría Pura do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- LANDER, Edgardo. La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GOMES, Santiago; GROSFÖGEL, Ramón. El giro decolonial: 406 Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007, p. 127-168.
- MIGNOLO, Walter. Historias locales/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Akal, 2013.
- MOYN, Samuel. The Last Utopia, humans rights in history. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2010.
- PANIKKAR, Raimundo. Seria a noção de direitos humanos um conceito ocidental? In: BALDI, César Augusto (org.). Direitos Humanos na Sociedade Cosmopolita. Renovar: Rio de Janeiro, 2004, pp.205-258.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: CLACSO, Consejo latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2005.
- QUIJANO, Anibal; WALLERSTEIN, Immanuel. "La Americanidad como concepto, o América en el moderno sistema mundial". RICS, nº 44(4), p. 583-591, 1992.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. O Contrato Social. Coleção Os Pensadores, vol. 1. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultura, 1999.
- ROSA, Michel Fernandes da. A relação entre o ser humano e a natureza na modernidade observada pelo espelho do direito. Revista REDES, v. 1, p. 121-142, 2013.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Se Deus Fosse um Ativista dos Direitos Humanos. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2014.
- TOURAINE, Alan. Crítica da Modernidade. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.



LETALIDADE INFANTO-JUVENIL NO BRASIL: violências, dados e conceitos de enfrentamento na América Latina

Márcia Esteves de Calazans¹

RESUMO: O presente artigo apresenta o crescimento da violência letal contra crianças e adolescentes no Brasil com o objetivo de apontar que a prática da violência contra crianças e adolescentes negros tem forte articulação com a hegemonia cultural branca-européia, desde os tempos coloniais. Busca a compreensão da problemática a partir do entendimento da existência de estruturas cí-

clicas dos sistemas de opressão pós-colonial. Identificando a existência de um conjunto sistemático de “práticas selvagens” (homicídios, representações midiáticas, formas de mortes simbólicas, atentando contra uma vida social digna), o que nomeado como juvenicídio, em alguns países da América Latina, cometido contra crianças e jovens, com anuência do Estado, seja por omissão, conveniência ou protagonismo -, e com elevada aceitação social.

PALAVRAS-CHAVE: Violências, crianças, adolescentes, juvenicídio.

ABSTRACT: This article presents the growth of lethal violence against children and adolescents in Brazil with the aim of pointing out the practice of violence against black children and adolescents has been strongly articulated with the white-European cultural hegemony since colonial times. It seeks to understand the problem from the understanding of the existence of cyclical structures of postcolonial oppression systems. Identifying the existence of a systematic set of “savage practices” (homicides, media representations, forms of symbolic deaths, attacking a dignified social life), what you call “juvenicidio” in some Latin American countries, committed against children and young people, with the consent of the State, either by omission, convenience or protagonism -, and with high social acceptance.

KEYWORDS: Violence, children, adolescents, juvenicidio.

Resumen: Este artículo presenta el crecimiento de la violencia letal contra los niños y adolescentes en Brasil con el objetivo de señalar que la práctica de la violencia contra los niños y adolescentes negros se ha articulado fuertemente con la hegemonía cultural blanco-europea desde la época colonial. Busca

¹ Psicóloga Social. Ph.D em Violência, Democracia e Segurança Cidadã INCT/USP/UFRGS. Mestre em Psicologia Social e Institucional (UFRGS), Doutora em Sociologia (UFRGS). Atualmente realiza Estágio Pós-graduação no Programa de Pós-Graduação em Educação (UFRGS). Professora colaboradora do PPG Políticas Sociais e Cidadania, Universidade Católica do Salvador. Pesquisadora junto ao Grupo de Pesquisa África-Brasil: Produção de Conhecimento, Sociedade Civil, Desenvolvimento e Cidadania Global UNILAB/CNPq. Integrante do Grupo de Trabalho Violências, Securitismo y Resistencias - CLACSO-Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais.

comprender el problema desde la comprensión de la existencia de estructuras cíclicas de los sistemas de opresión poscolonial. Identificando la existencia de un conjunto sistemático de “prácticas salvajes” (homicidios, representaciones en los medios, muertes simbólicas, atacando una vida social digna), lo que llamas juvenicidio en algunos países latinoamericanos, cometido contra niños y jóvenes, con el consentimiento del Estado, ya sea por omisión, conveniencia o protagonismo, y con alta aceptación social.

Palabras clave: violencia, niños, adolescentes, juvenicidio.

1. INTRODUÇÃO

Segundo Camargo et aliae (2005) a violência pode ser conceituada como um evento realizado por pessoas, grupo de pessoas, classes, nações, que ocasionam dano físico, emocional, moral ou espiritual a outrem. Configura-se em um problema de saúde pública de grande magnitude e transcendência, que tem provocado forte impacto na morbidade e na mortalidade da população.

Estudos sobre a mortalidade no Brasil, enfocando o grupo de causas externas, ou de mortes violentas, os homicídios aparecem como principal causa de mortes entre crianças e adolescentes.

Em 2016 os homicídios já eram a principal causa de morte de crianças e adolescentes no Brasil, bem da verdade, antes desta data o Brasil despontava em indicadores de violências contra crianças e adolescentes. Em 2016, a Agência Brasil de Notícias, divulgou que por dia, 29 crianças e adolescentes eram assassinados no Brasil, com base em estudos desenvolvidos pela Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (Flacso) Brasil. Não bastasse essa triste realidade, apontou ainda que o número de vítimas negras representava quase três vezes maior que o de brancas.

Ainda em 2016 segundo o relatório Violência Letal Contra as Crianças e Adolescentes do Brasil, os homicídios colocaram-se como a principal causa do aumento das mortes de crianças e adolescentes por causas externas. Os assassinatos representaram cerca de 2,5% do total de mortes até os 11 anos, com um crescimento acentuado na entrada da adolescência, aos 12 anos, registrando 6,7% do total de mortes nessa faixa etária. Entre as mortes aos 14 anos, 25,1% foram por homicídio, percentual que atingiu 48,2% na análise dos óbitos aos 17 anos.

O Relatório Violência Letal Contra as Crianças e Adolescentes do Brasil, 2016, ela-

borado pelo sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, coordenado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), revelou, ainda, que em 2013, 10.520 crianças e adolescentes foram vítimas de homicídio. O número equivale a 3,6 chacinas da Candelária por dia. Levando o Brasil a ocupar o 3º lugar em homicídios de crianças e adolescentes no contexto de 85 países do mundo analisados.

Neste mesmo período aumentou significativamente a participação das causas externas no total de mortes de crianças e adolescentes. Em 1980 as causas externas representavam 6,7% do total de mortes nessa faixa; em 2013, essa participação mais que quadruplica, elevando-se para 29,0% – 13,9% por homicídio, 6,9% em acidentes de transporte e 1,0% por suicídio.

O estudo apontou também que as causas externas se colocaram diferentes para jovens negros e para jovens brancos. Se para os jovens negros os homicídios apareceram como determinante, para os jovens brancos os acidentes de trânsito colocaram-se como preponderante para a morte por causas externas.

Desta forma, os dados revelaram que crianças e adolescentes negros são vítimas de homicídio 178% mais do que brancos, considerando o tamanho das respectivas populações. Em 2013, no conjunto da população de até 17 anos de idade, a taxa de homicídios de brancos foi de 4,7 por 100 mil e a de negros, 13,1 por 100 mil. E, ainda, quando se foca nos adolescentes de 16 e 17 anos, a taxa de homicídios de brancos foi de 24,2 por 100 mil. Já a taxa de adolescentes negros foi de 66,3 em 100 mil. A vitimização, neste caso, foi de 173,6%. Proporcionalmente, morreram quase três vezes mais negros que brancos.

Agora em 2019, dados da UNICEF apontam que no Brasil 11 mil crianças e adolescentes são assassinados por ano. O dado absoluto é o mais alto do mundo. Essas crianças são, em grande maioria, meninos, estão fora da escola há mais de seis meses e são negros”, afirmou a representante do Unicef no Brasil, Florence Bauer, em entrevista ao Jornal Estado de Minas.

O Atlas da Violência 2019 aponta que 35.783 pessoas entre 15 e 29 anos perderam a vida no país em 2017. Uma taxa de 69,9 por 100 mil jovens. Os piores cenários estão localizados no Rio Grande do Norte 125,3; Ceará 140,2; Pernambuco 133,0; Alagoas 128,6; Acre 126,3 e Sergipe com 125,5.

E 75,5% das vítimas de homicídio no Brasil em 2017 eram negras. 43,1 taxa de homicídios de negros, 16,0 taxa de homicídios de não negros. Ou seja, para cada indivíduo não negro vítima de homicídio, houve 2,7 negros mortos.

Entre 2007-2017 618 mil pessoas foram

vítimas de homicídio, 92% das vítimas eram homens

Ainda segundo dados do Atlas da Violência 2019, de 2007 a 2017 a taxa de homicídio de negros cresceu 33,1% e a taxa entre os não negros cresceu 3,3%. A taxa de homicídio de mulheres negras cresceu 29,9%, e a taxa de homicídio de mulheres não negras cresceu 4,5%.

Crianças e adolescentes sofrem as mais diversas violências no Brasil, realidade comum a outros países da América Latina. Até aqui retratamos dados de “mortes físicas”, mas sabe-se que há outros tipos de violências. Uma criança negra ou um adolescente negro antes de ser vitimado por homicídio, com frequência já sofreu, anteriormente, outras violências. Sobretudo se essa criança ou adolescente é negro(a), já experimentou às formas sutis de coerção psicológica e à violência da desigualdade racial.

O Observatório da Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil: Proteção Integral Guiada por dados, em estudos recentes, apontou que entre 1992 e 2015, 5,7 milhões crianças e adolescentes deixaram de trabalhar no Brasil (redução de 68%). Entretanto, ainda há 2,7 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no país, 59% meninos e 41% meninas. A maioria dessa população está nas regiões Nordeste (852 mil) e Sudeste (854 mil), seguidas das regiões Sul (432 mil), Norte (311 mil) e Centro-Oeste (223 mil). Essas regiões apresentam maior incidência de trabalho infantil em atividades que não são agrícolas, exceto a região Norte. A faixa etária de 14 a 17 anos concentra 83,7% dos casos, mas o trabalho infantil entre crianças de cinco a nove anos aumentou 12,3% entre 2014 e 2015, de 70 mil para 79 mil.

Entre 2003-2017, 937 crianças e adolescentes foram resgatados do trabalho escravo, as informações sobre locais de naturalidade de crianças e adolescentes resgatados do trabalho escravo, além de revelar vulnerabilidades em nível de desenvolvimento humano, aponta que há uma concentração no Norte do país como local de naturalidade, contudo a exploração aparece disseminada em vários pontos/regiões do país ao observar o mapa <https://smartlabbr.org/trabalho infantil/> com concentrações no Sul, Sudeste e regiões de fronteiras.

2. REFLETINDO SOBRE OS DADOS

Compartilha-se com Camargo et aliae, (610:2005), que as violências praticadas contra crianças e adolescentes negros não é um acontecimento novo no Brasil. Desde o perí-

odo colonial até os nossos dias, essa parcela da população vem sendo espoliada, oprimida, negligenciada, ou seja, sofrendo as consequências da violência sob todas as formas que esta pode incidir sobre uma pessoa e/ou comunidade. Autoras do texto *Violência contra Crianças e Adolescentes Negros: Uma abordagem Histórica*, levam-nos a refletir que a violência da desigualdade social existe, não porque o homem assim o quis, ou por ser uma decorrência natural do viver em sociedade, mas porque ele aparece em condições históricas específicas. Se continua a perpetuar, é porque essas condições também se perpetuam, mesmo que modifiquem sua maneira de aparecer, remontando assim a época colonial.

Se considerarmos dados do PNAD 2019 apontando que a maior parcela da população brasileira é composta por mulheres negras, que no século XVIII o maior fluxo de pessoas chegando no Brasil foi de pessoas negras, vindas do continente Africano, que foram escravizadas. E que os mitos fundadores originários da cultura africana foram apagados, e perpetua-se a crença na reprodução dos mitos fundadores da cultura branca-europeia, cabe aqui pensarmos a violência advinda da transmissão quanto aos mitos fundadores da nossa civilização

Portanto, pensar a violência histórica contra crianças e adolescentes, sobretudo negros, no Brasil, nos leva a pensar nas violências, naturalizadas, produzidas pela hegemonia cultural.

Grada Kilomba em *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano* e em *Desobediências Poéticas* aponta que o papel dos mitos fundadores da nossa civilização demonstra o colonialismo enquanto uma ferida que nunca foi tratada.

Em *Desobediências Poéticas*¹ ela se utiliza da tradição oral africana para desempenhar o papel de contadora de histórias, ou griot, para recontar e encenar mitos greco-romanos, virando gradualmente as metáforas e narrativas sobre si mesmas de forma a explorar as estruturas cíclicas dos sistemas de opressão pós-colonial. Fazendo-nos repensar como até a sala de um museu (ou white cube), que integra um sistema que se apresenta como universal, pode encobrir uma lógica colonial e patriarcal, abordando as políticas de invisibilidade.

Ao recriar a história de Narciso, em *"Ilusions Vol. I Narcissus and Echo"* apresenta uma sociedade que não resolveu sua questão colonial e olha para si como único objeto de amor. Se para Narciso existe apenas o encantamento exclusivo por sua imagem refletida no lago, e para Echo há o fado de repetir eternamente as palavras de Narciso, com isso a artista nos faz

questionar o que é necessário para que possamos romper com essa reprodução dos moldes coloniais e patriarcais. Aborda o mito de Narciso e de Eco para explorar as políticas de invisibilidade, questionando a noção de "branquitude" como componente imperativo nas memórias e realidades do mundo pós-colonial. Assim, Narciso, branco, se torna uma metáfora para uma sociedade que não resolveu seu passado e que considera a sua própria imagem como o único objeto de amor, refletido na superfície da água; enquanto Eco é remetida ao silêncio, repetindo apenas as palavras de Narciso. A apontando o quanto a hegemonia cultural é violenta.

Em *"Ilusions Vol. II, Oedipus"* dedica-se à política do racismo e da violência institucionalizada contra corpos negros. Ao se referir ao mito de Édipo, que cresce predestinado a matar seu pai e casar com sua mãe, Kilomba explora o papel que o destino desempenha em corpos que estão inseridos em um sistema de opressão cíclica, ainda pautado pela branquitude que não consegue conceber seus medos coloniais da perda do trono.

Lembrando Camargo et aliae (613:2005) quando nos voltamos à compreensão da história da infância e adolescência no Brasil, verificamos que as contradições com as quais a população se defronta são muito mais complexas e antigas do que se imagina. Através da historicidade desse fenômeno, verificamos também que os índios, as mulheres, os negros e as crianças sempre surgem como vítimas dos homens, que, não por coincidência, são representados pelos brancos. A história da infância "...fez-se à sombra daquela dos adultos. Entre pais, mestres, senhores ou patrões, os pequenos corpos dobram-se tanto à violência, à força e às humilhações(...)"²

Se em 2016 o Brasil era o terceiro país com maior número de homicídios de jovens e a maioria das vítimas é negra, em 2019 em dados absolutos o Brasil apresenta o indicador mais alto do mundo.

Como demonstrado anteriormente ao analisarmos os índices de mortalidade por homicídio, encontramos as crianças e adolescentes negros encabeçando a lista dos mortos. Isto posto, como no período colonial, as crianças e os adolescentes negros continuam sendo as principais vítimas da violência em nosso país.

3. PENSANDO O BRASIL DESDE A AMÉRICA LATINA

Ao menos 437 mil pessoas são assassinadas no mundo a cada ano, uma média de 6,2

assassinatos por 100 mil habitantes. A América Latina e o Caribe abrigam 8% da população mundial, mas concentram 33% dos homicídios globais

Dezesseite dos 20 países com as maiores taxas de homicídios estão localizados na América Latina e no Caribe. Quatro países da região – Brasil, Colômbia, México e Venezuela – são responsáveis por um quarto (25%) dos assassinatos globais. Entre as 50 cidades mais violentas do mundo, 43 estão localizadas na América Latina e no Caribe. Em algumas partes da América Latina, apenas um em cada 20 homicídios reportados é solucionado.

A América Latina é particularmente suscetível a condensações de crimes por causa de sua urbanização desenfreada, as cidades latino-americanas cresceram mais rápido do que na maioria das outras partes do mundo durante os últimos 50 anos. Em 2000, por exemplo, três quartos da população viviam em cidades – praticamente o dobro da proporção na Ásia e na África.

A mudança do campo para a cidade concentrou os fatores de risco para violência letal – desigualdade, jovens desempregados, famílias deslocadas, serviços governamentais deficientes, fácil acesso a armas de fogo, refugiados ambientais, extrativismo e mineração.

No bojo desse contexto, esforços e estudos, sobretudo originários em países de língua espanhola, tem nomeado o fenômeno da morte por causas externas de adolescentes como juvenicídio.

Juvenicídio refere-se à conjunto sistêmico de "práticas selvagens" (homicídios, representações midiáticas, formas de mortes simbólicas, atentando contra uma vida social digna), cometidas contra jovens na América Latina, com anuência do Estado, seja por omissão, conveniência ou protagonismo -, e com elevada aceitação social.

Conceito cunhado por José Manuel Valenzuela Arce em 2012, ao apresentar juvenicídio enquanto categoria analítica, na publicação *Sed de mal: feminicidio, jóvenes y exclusión social*. Seus trabalhos foram pioneiros e de grande importância para compreensão dos processos socioculturais que definem a fronteira México-EUA e os movimentos juvenis na América Latina e Estados Unidos. E encontra repercussão em outros(as) autores(as) latino-americanos, como Rossana Reguillo, Alfredo Nateras Domínguez, Germán Muñoz Gonzales, Maritza Urteaga Castro Pozo e Hugo César Moreno.

Aunque la palabra "juvenicidio" no existe aún en el diccionario, es una palabra que alude a la condición lí-

² Neste sentido ver Lauriano, Carollina: <https://www.sp-arte.com/noticias/grada-kilomba-desobediencias-poeticas-descolonizacao-do-pensamento-carollina-lauriano/>

mite en la cual se asesina a sectores o grupos específicos de la población joven. Los procesos sociales que derivan en el asesinato de tantos jóvenes incluyen una precarización económica y social, la estigmatización y construcción de grupos, sectores o identidades juveniles desacreditadas y la banalización del mal, entre otros muchos factores (BANUELOS,2017).

O conceito de juvenicídio refere-se não só o fato de arrancar fisicamente a vida de jovens (Valenzuela Arce, 2015), mas o processo de criação e execução de dispositivos envolvendo precarização sistemática, ou seja, gerando repetidas e organizadas situações econômica, sociais e fatores culturais que ameaçam a população jovem. Ambos fenômenos - feminicídio e juvenicídio - como sintomas das condições estruturais de precariedade e vulnerabilidade da população na América Latina em geral, consequências do paradigma econômico global.

Juvenicídio é utilizado com mais frequência em países de língua espanhola da América Latina, sobretudo México e Colômbia. No Brasil estudos relacionados a morte de jovens, encontram aproximação de sentido em Genocídio da Juventude Negra. Nesses países ambas categorias se fundam nos estudos do sociólogo camaronês Achille Mbembe (2011) com a discussão de necropolítica, onde a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder. Mbembe afirma que o conceito de necropolítica vai além de “inscrever corpos dentro de aparatos disciplinares”. Discutindo os exemplos da Palestina, África e Kosovo, Mbembe mostra como o poder da soberania agora é encenado através da criação de zonas de morte onde a morte se torna o último exercício de dominação e a principal forma de resistência.

No Brasil os estudos de Mbembe (2011), Giorgio Agamben (1995; 2003), com *Homo sacer. Il potere sovrano e la nuda vita*, Torino, Einaudi, 1995, e o *Stato di Eccezione*, Torino, Bollati Boringhieri, 2003 colocam-se como referência importante, apontando que o Estado de exceção tende a tornar-se cada vez mais o paradigma de governança na política contemporânea, posicionando-se no limiar entre democracia e absolutismo. No contexto da globalização neoliberal, a exceção funciona como um dispositivo jurídico que exerce a suspensão

da vida e a validade da morte através de atos legislativos. E, ainda os estudos sobre Genocídio da Juventude Negra colocam em evidência as condições que atualizam, de forma sofisticada e com precisão, a situação colonial apontada por Fanon (1968). Fanon coloca-se como referência sobremaneira nos estudos brasileiros. Então, Mbembe, Agamben são fontes importantes, presentes, em pesquisas e estudos sobre Juvenicídio bem como despontam nos estudos brasileiros sobre Genocídio da Juventude Negra.

Portanto, no Brasil Juvenicídio como categoria analítica (Valenzuela 2012;2015) encontra dialogo e equivalência nos estudos de Abdias Nascimento (1978), Vilma Reis (2005), Ana Flauzina (2008), João H. Costa Vargas (2010), Jaime do Amparo Alves (2010), Márcia Esteves de Calazans (2012), Osmundo Pinho (2014), Marisa Feffermann(2015), Felipe Freitas (2016), Rafael Casais Neto (2017) em especial ao que confere a questão territorial, a criminalização da pobreza, mas sobretudo a questão racial, o racismo como eixo estruturante das relações sociais.

Al igual que los estereotipos, los prejuicios y los estigmas, el racismo forma parte del sistema de clasificación social impuesto desde los poderes para producir y reproducir un orden social desigual. Sin embargo, el racismo refiere a los sentidos y significados de los sistemas de racialización como elementos que garantizan la reproducción del poder, por ello, el racismo refiere a un orden desigual en el cual unas clases o grupo social tiene la capacidad de producir y reproducir relaciones de subalternidad. Por lo tanto, los racismos no son sólo percepciones o representaciones, sino relaciones sociales desiguales y de dominio y el orden racializado se expresa en los ámbitos económicos, sociales y culturales. El juvenicídio, posee varios componentes que rebasan el mero registro de jóvenes asesinados que podría inscribirse en la violencia que afecta a la sociedad en su conjunto y sólo refiere al peso socio demográfico de la juventud. El juvenicídio alude a algo más significativo, pues refiere a procesos de precarización, vulnerabilidad estigmatización, criminalización y muerte. Refiere a la presencia de procesos de estigmatización y criminalización de las y los jóvenes construida por quienes detentan el poder, con la activa participación de las industrias culturales que estereotipan y estigmatizan conductas y estilos juveniles creando predisposiciones que descalifican a los sujetos juveniles presentándolos como revoltosos, vagos, violentos, pandilleros, peligrosos, anarquistas, criminales. El juvenicídio construye una imagen criminal del sujeto juvenil, donde el delito de portación de

rostro resulta contundente cuando se asocia con juvenicídio otros repertorios identitarios estereotipados, como son el hecho de ser joven, pobre, mujer e indio o afro descendiente (VALENZUELA,2015, pg.21-22).

Na América Latina tanto o Juvenicídio como o Genocídio da Juventude Negra são considerados expressões da relação entre a questão social, democracia, cidadania e a emergência das políticas sociais. Desde esse ponto de vista a questão social pode ser analisada como sendo o conflito social que expressa a organização da sociedade em classes, etno-raça e gênero. A insegurança e os riscos sociais são inerentes à questão social. O conflito social se traduz em conflito político, expresso na atuação do Estado em cada contexto histórico (Costa.2006).

Contudo Juvenicídio, se propõe como categoria ampliada, abarca estudos sobre diferentes juventudes, as condições que vivem as juventudes na América Latina, “la categoría se refiere a la satisfacción de aspectos básicos como el acceso a la vivienda, empleo, seguridad social, alimento y transporte. Desde la reflexión teórica y a la luz de los datos de informes internacionales y nacionales se concluye sobre la relación entre la pobreza material y simbólica -resultado de las condiciones estructurales- y, el juvenicídio moral” (Emilia Cristina González Machado,2018:01)

Da mesma forma, Valenzuela (2015) menciona que o sistema capitalista gerou condições de polarização onde apenas a minoria é beneficiada em contraste com as maiorias empobrecidas e precárias; este modelo de globalização deu frutos na produção de exclusão de grupos vulneráveis, aqueles que vivem em condições de precarização social sentem que suas vidas valem menos do que aqueles que são privilegiados.

Se por um lado no Brasil o genocídio da juventude negra emerge da observação das mortes de jovens negros entre 15-29 anos, e seus elevados índices, o juvenicídio como conceito emerge da observação do fenômeno do feminicídio que ocorreu em Ciudad Juarez, México.

Observa-se nos resultados dos estudos sobre juvenicídio e genocídio da juventude negra algumas regularidades, como pouca ou nenhuma oportunidade de acesso ao bem-estar social, assim como a bens materiais e/ou simbólicos para a mobilidade social.

O elemento que articula o conceito de juvenicídio com suas diferentes noções, segundo Valenzuela (2015), é pois que a vida do jovem se inscreve em um quadro determinado pelo juvenicídio, o qual implica um processo na

criação de certas condições para milhares de jovens no México - de alguns grupos e setores - e outras centenas de milhares na América Latina, caracterizadas por elementos como: (a) precarização, (b) pobreza, (c) desigualdade, (d) estigmatização e (e) estereotipagem.

Assim, as adulterações do Estado e das instituições de administração da justiça produzem e reproduzem a corrupção e a impunidade como um modo cotidiano de funcionamento, ampliando assim as condições de precariedade, vulnerabilidade e indefesa de grupos subalternizados baseados em ordenamentos classistas, racistas, de ordem sexista, homofóbica e proibicionista (p.2-3).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas trilhas propostas pelos autores Alejandro De Oto e Maria Marta Quintana, pode-se inferir “É na possibilidade de pensar que talvez o lugar por excelência onde o poder soberano se constitui sob o paradigma da exceção seja o espaço colonial: invenção profundamente marcada pela exceção (hierárquica) do poder imperial – a partir do qual ainda vemos os seus efeitos” (tradução livre, OTO e QUINTANA, 2010, p. 50). Pensar o lugar de incidência do poder soberano, é buscar o espaço territorializado da exceção. Os autores avançam de maneira fundamental no que concerne o necessário rompimento epistemológico com a tradição filosófica europeia totalizante, que deveria ser rediscutida a partir das ordens coloniais e com a produção de sujeitos descartáveis, (“convertidos em vida vegetativa a través de diferentes mecanismos de des-subjetivación, incluso jurídico-burocrático) em un marco de absoluta excepcionalidad”. (OTO e QUINTANA, 2010, p. 50).

A partir dessa perspectiva, sugere-se um olhar mais abrangente sobre a vida dos “condenados da cidade”, que estão submetidos à estrutura-jurídica e política da exceção; aos marcadores impostos pelo racismo e sexismo; e a força do “estigma territorial” (WACQUANT, 2001).

No regime de um estado de exceção,

quando percebido contemporaneamente a partir da secularização causada ou herdada pela modernidade, é possível perceber que alguns territórios específicos, sobretudo aqueles produzidos a partir da Diáspora Africana na América Latina, se constituem como lócus privilegiado de mecanismos genocidas, centralizados em necro-políticas anti-negro, que resultará numa “geografia da morte”. (FLAUZINA, 2006; NASCIMENTO, 2016; VARGAS, 2010)

Considera-se, portanto, o pressuposto de que as relações raciais estabelecidas no período colonial no Brasil, mantiveram-se nos dias atuais de forma intacta em alguns aspectos, e sofisticando outros de sua estrutura. No período colonial, as insurgências de escravizados, entre outras práticas de resistência ao regime escravocrata, fomentaram, em reflexo, um ethos racista internamente consolidado nas instâncias institucionais do aparelho estatal (racismo institucional).

O elemento “raça”, consiste num conceito abstrato biologicamente equivocados, mas socialmente viável para dar conta de determinadas realidades, assim uma análise crítica nos permite dizer que alguns corpos e alguns territórios racializados recebem a preferência na distribuição da morte. É por isso que a noção de necropolítica desenvolvida por Achilles Mbemb nos parece mais apropriada para dar conta da experiência de negras e negros em seus encontros mortais com as tecnologias de poder moderno nas diferentes nações da diáspora africana. (AMPARO, 2010, p. 94)

Assim, como ratifica Amparo (2011), a distribuição sistematicamente calculada da mortalidade é o que configura a (necro) política moderna. Uma vez entendida como gestão da vida a partir da morte, a necropolítica nos fornece as ferramentas necessárias para localizar as condições de vida de crianças e adolescentes negros e negras nas periferias, evidenciadas nos altos índices de mortalidade, sobretudo, em homicídios.

Diante desse cenário que sujeita, principalmente, crianças e jovens negros à perversidade dos estados modernos, é que Mbembe elabora o seguinte pensamento: “todo relato

histórico sobre o surgimento do terror moderno, deve levar em consideração a escravidão, ela pode ser considerada como uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica”. (MBEMBE, 2001, p.31).

Dessa forma, percebe-se a relevância de tomar as questões que envolve os homicídios de crianças e jovens negros a “engenharia moderna de extermínio” sobre a égide de um novo paradigma de governança, ou uma nova governamentalidade que insere nas estratégias de gestão da população a categoria raça, instrumentalizando e sofisticando o racismo e seus desencadeamentos.

Ademais, observando os dados disponíveis acerca da mortalidade de crianças e adolescentes por causas externas, nesse artigo em especial analisamos os homicídios, percebe-se o quanto esse sistema engenhoso de eliminação de corpos possui, enquanto elemento fundante, o racismo. É possível afirmar que o racismo está na América Latina como a base de sustentação do seu processo histórico, salientando que a negação da existência do negro no plano do imaginário social latino, alimenta os empreendimentos genocidas que são fundados no desejo de eliminação física desses corpos e coletiva desses segmentos. (FLAUZINA, 2006)

Arelada à perspectiva colonial, a necropolítica racial proposta a partir de Mbembe, se inscreve no campo de controle das populações, com isso salienta-se que o empreendimento posto em curso pelo Estado neste cenário de mortalidade em espaços determinados, dobra-se não somente no extermínio físico de negros e negras, mas, sobretudo, na sua inivibilização enquanto coletividade.

O paradigma da governamentalidade, que institui seletivamente em territórios marginalizados, habitados por sujeitos e grupos raciais bem definidos às políticas, em especial a de segurança pública, subjuga e potencializa a violência já existente – oriunda de conflitos internos e estruturais – restabelece padrões mórbidos de governança.

5. Referências

- AGAMBEM, Giorgio. *Homo sacer. Il potere sovrano e la nuda vita*. Torino, Einaudi, 1995.
- _____. *Stato di Eccezione*. Torino, Bollati Boringhieri, 2003.
- AMPARO-ALVES, Jaime do. *Necropolítica Racial: A Produção Espacial Da Morte Na Cidade De São Paulo*. Revista da ABPN, v. 1, n. 3 – nov. 2010a – fev. 2011, p. 89-114.
- AMPARO-ALVES, Jaime do. *A sombra da morte: juventude negra e violência letal em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador*. *Análise & Dados*, Salvador, v. 20, n. 4, p.563-578, out./dez. 2010.
- BAÑUELOS, Patricia. Apresentação do lançamento do livro *Juvenicidio. Ayotzinapa y las vidas precarias en América Latina y España*. Ver <http://elvolardelcolibri.blogspot.com/2015/12/juvenicidio.html>. Acesso em 10/03/2019.
- CAMARGO, Clímene Laura de et aliae. *Violência contra crianças e adolescentes negros: Uma abordagem histórica*. In: *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 2005 Out-Dez; 14(4):608-15.
- CASAI NETO. Rafael; ESTEVES DE CALAZANS, Márcia. *Necropolítica racial criminal em uma capital do nordeste do Brasil. Uma análise criminológica dos homicídios em Salvador*. PIXO, Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade, Ed. UFPPEL, 2017.
- COSTA, Lúcia Cortes da. *Questão Social e Políticas Sociais em Debate*. *Sociedade em Debate*, Pelotas, 12(2): 61-76, jul-dez/2006
- ESTEVES DE CALAZANS, Márcia. *Organização político-social dos territórios e homicídios de jovens negros em Salvador, Bahia*. Relatório de pesquisa. PPG Política Social e Cidadania. Universidade Católica do Salvador. 2012
- _____. *Homicídios de Jovens em Salvador e as Novas Tessituras das Cidades*. *Diálogos possíveis*. Revista da Faculdade Social da Bahia, 2014.
- ESTEVES DE CALAZANS, Márcia et alii. *A Espacialização da Morte e Padrões Mórbidos de Governança Espacial: Homicídios de Jovens em Salvador/BA 2010-2015*. *Cadernos do*

CEAS, Salvador, n. 238, p. 568-594, 2016.

FEFFERMANN, Marisa. Genocídio de la juventud negra: desconstruyendo mitos. In: Juvenicidio. Ayotzinapa y las vidas precárias en América Latina y España. Barcelona: Ned Ediciones. Guadalajara: ITESO; - Tijuana: El Colegio de la Frontera Norte, 2015.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Corpo negro caído no chão. O sistema penal e o processo genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro. Contraponto, 2008.

FREITAS, Felipe da Silva. Novas perguntas para criminologia brasileira: Poder, Racismo e Direito no centro da roda. CADERNOS DO CEAS, v. 1, p. 489-499, 2016.

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação. Episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. -1ª ed. - Rio de Janeiro; Cobogó, 2019.

_____. Illusions Vol. I, Narcissus and Echo, 2017. In: Desobediências Poéticas. 32ª Bienal de São Paulo, 2019.

_____. Illusions Vol. II, Oedipus, 2018. In: Desobediências Poéticas. 32ª Bienal de São Paulo, 2019.

LAUREANO, Carollina. Desobediências poéticas e a urgência da descolonização do pensamento. Reviews publicadas no site da SP-Arte, 2019. <https://www.sp-arte.com/noticias/grada-kilomba-desobediencias-poeticas-descolonizacao-do-pensamento-carollina-lauriano/> Acesso em 09/10/2019

MACHADO, Emilia Cristina Gonzalez. Las condiciones estructurales en el juvenicidio moral. Retos del trabajo social de la educación. Revista de Educación Social, nº. 26, 2018.

MBEMBE, Achille. Critique de la raison nègre, Paris, La Découverte, Cahiers libres, 2013.

_____. Néropolitique. Raisons politiques, vol. 21, no 1, 2006.

_____. Néropolítica. São Paulo. N1 edições. 2011.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro. Um processo de racismo mascarado. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1978.

PINHO, Osmundo. O Fantasma do Estado: Genocídio e Néropolítica, 2014. In <https://www.geledes.org.br/o-fantasma-estado-genocidio-e-necropolitica/>. Acesso em 02/03/2019.

REIS, Vilmá. Atacados pelo Estado: as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações (1991-2001). Dissertação de mestrado PPG em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, 2005.

VALENZUELA Arce J. M. Juvenicidio. Ayotzinapa y las vidas precárias en América Latina y España. Barcelona: Ned Ediciones. Guadalajara: ITESO; - Tijuana: El Colegio de la Frontera Norte, 2015.

VALENZUELA Arce J. M. Tropes juveniles. Culturas e identidades (trans)fronterizas. El Colef y UANL, México, 2014.

_____. Sed de mal. Femicidio, jóvenes y exclusión social. El Colegio de la Frontera Norte, México, 2012a.

_____. Impecable y diamantina. La deconstrucción del discurso nacional, El Colef, México, 2012b.

_____. El Futuro ya fue. Socioantropología de l@s jóvenes en la modernidad. El Colegio de la Frontera Norte, México, 2009.

_____. Los Estudios Culturales en México, (coord.), Fondo de Cultura Consejo Nacional para la Cultura y las Artes/Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente. México, 2003.

_____. Jefe de jefes. Corridos y narcocultura en México, Raya en el agua, Plaza y Janés, 2001.

_____. El color de las sombras, Chicanos, identidad y racismo, Universidad Iberoamericana, Plaza y Valdés, México, 1998.

_____. Remolinos de viento: juvenicidio e identidades desacreditadas. Barcelona, 2015.

VARGAS, Joao H. Costa. A Diáspora Negra Como Genocídio: Brasil, Estados Unidos Ou Uma Geografia Supranacional Da Morte E Suas Alternativas. Revista da ABPN, v.1, n.2 - jul-out. de 2010, p. 31-65.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Relatório Violência Letal Contra as Crianças e Adolescentes do Brasil. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), 2016. http://www.mapa-daviolencia.org.br/publicacoes/Violencia_Letal_web.pdf Acessado em 20/05/2019



43º
CON
UBES

43º CONGRESSO DA
UNIÃO BRASILEIRA
DOS ESTUDANTES
SECUNDARISTAS

30 DE ABRIL
A 03 DE MAIO

• 2020 •
BRÁSILIA - DF

JUVENTUDES, VIOLÊNCIA NA ESCOLA E DIREITOS HUMANOS

Antônio Mateus Soares¹

RESUMO: A situação agravante da violência e da criminalidade no Brasil fragiliza algumas escolas públicas de nosso país, em Salvador na Bahia a vulnerabilização ganham feições de impotência institucional frente a violência que invade a escola, que passam a ter no processo de intermediação do fenômeno a presença de outras instituições de controle. A violência escolar é um fenômeno que cresce mundialmente e pode ser atribuído a diversos fatores que dilaceram os códigos de convivência e subvertem a civilidade e a ordem do funcionamento do cotidiano escolar, que além de se responsabilizar pela educação formal do estudante passa a ter que gerenciar atos disciplinares mais graves. Em Salvador, a evolução da violência escolar, conforme veremos através da análise de dados estatísticos revela as dificuldades das instituições de ensino de lidar com a situação e estimula a mobilização de novos agentes externos a gestão escolar, a exemplo da Delegacia do Adolescente Infrator – DAI e da Ronda Escolar da Polícia Militar, órgãos públicos ligados a Segurança Pública do Estado.

PALAVRAS CHAVES: violência; escola; segurança pública

ABSTRACT: The aggravating situation of violence and crime in Brazil weakens some public schools in our country. In Salvador, Bahia, the vulnerability gains features of institutional impotence in face of the violence that invades the school, which now have in the process of intermediation of the phenomenon the presence of other control institutions. School violence is a phenomenon that is growing worldwide and can be attributed to several factors that tear the codes of coexistence and subvert the civility and order of daily school functioning, which, besides being responsible for the student's formal education, has to manage more serious undisciplined acts. In

Salvador, the evolution of school violence, as we will see through the analysis of statistical data, reveals the difficulties of educational institutions in dealing with the situation and stimulates the mobilization of new agents outside the school management, such as the Infractor Adolescent Police Station - DAI and the Military Police School Round, public agencies linked to State Public Security.

KEY WORDS: violence; school, public security

1. INTRODUÇÃO

Partindo da problemática anunciada pelo crescimento da violência escolar, nos últimos anos em Salvador, tal artigo tem como objetivo compreender este fenômeno social, assim como, apresentar como a sua expressão tem mobilizado instituições externas à escola, ligadas a segurança pública, para o controle da violência. No atendimento deste objetivo, realizou-se pesquisa de referencial teórico e pesquisa de campo, tanto em escolas públicas e privadas, como também outros órgãos, a exemplo de delegacias, juizados e departamento da polícia militar.

O esgotamento da escola enquanto instituição social basilar, associada com outros fatores comuns na condição juvenil (inconstâncias, agressividades, indisciplinas, rebeldias), fragilizam as relações de convivência instituídas neste espaço, e produzem uma constante sensação de medo potencializada pelo receio da manifestação de atos violentos e criminosos envolvendo indivíduos na escola. Algumas entrevistas utilizadas como fonte para este artigo, realizadas entre 2010 e 2012, tendo como público professores e alunos de escolas públicas e privadas de Salvador, revelam que a incerteza faz parte do cotidiano escolar, como relata uma professora (2010) “não sabemos o que pode vir a acontecer aqui na escola (brigas motivadas pelo tráfico de drogas, acertos de contas com queimas de arquivos, agressões

físicas, tentativas de homicídios, roubos, dano ao patrimônio)”, situações que ampliam a sensação de insegurança no ambiente escolar.

A violência e a criminalidade na escola também manifestam através de atos de indisciplina e de incivilidade, não traz nenhuma novidade, a questão é que este fenômeno tem ganhado proporções nos últimos anos, ampliada com a insegurança pública. A violência na escola sempre apareceu com um dos maiores problemas das relações de convivência na instituição escolar. Segundo Monroy (2007), há relatos que na França no século XVII, alunos entravam armados na escola, brigavam e até agrediam professores; na Inglaterra entre o séc. XVIII e XIX, em virtude do alto índice de violência, os educadores tinham, que recorrer ao exército para garantir a ordem e preservar a sua integridade, situação que guardada às especificidades cronológicas e geográficas, acontecem atualmente nas escolas brasileiras, sobretudo em Salvador, quando a escola busca parceria com órgãos da segurança pública para conter o crescimento da violência em seu âmbito. Em meados do século XX, nos Estados Unidos a violência e a indisciplina aparecem como um dos maiores problemas da educação, sendo o seu controle uma das prioridades do governo. No México, a violência já está banalizada na rotina dos estudantes das escolas do ensino médio; assaltos, estupro e outros tipos de violência (TELLO, 2005).

A caracterização da violência nas escolas brasileira e o envolvimento de adolescentes e jovens, não divergem muito das observadas em outros países, ela pode ser classificada em violência contra a pessoa, contra o patrimônio, contra a propriedade e ainda em violência simbólica, ou na intersecção de um conjunto de violências conhecido como bullying, tudo irá depender do bem violado, da forma que a agressão foi interpretada pela vítima; da análise do enquadramento policial ou jurídico realizado e da compreensão conceitual que se utiliza para o aprofundamento da análise sobre o fenômeno (SOARES, 2014).

Como já relatado a evolução da violência na escola se apresenta como um fenômeno mundial, e não pode ser interpretada apenas como um reflexo da violência que emerge na sociedade. A sua explicação se baseia em diversos fatores, a exemplo das diversas mudanças ocorridas no padrão de convívio escolar, os complexos geracionais sobre o comportamento dos jovens, associado às novas estruturas econômicas globais, pelo processo de reestruturação produtiva e pelos efeitos perversos da globalização que conjugam déficits cívicos, no plano da legitimação dos direitos e deveres, promovendo a desarti-

culação das instituições sociais; precarização e flexibilização do trabalho.

Tais transformações chegam às instituições de ensino e dificultam que a escola contemporânea consiga manter a validade dos códigos normativos necessários para a manutenção da disciplina no cotidiano escolar e para a promoção da função civilizatória, pois ela começa a conviver com a manifestação de condutas indisciplinadas e arrogantes como insultos, agressões, brigas, e também episódios de roubos e até, homicídios, comportamentos que descaracterizam a função da escola de promover uma formação moral e ética necessárias para a construção de cidadãos críticos e atuantes. As mudanças em curso enfraquecem a eficácia dos códigos normativos e fragilizam as relações entre a escola e as outras instituições sociais, tendo como um de seus efeitos uma gradativa perda da legitimidade e da autoridade escolar. Segundo Hannah Arendt (1992) a escola perdeu a sua autoridade, não só perante os alunos, mas talvez perante toda a sociedade. Destituída de autoridade, a violência e as agressões crescem permeando o cotidiano das relações escolares.

No Brasil, desde a década de 1980, a partir do processo da democratização do Estado brasileiro a temática da violência nas escolas vem sendo motivo de preocupação da sociedade civil. O avanço da abertura política não garantiu uma melhoria nos serviços públicos, e o que se observou foi uma explosão da violência urbana, fato que alcançou as unidades de ensino. A partir dos anos 1990 diversas pesquisas foram realizadas sobre a violência escolar no Brasil, elas se realizavam inicialmente de forma comparativa e passaram a investigar as escolas públicas em diversas capitais. No Rio de Janeiro, na década de 1990, a violência na escola estava eminentemente associada ao crime organizado e, em Porto Alegre, procedeu-se à contabilização dos episódios de violência no interior das unidades de ensino.

Nos anos 1990, precisamente entre os anos de 1996 e 1998, foi realizada uma ampla pesquisa em diversas regiões do país, financiada pelo conjunto dos sindicatos reunidos no Conselho Nacional de Entidades - CNTE com apoio da UNICEF e do CNPq coordenada por Wanderley Codo (1999). O fato é que nos anos 1990 os registros em relação à violência na escola já eram expressivos e colocavam este fenômeno como uma questão de risco para a funcionalidade da instituição escolar brasileira. Entre 2001 e 2002, Miriam Abramovay e Maria das Graças Rua (2002), através da UNESCO, lançaram o livro "Violências nas escolas", o maior e mais completo estudo até então já re-

alizado sobre o assunto na América Latina. Nas discussões sobre a violência na escola sempre são levantadas questões sobre os sentidos que a escola possui enquanto instituição social que busca a formação civilizatória.

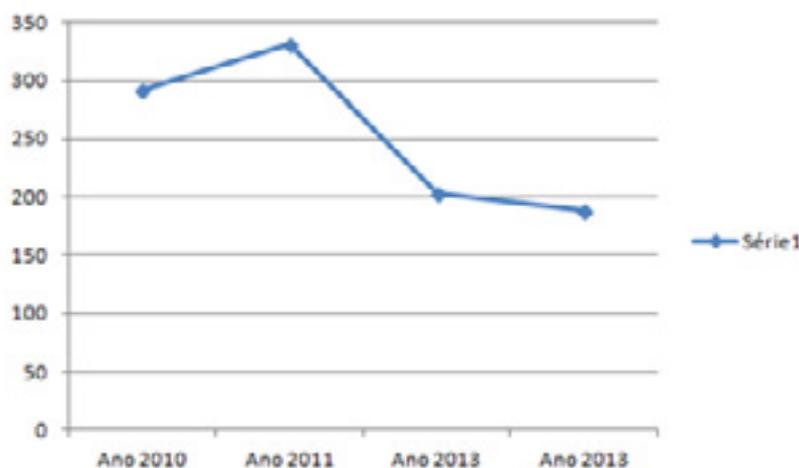
Em relação a Salvador, os estudos sobre violência escolar até então realizados, não focalizavam que a busca para o gerenciamento deste fenômeno, passou a mobilizar a mediação de outras instituições externas ligadas a Segurança Pública. Deste modo este artigo, além de compreender e apresentar dados estatísticos sobre a violência escolar em Salvador, expressa como se realiza a mobilização de agentes públicos e institucionais no gerenciamento de tal fenômeno.

Como método para o alcance deste objetivo, o artigo apoiou-se em três tipos de fontes que contribuem para diferentes resultados que se intercalam complementarmente do ponto de vista analítico: 1. Identificação, levantamento e sistematização de dados secundários produzidos por instituições multilaterais e outras

O Mapa da Violência (2013), aponta que a situação da criminalidade em Salvador ainda é mais grave do que a apresentada pela Organização Seguridad Justicia y Paz, e que a capital baiana ocupa a 3ª posição em índice de homicídios, entre as capitais brasileiras. Em relação a criminalidade juvenil, segundo o Mapa da Violência (2013), na faixa de 15 a 25 anos, a taxa de homicídios apresentada foi de aproximadamente 165 homicídios para o grupo de 100 mil habitantes, mais do que o dobro da taxa de homicídios da população geral. Números expressivos que acabam afetando a vida social e as instituições que a compõem, a exemplo da escola.

A violência e a criminalidade presente no cotidiano de Salvador interferem no comportamento de adolescentes e jovens e reflete nas incidências de atos indisciplinados no ambiente escolar, e na incorporação de condutas transgressoras e incivilizadas ao cotidiano da sala de aula. O comportamento incivilizado e violento na escola, se revela de múltiplas

GRÁFICO 1. Dinâmica estatística anual de registros de ocorrências



bases de pesquisa existentes; 2. Identificação e sistematização de base de dados de registros junto a instituições de segurança pública, como os dados da Delegacia do Adolescente Infrator (DAI) e Departamento de Operação da Ronda Escolar da DAI e da Ronda Escolar; 3. Levantamento e observação da realidade de 4 escolas da rede pública e privada que apareceram com registro nas estatísticas policiais.

2. A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS DE SALVADOR

formas, dificultando inclusive o seu controle quantitativo. Neste contexto, surge o principal desafio sobre os estudos da violência na escola, que é contabilizar uma ação que mesmo sendo mediada pela agressão é diversa e multiforme, tendo que estar sempre associada a interpretação da vítima, somando-se a falta de instituições especializadas neste tipo de registro. Contexto que não refuta o crescimento da violência no ambiente escolar, mas também não mensura com exatidão quanto ela evoluiu.

Os números da violência na escola, que serão apresentados, foram extraídos do banco de dados da Delegacia de Adolescente



Infrator - DAI, processados nos anos de (2010, 2011, 2012, 2013), e no banco de dados da Ronda Escolar, estes dados nunca antes foram utilizados em uma pesquisa acadêmica, foram encontrados de forma bruta e sistematizados para atender o objetivo deste estudo, que é demonstrar que o crescimento da violência juvenil na escola impacta na transformação de atos indisciplinados em atos infracionais, e que neste processo existe uma mobilização de ações públicas, a exemplo do trabalho da DAI e da Ronda Escolar, que são realizadas com a finalidade de minimizar os efeitos nocivos da violência entre adolescentes e jovens. Através destes dados constatamos que os números de

registros são elevados e repercute negativamente no ambiente escolar.

Ao analisarmos o número de registro de ocorrência nos últimos anos, como indica o Gráfico 1, desde a criação do banco de dados pela DAI, percebemos que houve um crescimento considerável entre 2010 (292 registros anuais/ 32,4 mensais) e 2011 (331 registros anuais/ 36,7 mensais), anos cujo calendário letivo não foi submetido a interrupções, diferente do ano de 2012 (203 registros anuais/ 25,3 mensais) em que ocorreram diversas manifestações e greve (115 dias) e os alunos passaram quase quatro meses sem aulas, repercutindo no percentual de registros do ano

de 2012, e do ano subsequente 2013 (189 registros anuais/ 17,2 mensais), mesmo assim, os registros de ocorrência são elevados. Além das interrupções provocadas pelas greves, que certamente impactam sobre as estatísticas, outro fator que pode ser associado a queda dos registros de ocorrências são as parcerias estabelecidas entre as escolas e a ronda escolar, que em muitos casos quando chamada, resolve a situação de violência no próprio ambiente escolar, não realizando o registro da ocorrência na DAI. Em 2012, a ronda escolar registrou 488 ocorrências de casos de violência na escola, mais do dobro dos registros da DAI, em 2013 foram registrados 433 casos, também mais do

dobro dos registros na delegacia. Dados que comprovam que não houve uma diminuição da violência escolar, mas sim uma nova forma de tratar o fenômeno.

A partir de 2012, a ação da polícia no combate da violência escolar passou a se realizar através de visitas ordinárias (programadas) e extraordinárias através do chamado via ligação para central telefônica da ronda escolar (190). Nas visitas programas se estabelece uma rotina de diálogo da polícia com a instituição de ensino, com palestras e acompanhamentos, desenvolvendo-se como uma ação pública para o combate da violência, minimizando assim os encaminhamentos para a delegacia. As visitas extraordinárias, em alguns casos, são acionadas em pleno ato da prática

jamento, trabalham em convergência e desenvolvem uma ação pública, com diversos atores envolvidos no combate à violência nas escolas de Salvador, tendo em vista que a instituição escolar isoladamente ente não consegue conter a evolução e os efeitos deste fenômeno. A ronda escolar, pontualmente possibilita a prevenção e a repressão da violência na escola, enquanto a delegacia oficializa o enquadramento infracional e o encaminhamento jurídico para outras esferas da justiça, a exemplo da vara da infância e do adolescente.

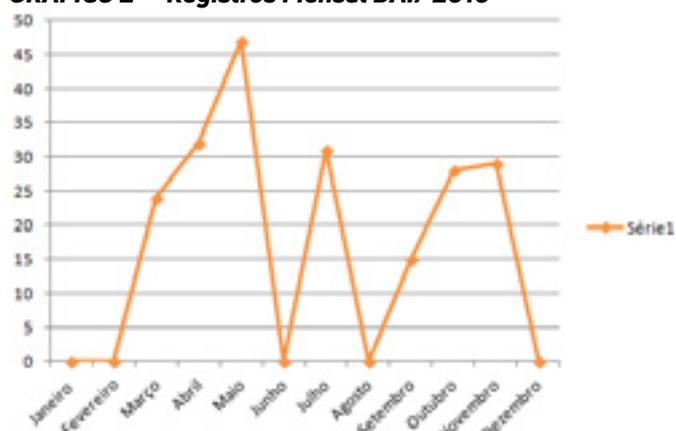
Ao analisar as dinâmicas de registros estatísticos mensalmente durante os quatro últimos anos, constatamos que as maiores ocorrências no primeiro semestre do ano letivo convergem para os meses de abril e maio,

conforme mostram os gráficos seguintes.

O Gráfico 4, que expressa os registros de 2012 apresenta queda nos meses de abril e maio. Porém o Gráfico 5, referente 2013, demonstra justamente que nos meses de maio houve um auge de de registros. Porém a relativa elevação de ocorrências se registra já no mês de janeiro, devido à greve de professores na rede pública de ensino. O importante é que os dados da DAI, coincidem com os da Ronda Escolar, na confirmação que os meses de maio e agosto, no transcurso dos anos letivos normais, concentram os maiores picos de violência na escola.

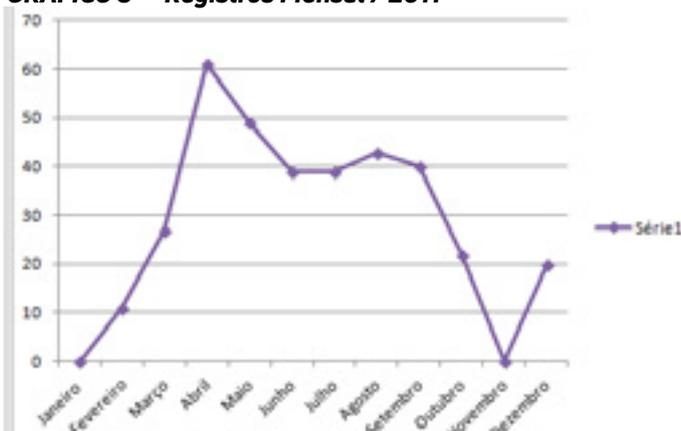
A explicação dada pelo sub comandante da polícia militar, responsável pela ronda es-

GRÁFICO 2 – Registros Mensal DAI/ 2010



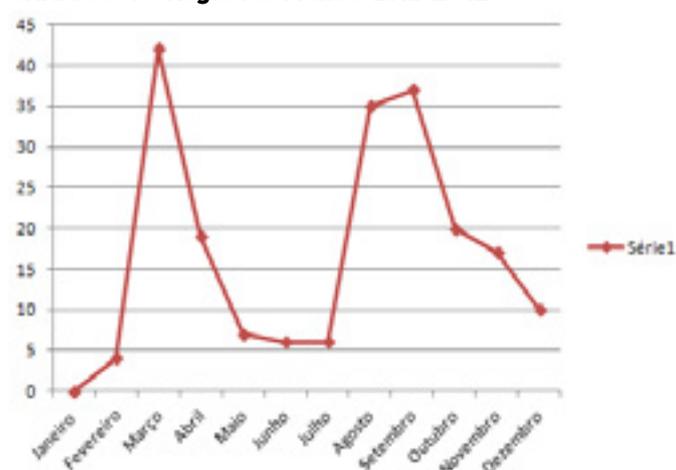
Fonte: Banco de Dados DAI,2013/Elaboração própria

GRÁFICO 3 – Registros Mensal / 2011



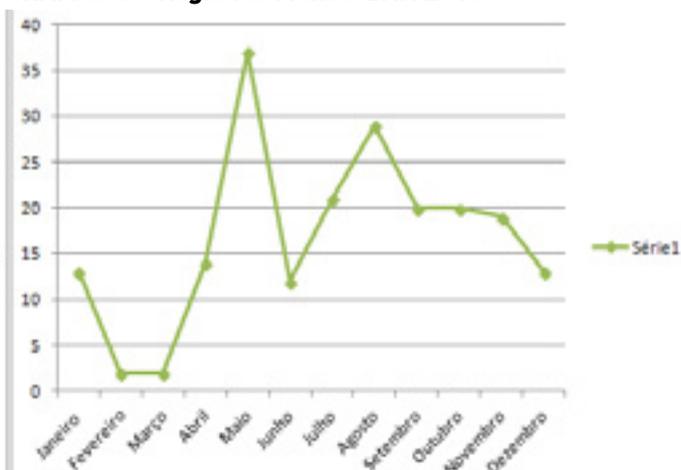
Fonte: Banco de Dados DAI,2013/Elaboração própria

GRÁFICO 4– Registros Mensal DAI/ 2012



Fonte: Banco de Dados DAI,2013/Elaboração própria

GRÁFICO 5– Registros Mensal DAI /2013



Fonte: Banco de Dados DAI,2013/Elaboração própria

da ação violenta.

A ronda escolar e a delegacia, mesmo sem combinação prévia, ou qualquer tipo de plane-

e no segundo semestre do ano letivo para os meses de agosto e setembro, nunca nos primeiros meses ou nos últimos meses do ano,

colar, é que nos meses de maio e agosto, os alunos já se encontram entediados com a escola, e parcialmente já alcançaram o objetivo

de possuírem o cartão de transporte coletivo “Salvador Card”, e o cadastro ativo da bolsa família, e passam a expressar a sua insatisfação através de comportamentos incivilizados e violentos. Outra explicação é que nos primeiros meses do ano letivo, houve tentativas da equipe pedagógica da escola em controlar o comportamento indisciplinado, como as tentativas não obtiveram êxito, a ronda escolar foi chamada.

Atos como lesão corporal, ameaças, vias de fato, porte de armas, furtos, roubos uso de drogas por alunos, além de agressões verbais e físicas, são constantes no cotidiano das escolas de Salvador, submetendo alunos, funcionários e professores a uma situação permanente de medo e insegurança, que se amplia quando a instituição escolar se mostra impotente para resolver esta situação sozinha. As tipologias das infrações são definidas através do Código Penal Brasileiro, que tem como uma de suas finalidades defender os cidadãos e punir àqueles que cometam crimes.

3. O SENTIDO DA INDISCIPLINA E DA INFRAÇÃO

A frequência da violência escolar, expressa por agravos físicos, materiais e psicológicos, e explicitados por ameaças, agressões, roubos, arrombamentos, lesões, tentativas de homicídios, entre outros atos, vêm acarretando danos irreparáveis para a vida partilhada do adolescente e do jovem na escola, enquanto instituição socializadora implicada na formação do sujeito, sobretudo para a escola pública, uma vez que as escolas privadas, contam com uma equipe de contenção (coordenadores e supervisores por áreas, auxiliares de corredores, seguranças), para os efeitos deste tipo de indisciplina e incivildade na vida dos adolescente. A violência na escola, radicalizada pela crise da instituição escolar e reflexo de uma crise da sociedade capitalista, tem fragilizado códigos indispensáveis às relações de convivência e solidariedade, a exemplo do respeito ao colega e ao professor, rompendo com parâmetros de hierarquização e obediência institucional, muitas vezes o que acontece na escola é reflexo dos conflitos também presente no âmbito familiar.

A participação de instituições externas no controle da violência escolar, denota em certa medida, que a escola não consegue resolver esta questão sozinha, sobretudo, quando a indisciplina se transforma em infração mais grave e física, saindo do controle escolar. A externalização da solução pelo recurso de uma associação à instituições da ordem como

a delegacia de polícia e a ronda escolar (polícia militar), produz um reenquadramento e passagem das condutas estudantis em atos infracionais que passam a ser regulados por novos atores e agentes públicos da área de segurança pública.

A indisciplina, a incivildade e a agressividade, como fenômenos que ao mesmo tempo em que contêm também reforçam os atos de violência, mobilizam uma heterogeneidade de atos explícitos através de diversas situações e intensidades (insultos, xingamentos, brigas verbais e físicas, depredações e roubos), incorporando também, o que podemos chamar de violência brutal, a exemplo de várias manchetes de jornal: “Aluno dá facada no pescoço de professor em Cajazeiras” (A TARDE, 03/03/2010); “Adolescente de 15 anos é atingido com um tiro dentro de escola” (A TARDE, 03/03/2010); “Uma adolescente de 17 anos foi esfaqueada na sala de aula” (A TARDE, 11/09/2012); “Estudante é assassinado dentro de escola em Salvador” (A TARDE, 01/08/2013); “Vigilante de Colégio Estadual é baleado por aluno no subúrbio de Salvador” (A TARDE, 09/08/2013).

Estes atos de brutalização das relações sociais, além de gerar um grave dano físico, rompe com a moral, a ordem e o padrão de civilidade esperado nas relações humanas, situações que ampliam a comoção social, por acontecerem dentro de uma instituição social direcionada para a formação dos sujeitos. Esses atos de violência, fogem ao controle da instituição escolar, que se encontra despreparada para lidar com a radicalização desses tipos de situação, necessitando, portanto, do apoio de instituições ligadas à segurança pública, com a finalidade de prevenir, inibir e promover a restauração da ordem. Assim, a radicalização dos atos de violência, o despreparo dos dirigentes em tratar as situações e até mesmo dos alunos e famílias de alunos da escola, levam a que a escola mobilize outras instituições (polícia civil e polícia militar), que restabeleça a ordem. Paradoxalmente essa via implica também em transformar o ato indisciplinar em ato de infração, encaminhado, quando necessário, à judicialização do fenômeno.

O trâmite que conduz a transformação do ato de indisciplina em ato de infração, acontece mediante o “registro da ocorrência”, que implica um deslocamento da responsabilidade do âmbito pedagógico para o âmbito policial, através da atuação de instituições da ordem pública. Tal trâmite promove a ressignificação do próprio ato, que passa a ser operado por instituições controladoras da ordem pública, alterando uma estrutura de sentido processualmente delineada por meio de regulações

polícias e jurídicas, alterando os “esquemas de interpretação” e os “quadros de sentido” (GOFFMAN, 1974).

O ato indisciplinar após ser registrado na delegacia transforma-se em ato infracional, o sentido se altera. As providências que serão tomadas em relação ao ato, envolvem em seguida os agentes envolvidos para prestar esclarecimentos. A depender do ato são intimados o representante da unidade de ensino (diretor, vice-diretor, coordenador, professor); o representante do agressor (pai, mãe, tio, irmão maior de idade, ou responsável); o representante da vítima (pai, mãe, tio, irmão maior de idade, ou responsável). Em alguns casos o policial ou alguém que presenciou o fato servirá como testemunha. Após a apuração inicial da ocorrência na delegacia, são feitos os encaminhamentos para o Ministério Público, em específico para as Varas Especializadas da Infância e da Adolescência que dará prosseguimento ao processo e, a depender do julgamento, o adolescente infrator poderá sofrer sanções que vão desde medidas socioeducativas até internamento de no máximo três anos em instituições competentes.

Em 2010, conforme registros da DAI, foram oficializadas 292 ocorrências; em 2011, elas evoluíram para 331 ocorrências; em 2012 caíram para 203 ocorrências, e em m 2013 foram registradas 115 ocorrências, a diminuição em 2012 e 2013, se justifica por uma atuação mais sistematizada da Ronda Escolar, que nestes mesmos anos, registraram respectivamente 488 chamados e 433 chamados para resolverem situações de violências nas escolas. Como o problema foi resolvido em lócus, não foi encaminhado para o registro na DAI. Este conjunto de dados ratifica que a transformação da indisciplina e da incivildade em ato de infração tem mobilizado a ação da polícia militar, através da ronda escolar e da polícia civil através da daí, mas não chega a descaracterizar a instituição escolar uma vez que mais da metade é resolvida no próprio ambiente escolar. Outra questão relevante é que mesmo com um percentual expressivo de registros de ocorrências, ainda elas não revelarem a totalidade dos atos de indisciplina ocorridos no espaço escolar, pois muitos desses atos não são oficializados, o que só ocorre quando a situação foge o total controle da escola. Muitas escolas fazem restrições ao registro da queixa, exemplo disto é que as secretarias do estado e do município não têm qualquer tipo de registro em relação aos casos de violência nas escolas, ou seja, há uma estratégia institucional de “blindagem” dessas ocorrências nesse espaço, no que se refere a produção de dados oficiais que comprove a existência da violência escolar tão

branda na rede pública. (SOARES, 2014)

No trâmite entre a instituição socializadora (escola) e as instituições da ordem (delegacia e ronda escolar) no combate à violência na escola, a ronda escolar ocupa uma função de mediação, ela recebe os chamados das escolas notificando ocorrências, através de ligação telefônica, e, ao chegar e tentar intervir no controle da ocorrência decide se procederá ou não ao encaminhamento do ato para o registro na delegacia. A polícia é a principal “denunciante” responsável pelo registro dos atos de infração, através da ronda policial, que quando chamada à tempo, conforme depoimento do comandante responsável, consegue na maioria das vezes atuar o flagrante nos “infratores” e só no caso de impossibilidade do tratamento da situação ser feita no local, é que o caso é conduzido à delegacia.

Vale acrescentar que o contato com a ronda policial é feito pela escola quando não consegue controlar a ocorrência e busca reforço, ou seja, a polícia é chamada após a situação deflagrada. Tal situação indica que a parceria estabelecida entre a escola e a polícia, é apenas preventiva, mas é exercida no sentido de impor a autoridade punitiva, o que dificulta um maior controle das incidências. Segundo entrevista com a delegada titular da DAI, “a família em percentual relativamente baixo registra a queixa, e quando o faz, tem a expectativa que o filho ou tutelado não seja mais vitimizado por situações de violência ou humilhação, buscando proteção e segurança”. Entretanto, a partir de 2012, mesmo com a redução geral do número de registros de ocorrências na DAI, justificado por uma maior filtragem dos casos

realizada pela ronda escolar, que passa a resolver determinados casos em lócus, o número de denúncias feitas pelas famílias vem crescendo, apresentado um percentual em 2012, de 25% dos registros na DAI, 13% maior do que no ano anterior; em 2013, este percentual sobe para 30%, 5% maior do que o ano anterior e o dobro do apresentado em 2010. Apesar do crescimento em termos absolutos esses números são baixos.

Os registros realizados por representantes da escola, possuem um percentual baixo, os dirigentes por medida de segurança preferem transferir essa responsabilidade diretamente para a polícia, e os poucos casos de registros realizados diretamente por representantes da escola são apenas aqueles que envolvem agressão a professores ou funcionários da instituição. Tal percentual diminuto pode expressar também o receio que muitos dirigentes têm de expor a instituição de ensino, estigmatizando a escola como lugar violento e sem autoridade.

Consideramos que os registros das ocorrências pode ser compreendido como uma medida de segurança, repreensão aos atos indisciplinados e busca de justiça. Assim, quando avaliamos as estatísticas das ocorrências policiais, disponibilizadas pela DAI e referentes aos três últimos anos (2010, 2011, 2012) constata-se que um número de registro expressivo, mesmo com sua redução a partir de 2012, ano em que a ronda escolar começa a agir propiciando maior filtragem no encaminhamento das ocorrências, mesmo assim algumas ainda continuam chegando a delegacia e sendo registradas.

	2010	2011	2012	2013
ANUAL	292	331	203	115
MENSAL	32,4	36,7	25,3	13,5

Fonte: Banco de dados da DAI, 2013

Ao analisarmos os quatro últimos anos, observa-se um crescimento de 4,3 casos ao mês, entre 2010 e 2011, anos cujo calendário letivo não foi submetido a interrupções, diferente do ano de 2012 e 2013, em que ocorreram diversas greves e uma maior ação da ronda escolar, repercutindo numa redução de 11,8 casos por mês. Atos como lesão corporal, ameaças, vias de fato, porte de armas, furtos, roubos uso de drogas por alunos, além

de agressões verbais e físicas aparecem no cotidiano das escolas de Salvador, submetendo alunos, funcionários e professores a uma situação permanente de medo e insegurança, que

se amplia quando a instituição escolar se mostra impotente para resolvê-los, como revelam os dados da DAI.

O trâmite que conduz ao registro da ocorrência e à qualificação da infração implica no encaminhamento de processo em relação ao ato cometido, que também pode ser denominada de crime ou contravenção, podendo ser encaminhado a julgamento, e culminar em penalização para o infrator, dos casos analisados aproximadamente 20% seguem em processo de julgamento. Por se tratar de adolescente a punição geralmente se estabelece como medidas socioeducativas, que são atividades impostas aos adolescentes infratores, com a finalidade de reintegrá-los ao convívio social.

As infrações que acontecem na escola representam uma brutalização emerge no comportamento de adolescentes e jovens e se instituem nas relações de convivência e na rotina escolar, colocando em questão a autoridade e a própria responsabilidade que esta instituição tem em relação à formação do sujeito em seu processo de humanização. A escola como agência formativa e responsável pela reprodução de códigos de civilidade e princípios éticos acaba se transformando em uma instituição destituída de força para impor limites e assegurar a norma em seu próprio espaço. O adolescente que pratica a violência no espaço escolar rompe com um conjunto de regras e normas, atinge também a representação da escola enquanto instituição basilar: ele não agride apenas aquele(a) a quem atinge diretamente com sua ação, mas todo um coletivo. A oficialização dos dados e das ações violentas no espaço escolar, através dos registros das ocorrências em órgão da secretária da segurança, eleva a indisciplina de um fato isolado entendido como descontrole pedagógico à uma ocorrência policial, uma infração que necessita ser controlada pela justiça. Situação que evidencia que a instituição escolar sozinha não conseguirá conter a incivilidade e as práticas de violência e desordem, que alteram as relações de alteridade e respeito entre professores e alunos. Por outro lado, o poder de polícia e sua forma punitiva e repressora não é suficiente, e talvez não se proponha a resgatar a civilidade e o respeito da escola enquanto espaço virtuoso de direitos, implicado na formação do sujeito para a vida em sociedade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência na escola como desdobramento de uma violência mais ampla, tem evoluído e descaracterizado a função civilizatória e transformadora da escola, assim como representa, de forma objetiva, um constrangimento sobre as condições de sociabilidade e convívio, colocando em risco a vida de adolescentes e jovens. Esta artigo, longe de esgotar as complexidades sobre este tema, busca trazer subsídios para discutir o tema a partir da hipótese de que o crescimento da violência e da criminalidade juvenil no âmbito das instituições escolares, conforme apontam dados e estatísticas apresentadas, afetam o a função civilizatória da instituição escolar, na medida em que elas impossibilitadas de solucionar conflitos mais radicais (alguns implicando em morte) buscam amparo nas instituições policiais. Essa passagem da regulação do conflito e da disciplina nas escolas com recurso a ins-

tuições policiais, se, de um lado, pode ajudar a escola a resolver tensões que escapam aos mecanismos tradicionais de disciplinamento pedagógico, por outro lado, desloca o papel da escola na socialização dos jovens. Essa relação entre escola e instituições de segurança pública, representa uma nova faceta da regulação institucional para os jovens e uma tendência à securitização da vida e da sociabilidade juvenil permeada pela ação mediadora de instituições da ordem pública.

O fenômeno da violência escolar não é uma característica de países da periferia, ou do terceiro mundo, mas atinge igualmente, mesmo que de forma distinta, países como EUA e França, expressando uma crise mais ampla da instituição escolar. Que envolve rupturas das antigas formas de solidariedade e coesão social e uma ênfase em soluções imediatas com base em ações de controle da esfera policial. Essa tendência acaba por enquadrar as situações de indisciplina entre estudantes em formas de subversão da ordem, pode resignificar as condutas, e os jovens, num contexto de “criminalização” pelo enquadramento nos registros de ocorrências, evoluem ela ou não para outras instâncias penais.

A fragilização do princípio da autoridade e do respeito na escola, assim como a subversão de sua função, ampliaram os espaços para a permissividade da rebeldia juvenil, que tem se expressado no ambiente escolar através de reiteradas práticas de indisciplinas e incivildades. A autoridade passou a ser desconsiderada e com ela o respeito e a subordinação às regras institucionais, criando um campo fértil para o crescimento da violência no âmbito escolar. A escola vulnerabilizada se mostra também incapaz de controlar a violência que invade o seu cotidiano, levando-a a buscar parcerias com outras instituições – DAI e Ronda Escolar. A interseção e colaboração entre a escola e instituições policiais se de um lado pode ser eficaz pontualmente no controle e inibição dos atos de violência, por outro lado pode produzir por efeito a transformação do ato de indisciplina em ato de infração, mediante o registro da ocorrência, implicando no deslocamento da responsabilidade do âmbito pedagógico para o âmbito policial, através da

atuação de instituições da ordem pública. Essa afirmação, no entanto, tem que ser relativizada conforme a análise efetiva dos dados e a forma como gradativamente elas vão dialogando.

A operação da Ronda Escolar foi criada para dar cobertura e proteção prevenindo, coibindo e colaborando para prevenir contra a radicalização do uso de violência no ambiente escolar. A institucionalidade de uma delegacia especializada cria alternativa de proteção para a escola, que ao recorrer à essa instância produz indiretamente um deslocamento de sentido e prática de enquadramento de adolescente indisciplinado em adolescentes infratores. Nessa situação a delegacia aparece como centro de convergência da institucionalização penal da indisciplina escolar. No entanto, nesse processo observa-se uma tendência e cuidado da escola em sustar esse processo, seja blindando a escola da ação de operações mais efetivas de controle da ordem, seja pela busca tanto da escola como da própria ronda policial de negociar e mediar o conflito no âmbito da própria escola evitando a estigmatização dos envolvidos em casos de infração e reforçando uma relativa autonomia do espaço escolar, como mostram os dados da pesquisa de campo e a redução do número de registros.

O desenvolvimento desta ação pública e a interseção entre instituições escolares e instituições policiais especializadas para o atendimento dos jovens em situações de conflito dialogam com um conjunto de transformações sociais, com as condições de inserção no universo do trabalho das famílias dos alunos, com as formas de exclusão social, e falta de efetivação de direitos sociais para as camadas populares na sociedade contemporânea, com as incertezas da condição juvenil e com a crise de legitimidade das funções mais amplas da escola. A passagem das ocorrências de violência para a instância policial desloca os sentidos de suas ações e o encaminhamento dos conflitos escolares na situação de infrator, o que pode acarretar punições legais pelo ato cometido – antes era um “caso de escola” que se transforma em um “caso de delegacia”. O deslocamento da situação do âmbito da instituição escolar para o policial implica também envolve novas formas de representação do grupo e da socie-

dade sobre o jovem culpabilizado, afetando a sua representação social.

A transformação dos atos de indisciplina em atos de infração, como fenômeno associado à evolução da violência na escola, conforme vimos neste estudo, são influenciados por um conjunto de situações sociais que repercutem sobre a instituição escolar e leva a fragilizá-la no enfrentamento de suas funções socializadoras de preparação da cidadania questão.

Os processos sociais implicados na transformação da indisciplina em infração na escola envolvem a criação de uma ação pública de segurança pública através da DAI e da Ronda Escolar, implicando a mediação de e agentes sociais e públicos na prevenção e garantia da ordem pública que afeta o grupo de jovens adolescentes. Eles estão implicados na restauração do controle e da ordem da instituição escolar. A ação pública e a mobilização dos agentes sociais se constitui como uma ação legítima e inovadora, que se de um lado amparam a escola no enfrentamento desse problema, pois sozinha não conseguirá reverter as tensões de desgaste e subversão de função que a escola contemporânea vem passando, de outro lado torna consciente que a via da Segurança Pública e as escolas são importantes para suprir questões estruturais que estão na base do sistema.

A relação entre escola e instituições de política, portanto não pode ser previamente “negada” ou ser objeto de conclusões apressadas que conclua sobre a positividade da ação da polícia ou falência da escola. Na realidade há fronteiras tênues nessa interdependência institucional e é exatamente a partir de um exame mais detalhado sobre situações em que esta relação não se efetiva (ou seja, escolas que não constam dos registros ou com a inerteza da ação especializada da ronda) que se observam os paradoxos e limites das relações entre escola, violência e ronda policial ou DAI. Ou seja, a objetivação e instituição da ação pública é condicionada pela prática efetiva de construção da política e dos limites da ação pública e do conhecimento que reproduzem a realidade social dessa relação.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G. Violências nas escolas. Brasília: UNESCO/ Ministério da Saúde/ Ministério da Justiça/ CNPq/ Instituto Ayrton Senna/ UNAIDS/ Banco Mundial/USAID/ Fundação Ford/ CONSED/ UNDIME, 2002.
- ALUNO dá facada no pescoço de professor em Cajazeiras. A Tarde, Salvador, p. 10, 10 mar. 2010.
- ADOLESCENTE de 15 anos é atingido com um tiro dentro da escola. A Tarde, Salvador, p. 15, 15 maio 2010.
- ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1994.
- CODO, Wanderley (Org.). Educação, carinho e trabalho. Petrópolis: Vozes; Brasília: CNTE/Universidade de Brasília/Laboratório de Psicologia do Trabalho, 1999.
- GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- MONROY, Guadalupe Villalobos. La violencia en la escuela: claroscuro de una realidad. Educare, Meridá, v. 11, n. 36, supl. 36, p. 55-76, mar. 2007.
- TELLO, Nelia. La socialización de la violencia en las escuelas secundarias. Revista Mexicana de Investigación Educativa, Distrito Federal, v. 10, n. 27, p. 1165-1181, out./dez. 2005.
- SOARES, Antonio Mateus. Violência na escola: transformação do ato de indisciplina em ato de infração e a mobilização de ações públicas. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais UFBA. Salvador, 2014.
- WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2013: homicídios e juventude no Brasil. Rio de Janeiro: CEBELA/FLASCO, 2013.

JOVENS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO E TRÁFICO DE DROGAS EM SALVADOR-BA

Claudenice Teixeira C. Mayo¹

RESUMO: Este estudo compreende a relação entre privação de direitos de adolescentes moradores de bairros pobres e excluídos e o envolvimento com o tráfico de drogas, apresentando como consequência a ampliação da criminalidade juvenil em Salvador-BA. O escrito apresenta de forma pontual a relação perversa entre adolescentes e jovens em situação de risco e cooptação pelo mundo das drogas e pela economia do crime. Como metodologia realizamos revisão de literatura, pesquisa documental e pesquisa de campo com levantamentos de dados em órgãos públicos e em bairros populares de Salvador-BA. A fragilização do Estado de Direito na geração e manutenção de políticas públicas eficientes e contínuas para os adolescentes e jovens, associado a crise institucional que o país atravessa, desemprego severo e racismo estrutural são interpretados como conjunturas que ampliam a vulnerabilização da população juvenil face aos tentáculos do crime organizado.

Palavras-chaves: adolescentes. criminalidade. drogas

ABSTRACT: This study comprehends the relationship between deprivation of rights of adolescents living in poor and excluded neighborhoods and involvement with drug trafficking, resulting in the expansion of youth crime in Salvador-BA. The piece briefly presents the perverse relationship between adolescents and young people at risk and co-opted by the drug world and the crime economy. As methodology we conducted literature review, documentary research and field research with data collection in public organs and in popular

neighborhoods of Salvador-BA. The weakening of the rule of law in the generation and maintenance of efficient and continuous public policies for adolescents and young people, associated with the institutional crisis that the country is going through, severe unemployment and structural racism are interpreted as conjunctures that increase the vulnerability of the youth population to the tentacles of organized crime.

KEY WORDS: adolescents. crime. drugs

1. INTRODUÇÃO

Do ponto de vista etário a população juvenil é aquela na faixa etária de 15 e 29 anos, neste escrito focalizaremos na parcela oficialmente adolescente desta população. A adolescência é uma palavra que possui dupla origem etimológica, caracterizando as peculiaridades dessa etapa da vida. Tem origem latina ad (a,para) e olecer (crescimento) significando a condição e processo de crescimento, mutação, transformação. A adolescência e a juventude refere-se a uma faixa de idade, um período da vida, em que se completa o desenvolvimento físico do indivíduo através de uma série de mudanças psicológicas e sociais, que ocorrem quando este abandona a infância e começa a sua entrada no mundo adulto. (ABRAMO,1994, p. 11)

Para Levisky (2001), o adolescente se encontra em uma faixa de risco e as condições sociais adversas ampliam a situação de vulnerabilidade, tornando-se receptivos a vários estímulos internos e externos no seu desenvolvimento social e psicológico que podem vir a interferir na formação de sua identidade. O adolescente carrega potenciais destrutivos e construtivos, criativos e reparadores, os quais podem ser estimulados ou reprimidos de acor-

do com o que é estabelecido pela sociedade. Neste sentido, Miriam Abramovay e Mary Castro (2002), defendem que a vulnerabilidade social se produz através da fragilização de indivíduos ou grupos expostos a riscos e a níveis elevados de segregação, que se ampliam nas situações de crises econômicas, falhas nos sistemas de seguridade e de proteção social, precariedade e instabilidade laboral, intensificadas pela dificuldade de inserção nas estruturas sociais e, como defende (PIZZARO, 2001), fatores que levam a uma maior instabilidade e exclusão de jovens, e que têm gerado uma baixa expectativa de progresso na vida para este público.

Não diferente de outros centros urbanos, verifica-se que em Salvador há um crescente número de adolescentes envolvidos com o tráfico de drogas, especialmente nas áreas mais pobres, o que vem provocando consequências à vida destes adolescentes, como o elevado número de crimes de homicídios, sofridos e praticados por adolescentes, atingindo o principal direito fundamental, que é o direito à vida, conforme se verifica no bando de dados na Delegacia para o Adolescente Infrator-DAI, os quais serão apresentados neste trabalho.

Conforme Antonio Mateus Soares (2015), a privação de acesso aos direitos sociais, expressos em condições de pobreza e carências sociais, repercutem no esvaziamento da cidadania impondo aos adolescentes uma série de obstáculos que bloqueiam o acesso à sociedade de direitos e fragilizam às expectativas de inserção em uma vida lícita, sobretudo ao mundo do estudo e do trabalho. Tais situações se agravam, quando estes adolescentes fazem parte de famílias em situação de desajustes e com dificuldades de prover o básico necessário para a manutenção da vida digna, contextos que os tornam vulneráveis à cooptação do tráfico de drogas (CRUZ NETO,2001).

Impedidos de acessar à sociedade de direitos, o envolvimento na vida ilícita passa a ser uma alternativa de inserção à sociedade de consumo. Este conjunto de situações fazem parte do cotidiano de adolescentes que moram em bairros periféricos de Salvador, áreas empobrecidas e que sofrem com a falta de investimentos sociais e desenvolvimento de políticas públicas por parte do Estado, desdobrando-se em baixa coesão coletiva, solidariedade e difícil participação na luta por interesses comuns, acumulando assim vulnerabilidades, que ampliam o poder de cooptação de adolescentes pelo tráfico de drogas que termina ocupando às lacunas deixadas em aberto pelo Estado de Direito.

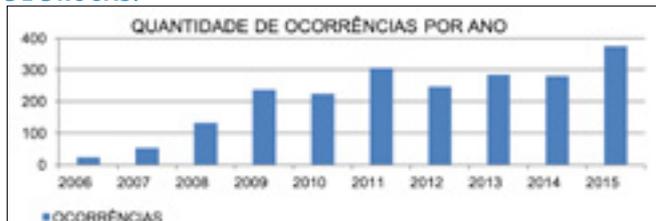
¹ Mestre em Segurança Pública (UFBA); Delegada Titular - Secretaria de Segurança do Estado da Bahia (SSPBA); Departamento de Polícia Metropolitana (DEPOM). Membro do Grupo de Pesquisa (Cnpq): Violência, Território e Direitos Humanos. E-mail: claudenicemayo@gmail.com



2. AS ESTATÍSTICAS E SUAS REVELAÇÕES

De acordo com as estatísticas levantadas na DAI - Delegacia para o Adolescente Infrator de Salvador, tem havido um aumento do envolvimento de adolescentes no tráfico de drogas, e em consequência desse envolvimento tem se verificado também o aumento da mortalidade de crianças e adolescentes por crime de homicídio, principalmente com a utilização de arma de fogo, fato que ocorre com maior incidência nos bairros pobres de Salvador. Os números apresentados fazem parte da coleta de dados feita junto a Delegacia e também de acordo a Fundação da Criança e do Adolescente FUNDAC (Sipia/2014).

GRÁFICO 01 - EVOLUÇÃO DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS ENVOLVENDO ADOLESCENTES EM TRÁFICOS DE DROGAS.



FONTE: Delegacia para o Adolescente Infrator – DAI

No gráfico 01 que cobre o período de 2006 a 2015, observamos os números relativos às ocorrências de tráfico de drogas envolvendo adolescentes e registrados na delegacia especializada a partir de 2006 até o ano de 2015. Em 2006 e 2015 o crescimento de registros foi progressivo, havendo pequenas oscilações, mas não compromete a análise geral que indica expressivo aumento de registros. Em 2006, foram registrado 23 ocorrências, em 2009, este número é 10 vezes maior, computando 237 ocorrências, houve uma pequena redução em 2010, que apresentou 223 ocorrências, mas o crescimento foi logo retomado em 2011, apresentando 305 casos de registros, no ano seguinte, 2012, houve uma pequena redução no número de ocorrência. Mas chama atenção a evidência que entre 2006 a 2015, o crescimento de registros de ocorrência, envolvendo adolescentes no tráfico de drogas é de 16 vezes mais, em 2015, havíamos o registro de 376 casos de ocorrência.

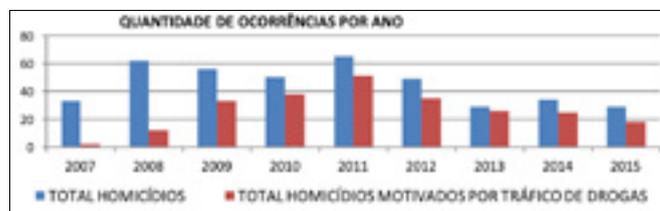
GRÁFICO 02 - EVOLUÇÃO DOS REGISTROS DE HOMICÍDIOS E TENTATIVAS DE HOMICÍDIOS ENVOLVENDO ADOLESCENTES ENTRE 2007 E 2015



FONTE: Delegacia para o Adolescente Infrator – DAI.

Em 2013, segundo gráfico 2, teremos um maior índice de ocorrência de homicídios envolvendo adolescentes associados ao tráfico de drogas, dos 29 casos de mortes registradas em 2013, 26 mortes ou equivalente a 90% do total foi motivado pelo tráfico de drogas.

GRÁFICO 03 - COMPARATIVO DOS REGISTROS DE HOMICÍDIOS E TENTATIVAS DE HOMICÍDIOS ENVOLVENDO ADOLESCENTES ENTRE 2007 E 2015.



FONTE: Delegacia para o Adolescente Infrator – DAI

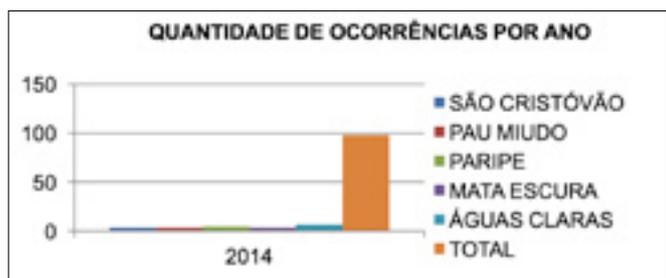
O perfil étnico-racial e de classe dos adolescentes enquadrados nos registros de ocorrência de envolvimento com o tráfico de drogas e com os homicídios associados a esta prática criminal, reafirma a situação de vulnerabilidade social do jovem negro e pobre de Salvador, em quase 90% dos casos registrados na DAI, a indicação do perfil étnico-racial do infrator afirma que são negros e pobres, moradores de bairros da periferia, em sua maioria absoluta de sexo masculino.

Conforme levantamentos através de dados disponibilizados no Centro de Estatísticas da Polícia Civil – CEDEP, e no Departamento de Homicídio e Proteção a Pessoa, referente aos anos de 2014 e 2015, constatamos que nos bairros do Súburbio Ferroviário de Salvador e na área conhecida como “miolo urbano” – micro região intercalada entre a Av. Paralela e a BR-324, recebe este nome devido ao fato de ser a área central

da extensão territorial do município de Salvador, há o maior acúmulo de registros de mortes envolvendo adolescentes (gráfico 4 e 5).

Os dados do CEDEP, apresentam os bairros em específico, e os dados Departamento de Homicídios indica as áreas da micro região urbana – região atlântica (bairros banhados pelo Oceano Atlântico até Itapuã/ inclui-se também os bairros de Brotas e Federação); região central (bairros da área qualificada como “miolo urbano”/ abrange os bairros de Pau da Lima, Tancredo; Águas Claras; São Cristovão e outros dentro do intervalo Av.Paralela e Br-324); região da Baía de Todos os Santos (centro histórico e os bairros mergeados pela Baía de todos os Santos, integrados ao Subúrbio Ferroviário), vide (gráfico 6). Quando cruzamos os dois levantamento feitos, novamente os bairros empobrecidos e em situação de periferização aparecem como de maiores incidências criminais, áreas onde há o acúmulo de privações de direitos e condições adversas que ampliam vulnerabilidade social de adolescentes e jovens entre 12 e 17 anos.

GRÁFICO 04 – REGISTROS DE HOMICÍDIOS E BAIROS DE SALVADOR – ANO DE 2014.



FONTE: Delegacia para o Adolescente Infrator – DAI

No ranqueamento das ocorrências de homicídios de adolescentes supostamente envolvidos com o tráfico , seguindo Águas Claras (registro de 7 homicídios); Mata Escura (registro de 6 homicídios), ambos localizados na área do “miolo urbano”, temos os bairros de Paripe (registro de 5 homicídios); Pau Miudo (registro de 5 homicídios); localizados no Subúrbio Ferroviário de Salvador, e em quinta posição o bairro de São Cristovão (registro de 4 homicídios), localizado no final da Av.Paralela, sentido Aeroporto Dois de Julho.

GRÁFICO 05 – REGISTROS DE HOMICÍDIOS E BAIROS DE SALVADOR – ANO DE 2015.



FONTE: Delegacia para o Adolescente Infrator – DAI

Em 2015, a ocorrência dos homicídios continuam a acontecer em áreas urbanas, marcadas pelo empobrecimento econômico e pela priva-

2 Subúrbio Ferroviário compõe um dos maiores territórios de pobreza de Salvador tem, 22 bairros e aproximadamente 700 mil habitantes de acordo com o último censo do IBGE (2015), em sua maioria negros, pobres e com baixa escolaridade, vítimas dos maiores índices da violência urbana do contexto metropolitano. Nesta área há predominância de habitações precárias e deficientes, com aglomerados de barracos em morros, encostas e até mesmo sobre a Baía de Todos os Santos.

ção de direitos sociais para a população. Neste ranqueamento os bairros de Paripe e Lobato aparecem no topo do posicionamento, sendo seguidos pelos bairros de Plataforma, Fazenda Coutos e Fazenda Grande. Neste as ocorrências indicam que houve uma maior concentração nos bairros do subúrbio, que pode ser justificada por um processo de migração e rotatividade criminal, tendo em vista que quando as estatísticas aponta uma área, o sistema de segurança tende a ser mais atuante nesta área, levando o fenômeno da criminalidade se deslocar temporariamente. A localização destes bairros indicam que seu território têm em comum a intercepção de uma via estruturante, BR ou BA, ao mesmo tempo que encontram imersos no recorte territorial de bairros, eles apresentam fluência na circulação através das vias, bairros que se localizam estrategicamente, obedecendo as lógicas do tráfico de drogas.

GRÁFICO 06 – RELAÇÃO ENTRE REGISTROS DE HOMICÍDIOS E MICRO REGIÕES URBANAS DE SALVADOR – ANO DE 2014 E 2015.



FONTE: Delegacia para o Adolescente Infrator – DAI

Os bairros que compõem o complexo do Subúrbio Ferroviário2 de Salvador (região da Baía de Todos os Santos), são os que apresentam o maior volume de índices de homicídios de adolescentes, sendo seguido pelos bairro da área do miolo urbano (região central), áreas marcadas por um acúmulo social da violência (ESPINHEIRA, 2008, 2001)

3. O PERFIL DE ADOLESCENTES QUE SE ENVOLVEM COM O TRÁFICO DE DROGAS

Visando uma melhor compreensão da situação e do perfil de adolescentes que se envolve no tráfico de drogas, foram realizadas entrevistas, com perguntas objetivas sobre o envolvimento do adolescente no tráfico de drogas, e sua relação com às instituições sociais família, escola e perspectiva de vida, contribuindo em uma maior análise do tema deste estudo, através de reflexões sobre as respostas dadas pelos adolescentes entrevistados. Foram realizadas 17 (dezessete) entrevistas com adolescentes que se envolveram no tráfico de drogas e foram apreendidos na Delegacia para o Adolescente Infrator, entre os meses de outubro de 2014 e fevereiro de 2016.

Em relação a formação escolar, 16 (dezesseis) possui curso fundamental incompleto, e apenas um, o ensino médio incompleto; os adolescentes são oriundos dos diversos bairros de Salvador, todos de bairros pobres, como os que compõem o Subúrbio Ferroviário de Salvador, Engenho Velho de Brotas, Uruguai, Cosme de Farias, Aguas Claras, São Cristóvão, entre outros. Em relação com quem moram, sete responderam que moravam com a mãe e irmãos, dois moravam sozinhos, dois com a companheira, cinco com mãe e avós e outros familiares; os motivos de não morarem com os pais, foram rixa no bairro, pais falecidos, se encontrar em situação de ameaça, pais separados, envolvimento com drogas,

morar com uma companheira, outros motivos; quanto ao número de pessoas que moram na casa, um adolescente respondeu que morava sozinho, três responderam que moravam com duas pessoas, cinco com três pessoas, um com quatro pessoas, três com cinco pessoas, três com seis pessoas e um respondeu com dez pessoas.

Em relação aos estudos, treze afirmaram que não estudavam, abandonaram os estudos e quatro afirmaram que estudavam; quanto aos motivos foram diversos, dois não tinham vontade, três não tem motivos, quatro por envolvimento com drogas, quatro não responderam, um para trabalhar e um por briga na escola, um por rixa e um por separação dos pais; em relação aos motivos que os fizeram entrar na atividade do tráfico de drogas, dois

responderam que foi por falta de trabalho, seis porque queriam ter dinheiro, dois não tinham explicação, um para comprar comida, um para ajudar a mãe, um por por influência de más amizades, três, para compra de objetos de marca, e dois para ganhar mais, já que trabalhando em atividade lícitas, ganhavam menos;

Quanto a reincidência no cumprimento de medidas socio-educativas, para sete adolescentes, foi a primeira vez, três a segunda vez, seis foi a terceira vez e um, a quarta vez; quanto aos motivos, foram diversos, por tráfico de drogas, por roubo, por homicídios, por furto, por roubo, por porte ilegal de arma de fogo e tentativa de homicídio. Quando perguntados se pretendiam deixar de atuar na atividade do tráfico de drogas, a maioria respondeu que sim; um respondeu que não sabia, e um res-

pondeu que pensava em deixar um dia; quanto a perspectiva de futuro, nove adolescentes responderam que não tem perspectiva de futuro, não pensavam e não tinham idéia no que poderia ser ou fazer no futuro, um preferia não responder, um queria seguir a profissão do pai, eletricitista, um respondeu que queria ser policial, dois queriam ser mecânicos, um vendedor de roupas um jogador de futebol e um cantor; quanto a faixa etária, um com treze anos de idade dois com 14 anos, dois com 15 anos, três com 16 anos e nove com 17 anos; em relação ao sexo dos entrevistados, foram 16 (dezesseis) adolescentes do sexo masculino e uma do sexo feminino.

Referências

- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 1, n. 116, p. 143-176, 2002.
- ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas Juvenis*. São Paulo: Scritta/Anpocs, 1994.
- CRUZ NETO. *Nem Soldados, Nem Inocentes: Juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Otávio Cruz Neto, Marcelo Rasga Moreira e Luiz Fernando Mazzer Sucena, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.
- DINIZ, A.M.A.; Batella, W.B. Criminalidade violenta das regiões de planejamento de Minas Gerais. Uma abordagem qualitativa. *Caderno de Geografia*. Belo Horizonte. V.14 a 23, 2 sem. 2004.
- ESPINHEIRA, Gey. (Org.) *Sociedade do medo – teoria e método da análise sociológica em bairros populares de Salvador*. Salvador: Eudfba, 2008.
- Salvador: sociabilidade e violência na vida cotidiana em Salvador. *Bahia Análise e Dados*, Salvador, v. 11, p. 8-18, 2001.
- FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- LEVISKY, D.L. (2001). Apresentação. Em DL LEVISKY (org). *Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção: conhecendo, articulando, integrando e multiplicando*. São Paulo, caso de psicólogo Hebraica.
- PIZARRO, R. *La vulnerabilidad social y sus desafíos: una mirada desde América Latina*. Santiago de Chile: CEPAL, 2001. (Serie Estudios Estadísticos y Prospectivos, n. 6).
- SOARES, Antônio Mateus. *Violência na escola: transformação do ato de indisciplina em ato de infração e a mobilização de ações públicas*. Tese de Doutorado no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, 2015 348p.



JOVENS NEGROS E NECROPOLÍTICA: a chacina do cabula em Salvador - BA na mídia

Taiane Almeida Santos¹

RESUMO

A matança objetiva e simbólica de jovens negros em Salvador - BA e o tratamento dado pela mídia são analisados neste artigo, que tem como uma das referências a noção de necropolítica. Como estudo de caso manifestaremos a Chacina do Cabula, ocorrida em 2015, que teve como consequência a execução sumária de 12 jovens por policiais militares. No entendimento realizado cruzamos à política de Segurança Pública do Estado, que não difere muito da política nacional, o discurso de guerra às drogas, o sensacionalismo da mídia escrita e a omissão do Estado de Direito. Além de pesquisa documental realizamos análises de conteúdo de matérias de dois jornais impressos do Estado, neste procedimento avaliamos sistematicamente a descrição do conteúdo e a forma que a Chacina do Cabula era apresentada pela mídia.

PALAVRAS CHAVES: juventude negra. segurança pública. mídia

ABSTRACT

The objective and symbolic killing of young black people in Salvador - BA and the treatment given by the media are analyzed in this article, which has as its reference the notion of necropolitics. As a case study we will express the Cabula Slaughter, which took place in 2015, which resulted in the summary execution of 12 youths by military police. In our understanding, we have crossed the State Public Security policy, which does not differ much from the national policy, the drug war discourse, the sensationalism of the written media and the omission of the rule of law. In addition



tion to documentary research we conducted content analysis of articles from two state newspapers, in this procedure we systematically evaluated the description of the content and the way that the Slaughter of the Cabula was presented by the media.

KEYWORDS: black youth. public security. media

1. INTRODUÇÃO

A importância de fazer da Chacina do Cabula, ocorrida em 2015 em Salvador-BA, cidade com maior população negra fora da África, objeto deste artigo recai, em primeiro lugar, no fato de que ela não pode ser esquecida. Portanto, torná-la objeto de investigação científica é uma maneira de inscrevê-la nos anais

da história sob uma ótica crítica. Em segundo lugar, a Chacina do Cabula revela a falência da política de segurança pública vigente não somente no Estado da Bahia, mas em todo o país. Em terceiro lugar, a chacina revela o *modus operandi* da RONDESP, ou seja, a hipocrisia da narrativa de uma política de segurança que se diz baseada na produção da paz, mas que na calada da noite covardemente ceifa a vida de jovens negros das periferias. Em quarto lugar, a Chacina do Cabula demonstra a necropolítica praticada pelo Estado que aprofunda o genocídio do povo negro em nome da guerra às drogas.

Para Mbembe (2018), a necropolítica se institui quando se nega a humanidade do outro e toda a violência se torna possível, desde formas de exclusões até morte, a juventude negra é a principal vítima da necropolítica – ou política da morte. Quando a política de segurança pública através do Estado possibilita práticas cruéis com falso discurso de manter a ordem. Adotando para este fim tipografias de crueldades urbanas, em que há lugares como os bairros do Cabula/Tancredo Neves, que se localizam na área do “miolo urbano” de Salvador-BA, bairro de ocupação heterogênea popular e de classe média baixa, circundado por bolsões de exclusão, em que a necropolítica subalterniza o espaço e os seus habitantes, geralmente negros vítimas do racismo estrutural. A Chacina do Cabula, nacionalmente conhecida pelo extermínio de 12 jovens, que continuaram a ser estigmatizados por um mídia irresponsável é a expressão da junção da necropolítica e do genocídio.

No lugar do comunista dos tempos da ditadura militar elegeram-se o traficante de drogas como foco de atenção, e o tráfico de drogas se tornou a panaceia para encobrir todo tipo de abuso de autoridade e incapacidade das polícias de investigar e proteger a população. A Chacina permite a análise mais geral do papel que a mídia e os seus órgãos jogam no campo da segurança pública.

Sobre a Chacina uma miríade de indagações poderia ser elencada na tentativa de compreender tais fatos. Muitas são as perguntas que o episódio suscita. No entanto, o propósito mais geral deste artigo é colocar em questão a Chacina do Cabula para compreendermos o papel que a mídia impressa joga no campo da segurança pública a partir da cobertura da Chacina com destaque para os jornais A Tarde e O Correio. Parte-se aqui do pressu-

1 Mestra em Ciências Sociais; Especialista em Cultura Afro Brasileira e Afro Indígena; Socióloga. E-mail: taianealmeidaufbr@gmail.com

posto de que a mídia cumpre um papel importante na formação da opinião pública sobre questões de segurança pública. Como salienta Machado & Noronha (2002, p. 660), embora a imprensa faça críticas ao sistema de justiça penal (tribunais, polícia e prisões) como meio de demonstrar independência, ela opera como uma caixa de ressonância do modo de pensar e agir dos policiais, não sendo estranho que o ódio aos bandidos seja também aí elaborado e, eficazmente, difundido. Nesta perspectiva, o artigo analisa as principais notícias de ambos os jornais com ênfase no modo como o Estado lidou com os coletivos políticos que se formaram após a chacina.

Desse modo, o artigo encontra-se dividido em quatro seções além desta introdução. Na segunda seção, debate-se sobre a política de guerra às drogas e o genocídio do povo negro do país. Na terceira seção, analisa-se a política de segurança pública vigente no estado da Bahia à época da chacina com destaque para o Programa Pacto pela Vida. Na quarta seção, são analisadas as notícias dos jornais A Tarde e O Correio sobre a Chacina do Cabula. Em seguida são apresentadas as considerações finais.

2. A POLÍTICA DE GUERRA ÀS DROGAS

Após 47 anos de vigência da política de guerra às drogas o balanço crítico que se faz da mesma em todo o planeta é absolutamente negativo. Em todo o mundo o consumo de drogas só cresceu e o tráfico internacional bateu recordes. Segundo o Relatório Mundial sobre Drogas da ONU, cerca de 5% da população mundial já consumiu ou consome algum entorpecente (e o crescimento é estável). Isso explica os lucros insanos do narcotráfico. Contudo, o lado mais perverso da política de guerra às drogas reside no encarceramento em massa ao redor do mundo e, sobretudo, no genocídio da juventude negra no caso específico do Brasil, e que a Chacina do Cabula é exemplar. Para Zaffaroni (2013), a política de guerra às drogas é irracional.

Na atualidade, o Brasil possui a terceira maior população carcerária do planeta, ultrapassando 700.000 presos. Contudo, não resta a menor dúvida de que este aumento está diretamente relacionado com a lei 11.343, de 23 de agosto de 2006, conhecida como “lei de drogas”, e que disciplina no Brasil a proibicionista política de guerra às drogas (KARAN, 2017). No entanto, o artigo 28 da referida lei em seu § 2º abre espaço para a subjetividade dos agentes policiais (que faz a prisão e invariavelmente testemunha no Fórum) e do juiz

do processo ao estabelecer que:

Ora, a resultante dessa lei foi o aumento do número de presos por envolvimento com drogas. No ano da promulgação da lei, 15% das pessoas que eram presas respondiam por crimes relacionados a drogas. Em 2014, esse número alcançou 28%. De 2006 a 2016 houve um crescimento de mais de 160% de presos por tráfico. Ressalte-se ainda que em sua totalidade os presos por tráfico de drogas não praticaram homicídio, tentativa de homicídio, assalto a mão armada, ou seja, não praticaram crimes violentos. Foram presos e condenados única e exclusivamente por tráfico de drogas. Coincidência ou não, apenas um jovem assassinado na Chacina do Cabula tinha passagem pela polícia, por briga no carnaval de Salvador.

Em se tratando de uma lei com este grau de subjetividade não é de se admirar que o público alvo das prisões seja o povo negro das periferias das nossas grandes cidades. Entre a população encarcerada do país, 61,67% são pretos e/ou pardos, e 37,22% são brancos, o que demonstra que o alvo da política de drogas são os negros.

Mas a política de encarceramento em massa, produto da política de guerra às drogas, não produz somente esses efeitos perversos. Ainda mais nefasto é o genocídio da população negra praticado em grande medida nas intervenções policiais como na Chacina do Cabula que, por sua vez, são protegidas pelo sistema penal brasileiro que fornece o alicerce de uma política genocida praticada pelo Estado brasileiro (FLAUZINA, 2006). Os números são eloquentes. Tomando somente o estado da Bahia para análise verifica-se em números absolutos que em 2014 ocorreram 3.999 assassinatos por arma de fogo de pessoas negras, enquanto foram assassinadas 289 pessoas brancas. Da mesma forma, a disparidade dos números se mantém quando se analisa a taxa de homicídio. A cada 100.000 pessoas assassinadas, 33,3 pessoas negras foram assassinadas em 2014, enquanto 9,5 pessoas brancas foram assassinadas. De acordo com Luis Mir, as intervenções policiais “seria responsável por 20% do total de mortos que enterramos anualmente, e o resto seria saldo da violência banal e anônima da vida cotidiana” (MIR, 2004, apud FLAUZINA, 2006, p. 113). Considerando essa afirmação uma regra de três simples demonstra que somente na Bahia em 2014, a polícia assassinou 799,8 pessoas negras. Um número para lá de assustador quando se trata de vidas humanas.

Entre as instituições que surgiram com o fim específico de combater a política de guerra às drogas, a Law Enforcement Against Prohibition (LEAP), ou Associação dos Agentes da

Lei contra a Proibição (LEAP BRASIL),² por seu caráter internacional e por agregar policiais, juizes, promotores, agentes penitenciários e demais integrantes do sistema penal; possui um grande poder de penetração nas malhas do sistema de justiça penal brasileiro. E será por intermédio dos debates advindos da LEAP que faremos aqui a conexão com o Programa Pacto Pela Vida da Bahia. Neste sentido, para a LEAP a política proibicionista foi formatada por três convenções da ONU, a saber: a Convenção Única sobre entorpecentes de 1961, que revogou as convenções anteriores e foi revista através de um protocolo de 1972; o Convênio sobre substâncias psicotrópicas de 1971; e a Convenção das Nações Unidas contra o tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas de 1988 (Convenção de Viena). A resultante final de tais convenções foi a seleção arbitrária da maconha, cocaína, haxixe, heroína, etc., como substâncias psicoativas ilícitas. E outras substâncias da mesma natureza como o álcool, o tabaco, a cafeína, etc., permaneceram lícitas.

Para Karan (2017), não há qualquer peculiaridade ou qualquer diferença relevante entre as selecionadas drogas tornadas ilícitas e as demais drogas que permanecem lícitas. Todas são substâncias que provocam alterações no psiquismo, podendo gerar dependência e causar doenças físicas e mentais. Todas são potencialmente perigosas e viciantes. Todas são drogas. (KARAM, 2017, p. 02).

Dessa maneira, a diferenciação arbitrária entre drogas lícitas e ilícitas determinada pelas Convenções da ONU, terminam por introduzir outro tipo de diferenciação que diz respeito ao tratamento que o Estado fornece às condutas de produtores, comerciantes e consumidores de drogas lícitas e ilícitas. Os produtores, comerciantes e consumidores de drogas ilícitas são etiquetados e tratados como criminosos, ao passo que produtores, comerciantes e consumidores de drogas lícitas são pessoas ditas respeitáveis, agindo em plena legalidade. No entanto, “esse tratamento diferenciado a condutas essencialmente iguais é inteiramente incompatível com o princípio da isonomia, que determina que todos são iguais perante a lei, não se podendo tratar desigualmente pessoas em igual situação” (KARAM, 2017, p. 02).

Ademais, o tratamento diferenciado imposto pelo Estado não leva em consideração que leis penais são incapazes de revogar as leis naturais da economia de mercado. Onde houver demanda, sempre haverá oferta. Assim, a repressão é incapaz de acabar com o tráfico e o consumo, pois sempre há e haverá pessoas que querem usar tais substâncias ilícitas e, portanto, sempre haverá pessoas dispostas a

² <http://www.leapbrasil.com.br/>. Acessado em 03 de abril de 2018.

correr o risco de produzir e vender. Neste mercado, aqueles que são mortos (traficantes, empregados, distribuidores, gerentes, fogueteiros, mulas, etc.) são rapidamente substituídos por pessoas igualmente sedentas de acumular capital ou por necessidade de trabalho. Desse modo, a política de guerra às drogas impulsiona a emergência de facções, gangues, carteis, máfias e milícias dispostas a agir na ilegalidade e conduzir o rendoso negócio das drogas. Neste sentido, conforme afirma Karam (2017):

A 'guerra às drogas' não é propriamente uma guerra contra drogas. Não se trata de uma guerra contra coisas. Como quaisquer outras guerras, é sim uma guerra contra pessoas – os produtores, comerciantes e consumidores das substâncias proibidas. Mas, não exatamente todos eles. Os alvos preferenciais da 'guerra às drogas' são os mais vulneráveis dentre esses produtores, comerciantes e consumidores das substâncias proibidas. Os 'inimigos' nessa guerra são os pobres, os marginalizados, os não brancos, os desprovidos de poder. (KARAM, 2017, p.07).

3. O PROGRAMA PACTO PELA VIDA DA BAHIA – PPV-BA

Por intermédio da Lei 12.357 de 26 de setembro de 2011 foi criado o Sistema de Defesa Social – SDS/BA, que institui o programa Pacto pela Vida do Estado da Bahia. A partir daí o PPV se tornou oficialmente a política pública de segurança do Estado da Bahia. Sua inspiração inicial recaiu sobre a experiência exitosa em Pernambuco, do qual trouxe o mesmo nome. Na Bahia, o programa foi criado devido a uma crise na área de segurança pública referente ao ano de 2010. Neste período o índice de homicídios correspondia a 34,4 por 100.000 mil habitantes, uma variação bastante superior à média nacional que no mesmo período oscilou de 28,5/100 mil para 29/100 mil homicídios por ano, situando a Bahia na quarta posição, atrás do Pará (34,6), Espírito Santo (39,4) e Aagoas (55,3).

Partindo do desenho institucional do programa em seu nascimento, o mesmo estava em consonância com as mais modernas experiências de políticas de segurança em vigência no mundo como, por exemplo, o modelo COMPS-TAT da polícia de Nova York, responsável pela redução da criminalidade violenta que atingiu aquela cidade na década de 1980 e início dos anos de 1990; além disso, respaldava-se na

experiência exitosa de Pernambuco. Nesse sentido o programa prevê ações integradas entre sociedade, poderes legislativos, executivos e judiciários, nas três esferas, federal, estadual e municipal. A liderança do Pacto é feita diretamente pelo Governador, que dirige esforços de treze Secretarias de Estado com o objetivo de reduzir os índices de violência, com ênfase na diminuição dos Crimes Violentos Letais e Intencionais - CVLI. O governador é assessorado pelo Núcleo de Gestão, órgão responsável pelo monitoramento de resultados e avaliação do Programa, além de prestar assessoria técnica às cinco Câmaras setoriais: Câmara de Segurança Pública; Câmara de Prevenção Social; Câmara de Enfrentamento ao Crack; Câmara de Administração Prisional e Câmara de Articulação dos Poderes.

No âmbito policial, a ação é integrada entre as unidades da Secretaria de Segurança Pública do Estado, das Polícias Militar e Civil e do Departamento de Polícia Técnica visando à redução dos CVLIs. Uma vez por mês o governador dirigia a reunião do PPV-BA com a presença de todas as instituições implicadas no Programa. Era a primeira vez na história da Bahia que um governador dedicava um dia inteiro da sua agenda para os problemas da segurança pública do Estado. Como também era a primeira vez que a política de segurança pública era pensada de forma transversal colocando todas as secretarias de Estado como corresponsáveis pela segurança pública do Estado. Ou seja, a visão de que a segurança pública não é uma responsabilidade apenas das organizações policiais.

Do ponto de vista das ações policiais de controle e combate ao crime foram criadas de forma estratégica Áreas Integradas de Segurança Pública - AISP, menor unidade territorial considerada para fins de planejamento integrado das ações do PPV-BA, de apuração de resultados e de estabelecimento de metas. Foram criadas 16 AISPs na capital, 07 na Região Metropolitana de Salvador (RMS) e 29 no interior. Todo o Estado foi dividido em áreas integradas, cada qual sob o comando de um policial militar e um delegado da Polícia Civil, visando integrar o trabalho de ambas as corporações. Além disso, o sistema de integração contava com a criação de Regiões Integradas de Segurança Pública – RISP, sendo 03 na capital, uma na RMS e 04 no interior. Hierarquicamente as AISPs estão submetidas às RISPs. Uma vez por mês os comandos das RISPs se reúnem com a presença do Governador e demais secretários de membros do Judiciário (Comitê Executivo) para avaliação e monitoramento das metas, indicadores de desempenho e índices de CVLIs. A reunião é aberta ao público e

à imprensa. O Programa previa ainda a criação de Bases Comunitárias de Segurança (BCS) nos bairros e localidades de maior incidência de CVLIs. A finalidade dessas bases era a de ser célula do Policiamento Comunitário, tornando-se referência para os moradores e, dessa maneira, integrar as ações e atividades desenvolvidas pelos policiais militares. A primeira base a ser implantada foi a do bairro Calabar em Salvador em abril de 2011, antecedendo à institucionalização do PPV-BA.

Mas se o Programa acertava de um lado no seu desenho institucional ao prever ações integradas e transversais dos órgãos do governo, com uma visão de que segurança pública deve ser tratada de forma transversal, pecava em diversos aspectos, conforme veremos a seguir. O primeiro dele diz respeito diretamente à política de guerra às drogas. Com efeito, “não há como se ter ‘guerra às drogas’ e segurança pública ao mesmo tempo” (KARAM, 2017, p. 14). Esse, talvez, o maior erro estratégico do PPV-BA, querer compatibilizar segurança pública com uma polícia (militar e civil) preocupada e estimulada a combater o tráfico de drogas. Se não, vejamos.

Em dezembro de 2011, por intermédio do Decreto Lei 12.371/11, o governo da Bahia instituiu o Sistema de Definição e Acompanhamento das Metas do PPV-BA, e definiu como indicador estratégico do programa os índices de Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI, e estabelece regras para a concessão do Prêmio por Desempenho Policial – PDP; com o objetivo de proporcionar e estimular uma avaliação adequada da qualidade do desempenho dos órgãos de Segurança Pública do Estado no combate à violência e à criminalidade no processo de redução dos CVLI no território do Estado da Bahia e nas AISP. O programa tinha como meta a redução do CVLI estabelecida anualmente pelo Comitê Executivo, sendo que para 2013 a redução seria de 6%.

Além de estimulado pelo PDP, policiais estão “protegidos” pelo instituto do Auto de Resistência que os tornam praticamente impunes. E aqui reside um grave problema do PPV-BA, isto é, a sua metodologia da contabilidade dos números de CVLIs, que compõem as suas taxas, que exclui o número de autos de resistência; ou seja, as pessoas mortas por policiais em serviço não são computadas no acompanhamento contínuo das metas de redução das mortes violentas do estado da Bahia. Do ponto de vista legal, desde a sua criação, na ditadura militar, Autos de Resistência não são considerados crimes, são Autos de Resistência e que, portanto, não podem ser computados como crimes. Contudo, já existe no Brasil uma discussão, devido à alta taxa de letalidade da

4. ANÁLISE DAS NOTÍCIAS: A TARDE E CORREIO

ação policial, de alteração da denominação “autos de resistência” (ou “resistência seguida de morte”) nos registros das ocorrências, para algo como “lesão corporal (ou morte) decorrente de intervenção policial”. O debate não está encerrado. No entanto, desde a sua criação até o momento o PPV-BA não alterou a sua concepção sobre os Autos de Resistência, e foi sob a proteção deste instituto legal que os policiais que cometeram a Chacina do Cabula se defenderam no processo contra eles movido pelo Ministério Público.

Com relação à implantação das Bases Comunitárias de Segurança, o que a sociedade baiana e, sobretudo, a soteropolitana assistiu com a instalação das ditas bases foi uma dificuldade imensa do PPV-BA de estabelecer um diálogo sistemático e contínuo com as comunidades e associações comunitárias. Em geral, as bases foram implantadas sem o necessário diálogo com a população e lideranças comunitárias sobre as reais necessidades da comunidade no campo da segurança, em alguns casos ocupando espaços de lazer coletivos. No Calabar, por exemplo, ocupou o espaço da Associação dos moradores. Não houve diálogo com os movimentos sociais, em especial com lideranças do Movimento Negro de Salvador e da Bahia.

Nesta perspectiva, a crítica anunciada na introdução do trabalho ao Partido dos Trabalhadores pode ser generalizada a qualquer outra agremiação partidária de esquerda que venha a gerir um governo de Estado. A esquerda não tem um projeto de segurança pública, pois o seu projeto passaria, necessariamente, pela descriminalização das drogas ilícitas, pois não há como compatibilizar a guerra às drogas com segurança pública, haja vista o descabro que estamos assistindo no Brasil no campo da segurança pública causado exatamente pela política de guerra às drogas. Entretanto, outras políticas são igualmente importantes como a unificação das polícias e a desmilitarização das Polícias Militares, mas, por questão de espaço não serão aqui abordadas.

Finalmente, a Chacina do Cabula é, do nosso ponto de vista, um exemplo inequívoco do insucesso do PPV-BA, e da demonstração de que se trata de uma política de segurança pública equivocada, pois como tentamos demonstrar não rompe com o paradigma da guerra às drogas e, por isso, torna-se, enquanto política de Estado, refém da truculência de uma polícia formada, preparada e estimulada a combater e exterminar o inimigo, o pequeno traficante da esquina, dos morros e das periferias das grandes cidades.

Ambos os jornais abrem o noticiário especializado em violências da edição de 07/02/2015, um dia após o evento, com chamadas dedicadas ao acontecimento conforme figuras abaixo. O jornal A Tarde: “Policiais da Rondesp matam 12 no Cabula”, o Jornal Correio da “PM ataca ladrões de banco no Cabula:12 mortos”, publicado também no dia 07/02/2015

A leitura do jornal A Tarde permite observar a conotação dada à palavra “confronto”, sugerindo que o evento partiu de um embate em que os suspeitos resistiram à ação da PM e foram mortos em seguida. O significado do termo não foi problematizado pelo jornal. Interessa sinalizar que a polícia é destacada como agente da ação e as “vítimas” são apenas o número. Trata-se de um título informativo adequado ao padrão jornalístico, pois traz, em linguagem referencial e objetiva, quem praticou a ação (Policiais da RONDESP), a ação propriamente dita (verbo) quem a sofreu (12) e onde a ação ocorreu (no Cabula). A versão do texto sustenta que as vidas dos policiais foram colocadas em risco. No entanto, houve claramente uma interpretação ou julgamentos precipitados neste caso. Da mesma forma o jornal O Correio destaca que a Polícia Militar ataca ladrões de banco no Cabula.

Os critérios jornalísticos que deveriam ser adotados para a construção da informação não condizem com o julgamento precipitado realizado pela mídia, que confere causas antes de investigar o fenômeno, sobretudo se considerarmos o tempo necessário para a coleta do maior número possível de dados sobre o acontecimento a fim de realizar exposição criteriosa na cobertura. O texto da chamada composto por um parágrafo no qual são apresentadas duas versões sobre as mortes, a dos policiais, que, no “confronto”, teriam sido recebidos a tiros por 30 “bandidos” que explodiriam caixas eletrônicos. Já a comunidade apresentou outro aspecto que não havia sido levantado pelos policiais, de que a ação foi resultado de outra intervenção, realizada dias antes, na qual os policiais prometeram retornar, matar todos e acabar com o tráfico na região. Desse modo, os jornais instalam a dúvida sobre a “verdade”, ao apresentar ao leitor no mínimo duas versões.

Na reportagem, o destaque é dado ao pronunciamento da PM, constando 82 linhas, relatando que os policiais foram recebidos a tiros por gangue que assaltaria bancos. Note-se que a delegação de voz na forma de discurso direto e indireto destaca falas de membros das corporações da Polícia Militar e da Polícia Civil obtidas em coletiva no dia anterior à pu-

blicação. Também foram ouvidos a assessoria de comunicação do Hospital Roberto Santos e moradores anônimos. No início do parágrafo, o texto faz referência a “suspeitos” baleados e outros feridos, todos envolvidos com o tráfico de drogas. A peculiaridade da presença de traficantes de drogas nas favelas é observada como elemento a ensejar a legitimidade das ações policiais na produção de cadáveres. De acordo com Navarro (2006, p.119),

Em razão de o tráfico de drogas ser exercido, majoritariamente, nas favelas e bairros pobres, os meios de comunicação e a opinião pública estabelecem associações entre a pobreza e a criminalidade, criam expressões como – o Poder Paralelo – que espalham medo entre a população e instigam o Estado a ampliar os mecanismos disciplinares. Além disso, o discurso dominante do Estado e da sociedade incorpora o estigma do inimigo interno, materializado na figura do traficante/favelado e demonizado na Cruzada contra as drogas. O resultado dessa conjugação de esforços que afirma combater a criminalidade é a segregação e pacificação da população pobre, especialmente a habitante das periferias de qualquer cidade brasileira, além da legitimação da violência estatal. Em suma, o tráfico de drogas é útil para a manutenção da ordem social vigente.

No momento da ação, os rapazes teriam reagido à ação da RONDESP que, além das mortes, evidenciou que um policial havia sido atingido de raspão. Sobre as “vítimas” com ocorrências registradas nos textos das notícias, pesa algum tipo de acusação ou suspeita de implicação em crimes ou atividades socialmente condenáveis, como é possível observar na descrição dos agentes da Segurança: das 16 “vítimas”, 9 das envolvidas tinham passagem pela polícia e alguns eram ex-presidiários; além disso, com eles, foram encontradas armas e drogas. Em relação aos 6 mortos primeiramente identificados pelo IML, de acordo com o jornal, a idade variava de 16 a 27 anos. O tratamento dos mortos como “vítimas” pelo jornal sinaliza comportamento cuidadoso, sem julgamentos prévios, apesar da versão oficial, que é a da polícia.

O intertítulo “Outras” apresenta o relato de moradores (sempre anônimos) contestando a fala dos policiais, com 21 linhas, nas quais destacam que, mesmo após rendição, os policiais executaram os jovens. Como foi possível

observar, embora não haja análise aprofundada e interpretação do caso, ampliando-o para o tema de modo mais geral, com entrevistas com especialistas em segurança pública, por exemplo, algum destaque foi dado à comunidade, embora não o suficiente, talvez.

Diante das repercussões e da magnitude da Chacina o governo do Estado foi forçado a se pronunciar, no dia 07/02/15 foi publicada a matéria "Governador e secretário falam do fato: Estado pede investigação". A respeito do modo como o Estado lidou com os coletivos políticos que se formaram após a chacina, ambos os jornais trazem matéria que demonstra a truculência da polícia junto aos moradores da Vila Moisés.

No dia 11/02/15, o Jornal O Correio publicou uma matéria com o título "Moradores denunciam a agressão de PMs após protesto na Vila Moisés", a notícia apresenta a "voz da comunidade"; o jornal assumiu uma postura de porta voz da comunidade revelando denúncias dos moradores com relação a atuação dos policiais no bairro, entre as ações dos PMs constaram invasões de casas, agressões a moradores. Outro fator relevante no conteúdo da notícia é que devido as ações da PM alguns dos moradores abandonaram suas casas ou estão se privando de ir para suas casas durante a noite por conta do medo. A matéria ainda destacou que foi elaborada uma Carta de Repúdio pelo movimento social Reaja exigindo a reatuação pública do Governador do Estado, para que este peça desculpas pela declaração dada aos veículos de comunicação ao elogiar a ação da polícia naquela noite.

Um dia após a reportagem de O Correio sobre as denúncias dos moradores da Vila Moisés, o jornal A Tarde também veicula reportagem sobre os protestos dos moradores, com a chamada: "Moradores e entidades protestam contra ação da polícia", a matéria apresenta uma imagem carregada de significados, onde pessoas e faixas representam em forma de

denúncia as angústias e a indignação coletiva compartilhada pelos moradores e familiares das vítimas. O ato contou com a participação da OAB, do coletivo REAJA, da Anistia Internacional, familiares e moradores da região. A mensagem propagada pelos manifestantes era a de que a polícia é uma instituição racista, que joga do lado oposto e tem suas vítimas preferenciais. Os presentes denunciaram ainda as intimidações que estavam sendo provocadas pelos policiais. A matéria informa que o Governo do Estado envolveu algumas secretarias no caso. O coletivo dos movimentos sociais cobrou que a ação seja apurada de forma independente, pois já se comprovou a ineficiência do método atual de investigação policial dos crimes cometidos pelos policiais em serviço sendo tais crimes classificados como autos de resistência, o que na prática confere impunidade aos policiais.

Não obstante as denúncias de intimidação, os moradores da Vila Moisés continuaram a sofrer ameaças da PM e a viver sob um clima de medo, com alguns deles optando por mudar de bairro, conforme publicou o jornal O Correio, no dia 05 de março de 2015. Na capa do jornal segue a frase: Famílias de vítimas deixam Cabula: Parentes de 3 suspeitos mortos pela Rondesp abandonam suas casas com medo.

No caderno de notícias, a matéria relata que temendo represálias três familiares de suspeitos mortos em uma ação Rondesp, na Vila Moisés, bairro Cabula, deixaram o local. Segundo moradores, diz a reportagem, as famílias fugiram após incursões policiais se tornarem quase que diárias. "As fontes contam que, em algumas situações, casas foram arrombadas e homens com fardas da PM circulavam com máscaras brucutu".

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, constata-se que a

Referências

- FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo Negro Caído no Chão: O Sistema Penal e o Projeto Genocida do Estado Brasileiro*. (Dissertação de Mestrado) Universidade de Brasília, 2006.
- FRANCO, Maria Laura P. B. *Análise de Conteúdo*. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.
- KARAM, Maria Lucia. *O esgotamento da política de drogas*. Escola Institucional do Ministério Público de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. <http://www.leapbrasil.com.br/site/wp-content/uploads/2017/05/O-egotamento-da-politica-de-drogas-MPMG.pdf>. Acessado em 04 de abril de 2018.
- MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo, sp: n-1 edições. 2018
- NAVARRO DE MORAIS, Marcelo. *Uma Análise da Relação entre o Estado e o Tráfico de Drogas: O mito do Poder paralelo*, Revista Unioeste, 2006.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- NORONHA, Ceci Vilar; MACHADO, Eduardo Paes. *Pelos filtros de circo: Violência, insegurança e controle social na mídia impressa*. Espaço Aberto, Vol 11, Nº 4, Outubro-diciembre, 2002, pp. 639-663.
- OLIVEIRA, Denise Cristina, *Análise de Conteúdo Temático-Categorial: Uma Proposta de Sistematização*. 2008
- ZAFFARONI, Raúl Eugenio. *Guerra às Drogas e Letalidade do Sistema Penal*. Revista EMERJ, Rio de Janeiro, v. 16, n. 63 (Edição Especial), p. 115 - 125, out. - dez. 2013.

ESPORTE COMO MÉTODO NA FORMAÇÃO CIDADÃ DE JOVENS

Jaderson Silva Barbosa¹

RESUMO

O artigo apresenta alguns resultados da experiência no programa Ação Cidadã, realizada na Universidade Estadual de Feira de Santana, no interior da Bahia, no qual o esporte apresenta uma concepção de conteúdo e método focado no processo de construção cidadã. Foram utilizados contribuições de referenciais teóricos que discutem o esporte e a educação cidadã, além da Pesquisa-Ação, que contribuiu na identificação dos resultados no contexto das ações desenvolvidas.

PALAVRAS CHAVES: esporte. educação. cidadania

ABSTRACT

The article presents some results through the experience in the Citizen Action program, held at the Feira de Santana State University, in the interior of Bahia, where the sport presents a conception of content and method focused on the process of citizen building. We used contributions from theoretical frameworks that discuss sport and citizen education, in addition to Action Research, which contributed to the identification of the results in the context of the actions developed.

KEYWORDS: sport. education. citizenship

1. ENTRANDO EM CAMPO... O QUE ESTÁ EM JOGO?

O esporte, como manifestação da cultura corporal, compreendido dentro do contexto histórico e social, é, ao mesmo tempo, produto e processo cultural não podendo, portanto, ser personificado. Na sociedade em geral, ouvimos frases, como: o esporte retira das drogas; o esporte promove saúde; o esporte oportuniza

za ascensão social; o esporte promove a paz. Seria o esporte capaz de tamanhos feitos? Ao reconhecer o esporte como uma produção cultural, influenciado por questões sociais, econômicas, políticas, saberemos que o mesmo irá expressar atitudes humanas, que representam inclusão ou exclusão, aproximações ou distanciamentos, transformações ou reproduções

Sendo assim, o que está em jogo não é o esporte em si, mas para quais fins o mesmo está sendo utilizado. A problemática em discussão é sinalizada nas diversas produções na área e debates acadêmicos que denunciam, especialmente após a década de 80, o empobrecimento da função educativa do esporte, impactado especialmente pela presença da espetacularização dos mega-eventos (Olimpíadas, Copa do Mundo etc), que reproduzem pelo país práticas e discursos salvacionistas, excludentes e descontextualizados.

Neste sentido, devemos construir outras possibilidades de compreensão do esporte, demarcando que o esporte deve servir para denunciar problemas sociais e não para legitimar estes problemas; que pode contribuir na melhoria da qualidade de vida dos praticantes e não para prejudicar sua saúde; que pode promover cidadania e não reforçar processos excludentes e discriminatórios; que pode essencialmente ser uma ação lúdica, livre das amarras hegemônicas e não uma mercadoria a serviço de poucos (Soares, 1992; Malina, 2009; Silva, 2009; Brach, 2005 e Souza, 2009).

O estudo utilizou como inspiração o método da Pesquisa-Ação, que ajudou a identificar, analisar e descrever os dados da realidade dentro do contexto das ações desenvolvidas. A Pesquisa-Ação tende a fortalecer a relação entre a teoria e prática; favorecer alianças e comunicações entre pesquisadores e atores; perseguir o duplo objetivo de conhecimentos a desenvolver (pesquisa) e de situações a modificar (ação); produzir um novo saber na ação e para a ação; e se inserir em um processo de tomada de decisão com vista à resolução de



problemas (DIONNE, 2007; THIOLENT, 2011).

Nesta produção serão apresentados apenas resultados obtidos a partir de alguns instrumentos de coletas, especialmente as entrevistas e o diário de bordo. A problemática central da pesquisa foi: qual a contribuição do PEAC na formação esportiva e cidadã dos alunos matriculados na Escola de Esporte do programa? Existe contribuição significativa do PEAC, no sentido de possibilitar para a transformação social de crianças e jovens em situação de risco social onde foi implementado o Programa?

Destacou-se que, a partir das experiências com o PEAC, especialmente, o projeto Escola de Esportes, foi possível chegar a conclusões, mesmo que provisórias, trazendo por exemplo, elementos que propõem rupturas e contribuições em dimensões micro (proposição conceitual, procedimentos didáticos-metodológicos) e macroestruturais (modelo de sociedade, política pública, combate a violência), ambas, permanentemente interconectadas.

¹ Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana-BA (UEFS); Mestre em Educação. Coordenador do Programa Encaminhar: Ação Cidadã (PEAC/UEFS-Ba) e Colaborador do NIT/UEFS-Ba. E-mail: jsbesportescontato@gmail.com

2. JOGANDO O JOGO... ESPORTE E EDUCAÇÃO

Já com a bola rolando, importante demarcar que para iniciar uma tabelinha entre o esporte e a educação que se manifestam numa dinâmica histórica, inicialmente, será necessário estabelecer as aproximações submetendo a análise crítica. Numa tentativa de propor “novos sentidos” para a intervenção da área de Educação Física, através do esporte, enquanto prática pedagógica, em espaços educativos (projetos sociais, escolas etc). Esta proposição envolve uma compreensão da cultura corporal como uma teia de aprendizados construídos historicamente, tecidos na constituição biocultural da condição humana.

Para Severino (2006) a educação é o processo inerente à vida dos seres humanos, intrínseco à condição da espécie, uma vez que a reprodução dos seus integrantes não envolve apenas uma memória genética, pressupõe também uma memória cultural.

Sigamos na direção de um repertório ainda mais amplo e plural para a compreensão da educação, destacando-a como um processo de iniciação aos importantes saberes e sentires humanos. Educação possui como sua expressão latina a palavra educere que conota tirar para fora de, conduzir, levar e criar. Assim,

Educere incide em processos educacionais que emergem desde dentro, e, com seu dinamismo e intensidade, fomentam o espírito de criticidade e de inventividade, o senso intuitivo e a imaginação criante dos indivíduos. Processos que também implicam na transmissão e na assimilação dos saberes e dos valores instituídos, mas, sobretudo, implicam em sua expansão, criação e recriação, nas in-tensidades dos fluxos moventes da cultura, através da renovação e da instituição de novos saberes e sentires. Desse modo, a ação de educar incide no cuidado com a iniciação aos Sentidos humanos, de modo teórico e vivencial (grifo meu) (ARAÚJO, 2008, p. 190).

A escola assumi um papel essencial neste processo de iniciação aos sentidos humanos, e, ao longo dos anos percebe-se um aumento significativo na complexidade da vida social, o que desencadeou a implementação de práticas sistematizadas e intencionais, sendo atribuída à este espaço a responsabilidade, de modo formal e explícito, na inserção de novos membros no tecido sociocultural (SEVERINO, 2006).

Desde então, a escola ocupa um lugar

especial no imaginário popular, valorizada e reconhecida como um importante espaço de formação dos conhecimentos humanos sistematizados, os saberes culturais. Neste sentido, é a Educação Física, que dentro do espaço escolar ou em outras espaços de atuação que tem como objeto de ensino a cultura corporal, inclusive o esporte.

A Educação Física tem, ao longo de sua história, uma (in) tensa ligação com o esporte e o esporte com o jogo. A história do esporte está diretamente vinculada a história dos jogos. O jogo, o esporte, (além da dança, luta etc.), são produções culturais e manifestações da cultura do corpo, sendo a Educação Física a área de conhecimento legitimada para oportunizar a apropriação crítica destes conhecimentos.

O esporte é uma atividade corporal, historicamente criada e socialmente desenvolvida em torno de uma das expressões da subjetividade humana, o jogo lúdico, que não objetiva resultados materiais, e, o traço primordial do esporte, subjacente ao lúdico, é o caráter competitivo, o qual tem se convertido na força mais motivadora para afirmação e disseminação da sua prática (ESCOBAR, 2005, p. 27).

Ms estejamos atentos que frases como: “O Esporte é fator de inclusão social”; “O Esporte promove a ascensão social”; “o Esporte educa”; “O Esporte é saúde”; “O Esporte retira os adolescentes da drogas”, são retóricas vistas nas grandes mídias e, talvez como conseqüência, presentes de maneira salvacionista e/ou reprodutivista nos discursos (críticos, ingênuos ou perversos) que ressoam em praças esportivas, em projetos sociais, nas universidades, nos palanques, nos becos, nas ruas etc.

Divergir e romper com essa lógica pode contribuir para a formação de uma atitude criativa e reflexiva, possibilitando às futuras gerações, propor caminhos alternativos, transformadores, mais humanos. Até porque é condenável o modelo de crescimento mundial proposto para a sociedade, pois, em geral, está baseado e “medido pelo aumento da produção material, e não de serviços com lazer, saúde e educação” (BAUMAN, 2013, p. 88).

Penso que os caminhos propostos, em geral, tem nos levado à reprodução do que está posto, uma educação (e um esporte) “entendida inteiramente dependente da estrutura social geradora de marginalidade, cumprindo aí a função de reforçar a dominação e legitimar a marginalização” (SAVIANE, 2008, p. 5). Esta

conjuntura tem contribuído para uma explosão de atitudes desumanas, como: os diversos tipos de violência, a exclusão, o consumismo, exemplos de processos ironicamente e lamentavelmente irracionais.

Desta forma, precisamos de rupturas cada vez mais profundas e radicais nestes modelos propostos pelo sistema hegemônico que se apropriam de produções e sensações humanas, transformando tudo em lucro e rendimentos. Fica evidente o que Bauman ressalta o que para ele é a capacidade onívora dos mercados de consumo, verdadeiros predadores com “(...) fantástica habilidade de aproveitar todo e qualquer problema, ansiedade, apreensão, dor e sofrimento humanos – sua capacidade de transformar todo protesto e todo impacto de ‘força contrária’ em proveito e lucro” (BAUMAN, 2013, p. 31). Embragado neste mesmo sistema está também o esporte.

Melo (2013) destaca que o esporte está integrado com o desenvolvimento do capitalismo (situação vista também em sistemas dito socialistas), estando relacionado com uma série de conjunturas que configuram uma lógica



que precisa ser superada.

3. SEGUNDO TEMPO... PARTINDO PARA O ATAQUE, EM BUSCA DA SUPERAÇÃO!

Neste momento serão destacados os impactos na formação das crianças envolvidas no Projeto Escola de Esporte do PEAC/UEFS-Ba a partir dos resultados das entrevistas com professoras e coordenação das escolas e considerações extraídas do diário de bordo.

Durante as aulas de esporte no programa, notamos que muitas situações repercutiam o que observamos na sociedade em geral. E um dos desafios do programa era não reforçar práticas esportivas condicionadas a necessidade de separação dos diferentes, distribuídos conforme gênero, aptidão física, valorizadas ou não de acordo com os interesses e padrões estabelecidos para esta ou aquela modalidade esportiva, para esta ou aquela função socialmente determinada, pois, estaria agindo assim, longe da proposta de uma educação cidadã.

Esta situação fica bem clara quando, mesmo com todo o cuidado e tensão propositiva na condução das aulas, os valores do esporte de alto rendimento, divulgados e fortalecidos pela mídia em geral, ainda se materializavam nas aulas da Escola de Esportes. Um pensar e agir que traziam tensionamentos no dia-a-dia do jogar esportes no PEAC.

Como exemplo, podemos citar os alunos e alunas que inicialmente não queriam jogar juntos, que não queriam jogar com um determinado colega, que buscavam essencialmente o produto final (gol, ponto, cesta – o resultado) importando-se pouco com o processo e/ou com o outro. Como de fato incluir numa sociedade excludente?

O importante neste aspecto foram os processos de mediação, as oportunidades de diálogos geradores de discussões em rodas coletivas de diálogo, que permitiram ao grupo estabelecer regras e estratégias didáticas e de condutas para que novos conhecimentos fossem produzidos. E isto foi se materializando nas ações/atitudes que iam se modificando ao longo do desenvolvimento das práticas esportivas educativas na Escola de Esportes.

A Escola de Esporte, acontecia nas quadras da UEFS/BA com jovens moradores dos bairros circunvizinhos da UEFS/Ba. Que, em geral, apresentavam altos índices de criminalidade, inclusive com o envolvimento de alguns de seus moradores com tráfico de drogas. Para ajudar a caracterizar socialmente um pouco mais esta região circunvizinha da UEFS segue

abaixo no quadro 1 o relato sobre o perfil de alguns dos alunos da escola. Um olhar a partir das professoras de uma escola municipal onde a maioria dos alunos do PEAC estudavam.

Professora (1). Dificuldade com aprendizado, é indisciplinado. Chegou sem saber ler, não se entrosa. Tem vergonha. Não é interessante para ele, pois, não consegue acompanhar. O sistema vai e empurra. A família é envolvida com drogas. Não conheço nem a mãe e nem o pai. A vida dele é bem complicada, tem uma índole boa. Não consegue enxergar a escola como um meio para uma vida melhor. O pai é ex-presidiário. E para que vai estudar? O pai e a mãe tem dinheiro. A família é envolvida com o tráfico.

Professora (2). Não tem dificuldades de aprendizado, sabe ler, escrever. Não tem muita ligação com a mãe. Mora com a avó. O pai dela foi morto a tiros, devido ao envolvimento com o tráfico. Ela é uma evangélica sozinha. Adora esporte. Acho que o caminho dela tá aí dentro (do PEAC). Antes ela ficava lavando prato e arrumando a casa, agora tem o futebol para ir.

Professora (3). Não tem dificuldade de aprendizado. Se ele conseguir ficar atento ele vai longe, muito esperto. Se vacilar ele te rouba, é manhoso. Dá dor de barriga, de dente tudo isto para ir embora. Têm histórico de tráfico com a família, dois irmãos presos (irmã e irmão). Menino bom! Chega chorando contando que alguém da família está apanhando da polícia. Mora na região do 13. Região que ocorre tráfico no novo horizonte. Gosto muito de Sam.

Quadro 1: o perfil pedagógico e social dos/as alunos/as sob a ótica das professoras

Fica bem evidente nas respostas das professoras que a vida destas crianças apresenta, em sua maioria, uma realidade social e familiar que as colocavam em extrema vulnerabilidade. O que esperar de crianças expostas a estas situações desestimuladoras? E o esporte neste contexto? Consegue contribuir?

A problemática mencionada pelas professoras foi identificada também pela UNESCO. Em um trabalho sobre políticas públicas e juventude esta instituição apontou os processos que reafirmam a exclusão, frutos da confluência entre mercado, Estado e sociedade. Dentre eles destaca:

dificuldade do Estado em reformar a educação, a ponto de poder formar melhor seus cidadãos; família e vizinhança que reduziram suas competências para gerar estímulos e confiança em criança e jovens com ralação à importância da educação e formação; emancipação precoce dos jovens com níveis educacionais baixos, associada às altas taxas de fecundidade, contribuindo para que a pobreza se acentue na primeiras etapas da vida familiar, fato que se liga intimamente ao item anterior; segregação residencial, criando focos de moradia com alta densidade demográfica; dificuldade cada vez maior de intercâmbio entre pessoas de diferentes níveis socioeconômicos em espaços públicos; segmentação dos serviços básicos, especialmente da educação (WERTHEIN apud HIRAMA, 2012, p. 104-105).

No caso dos/as alunos/as do PEAC, a ausência da família, a aproximação com a criminalidade e o processo de educação básica escolar deficiente, que produz os analfabetos e também os analfabetos funcionais (com dificuldades de compreender o que lê ou de se expressar criticamente por meio da escrita) (Hirama, 2012) indicam que os poucos avanços conquistados com a Escola de Esportes podem e devem ser valorizados.

No quadro 2 abaixo constam as principais respostas das entrevistas realizadas com as professoras e coordenadora da escola regular destes alunos/as matriculados/as na Escola de Esportes sobre as contribuições do Programa após 4 meses de intervenção.



Professora (P1): (...) Existe a necessidade de praticar esportes, a agitação ameniza um pouco (risos), fica com a energia voltada para o esporte. São alunos de uma comunidade pesada aqui, muitos pais envolvidos com isto (se referindo as drogas).

Professora (P2): Meninos bem contentes, para mim é fundamental. Tá um empolgação, gente fazendo fila para deixar entrar. Mudaram a maneira de vê o esporte, achavam que era só futebol. Eles contam tudo que acontece lá para a gente, acho que mudou a concepção de esporte. Fico preocupada com os alunos que vão direto para a escola depois da aula (no PEAC) e sem se alimentar. Vê isto para os próximos, são carentes! Alguns choraram por que as mães não levaram para tenta matricular na Escola de Esportes.

Coordenadora: Eu acho que contribui de maneira significativa. Temos crianças sem muitas perspectivas. Ou na TV ou na rua (...) ir para o esporte já contribui. A regra da disciplina e o cumprimento dos horários já muda a vida dos meninos (...) eles ficam sozinhos e a família sai para o trabalho. A escola e o projeto podem ajudar (...) eu consigo perceber que o projeto já ajudou. O histórico dos alunos que apresentam indisciplina, eles já melhoraram com o projeto. Especialmente os alunos do 5º ano. Tudo (...) o processo de inscrição, a rotina inicial, não faltar. Pequenas forças que geram uma força maior. Muda a realidade e não apenas o financeiro dos alunos. Afasta do mundo das drogas, mantém a saúde, que não seja um aviãozinho (referindo-se a uma função dada aos traficantes aos menores de idade no bairro de entregar drogas). A integridade física, moral e espiritual. A gente percebe que eles estão até mais contentes com a escola. Uma nova rede de relações que estão se criando. Todo projeto pode transformar (...).

Quadro 2. Vozes das professoras e coordenadora da Escola Municipal

Na fala das professoras (quadro 2) são identificados elementos que apontam uma superação dos/as alunos/as da condição que se encontravam antes da intervenção com o Projeto Escola de Esportes. Elementos como:

mudança de concepção sobre o esporte; as melhoras na conduta na escola; a melhoria nos valores e atitudes cidadãs.

Nesta perspectiva a cidadania “explicita-se como criação de espaços sociais de luta (movimentos sociais) e definição de instituições para a expressão política (partidos, órgãos públicos), visando conquista e consolidação de direitos (BETTI, 2009, p. 47). Estaria o PEAC dentro e através da UEFS se configurando como um espaço de luta? De estímulo ao desenvolvimento da cidadania? A identificação de direitos e a socialização de saberes? De uma luta contra os diversos tipos de violência no qual as crianças e jovens da comunidade estavam envolvidos?

O sonho de ascensão social através do esporte é algo muito presente entre crianças mais pobres. Talvez para o senso comum o esporte seja a expressão mais democrática de justiça, de igualdade e que o sucesso no campo esportivo, em geral, depende apenas do talento e da determinação do seu praticante. Nesta compreensão a ascensão social, a aquisição de bens materiais, o sucesso almejado são apenas para os mais esforçados, para aquelas que “são brasileiros e não desistem nunca”.²

A mídia exerce uma grande influência nos modos de vida, constrói estilos de vida, ditam normas e regras e manipula os desejos do povo. No entanto, “se não posso, de um lado estimular os sonhos impossíveis, não devo, de outro negar a quem sonha o direito de sonhar. Lido com gente e não com coisas” (FREIRE, 1996, p. 163). Neste sentido, o educador que vai atuar com o esporte precisa apresentar ao educando os fatores que podem contribuir ou dificultar a realização destes sonhos, através de uma intervenção crítica, sem omitir os dados da realidade. Estarei assim dando-lhe uma liberdade de pensamento, uma autonomia para compreender os fatores limitantes e incentivadores, para que dentro das infinitas possibilidades da criatividade humana, eles possam confrontar os seus desejos e trilhar suas escolhas (quando efetivamente possíveis) pelo mundo. Sendo mais feliz ou mais triste, mas especialmente quando bem informado, tenha o direito de fazer suas escolhas. Mesmo reconhecendo que estará diante de uma sociedade na qual o atual modelo hegemônico é, muitas vezes, determinante, injusto e excludente.

Os familiares presentes no último seminário de avaliação da Etapa 1 do Projeto Escola de Esportes deixaram suas considerações sobre a importância do programam na comunidade.

Mãe 1: Minha filha disse que gostou. E melhorou mais no estudo e no comportamento. Tem tirado boas notas. Eu creio que melhorou, o comportamento até em casa. Atenta com o celular para vê se tem alguma mensagem do programa.

Mãe 2: Os meus (filho e filha) gostam muito né (...) é único dia que meu filho acorda cedo. Esporte sempre é bom, só tem ajudar. Torcer para que o ano que vem continue (...) Ele gosta mesmo do vôlei e do basquete, agora a menina topa qualquer parada.

Mãe 3: Ele gostou muito da ideia do esporte. Duas vezes ele queria vir e eu proibi, ele estava com o nariz escorrendo e dizia “não eu tenho que ir”. Outro dia tava com dor de cabeça. Era um lugar que ele se sentia bem. Passou a gostar a ter de ler, comprou um livro lá para ler e não sei o que tem a ver esporte com livro, mas passou a gostar um pouco de leitura.

Pai 1: Eu gosto muito. Eu sempre que posso tô por aqui, eu gosto muito como os professores conversam com eles. Assim conversar sobre dividir, o valor da amizade, isto é muito importante na vida deles. Eles têm sempre que conversar. Sempre aparece um probleminha aqui e outro ali e eles estão sempre junto. Então isso é muito importante a gente que é pai né, sabendo que vai para cá e tá sendo cuidado.

Pai 2: A droga tá terrível né. Eu fico sentido pelos pais, por que não vem né (...) eu costume dizer lá no bairro, é carente e perdi projeto igual a este, por que os próprios pais não dão incentivo (...) Os pais infelizmente deixa a desejar (...).

Pai 3: Já é tão difícil as coisas.. É tão difícil educar o filho, oferecer algumas coisas. A gente tem alguma coisa em tempo de eleição nas comunidades, infelizmente (...) aqui um projeto desse aqui e o pessoal não valoriza (...) só tá presente quando é eleição. A gente sabe disso. Acho que na verdade dá, acho que dá, eu mesmo não posso nem tá aqui hoje, mas tô (...) tem que se programar.

Quadro (3): Fala das famílias – Seminário de avaliação ETAPA 1

² Slogan para uma campanha de marketing fruto de uma parceria público-privada entre a ABA (Associação Brasileira de Anunciantes e o Governo Federal) que utilizava situações de superação de personalidades famosas, no caso do esporte a imagem utilizada foi a superação de Ronaldinho “Fenômeno” que após várias cirurgias voltou aos campos de futebol e tornou-se campeão mundial com a seleção brasileira.

Alguns dos relatos transcritos no quadro 3 acima deixam claro a importância da importância do programa junto a comunidade. Relatam exemplos de esforço e compromisso de muitos alunos/as e também dos familiares, em estarem envolvidos com todas as ações propostas pelo projeto mesmo num país onde:

(...) O clientelismo, o patrimonialismo e a corrupção ainda perpassam as práticas que queremos democráticas, transparentes. A desigualdade de renda e de posse da terra, as diferenças no acesso a bens e serviços, as disparidades regionais, a discriminação dos negros, indígenas e mulheres, entre outras mazelas, convivem com o dinamismo econômico, com a inovação tecnológica, enfim, com o desenvolvimento. Orgulhamo-nos de estar entre as dez maiores economias do mundo, mas frequentemente negligenciamos o fato de ocuparmos a 84ª posição no ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (FORPROEX, 2012, p.11).

A condição social destes alunos e alunas era ainda um fator agravante e impactante no projeto, revelando aos nossos olhos as contradições e desigualdades existentes em nosso país. Desta maneira, a discussão passa a ser mais ampla, uma luta constante por um maior e melhor acesso a educação de qualidade; uma melhor moradia com as condições de saneamento básico e saúde; a oportunidade de empregos e salários dignos; acesso a alimentação e ao lazer de qualidade.

Chegando ao Final do Jogo... Ou Seria um (Re)Começo?

Diante das limitações e possibilidades reveladas (ou não) ao longo da análise e dis-

cussões apresentadas frutos da pesquisa e da ação, identifico que o PEAC permitiu aos seus atores e autores produzirem, no campo teórico-prático, novos conhecimentos que puderam contribuir com o processo de formação dos seres humanos envolvidos no programa, inclusive propondo um novo olhar para as questões educacionais e sociais, numa perspectiva crítica, que envolve as discussões na área da Educação (Física) e do esporte em projetos sociais.

Foram apenas 4 meses de realização da Escola de Esporte no entanto, a partir das informações coletadas, o PEAC contribuiu para ampliar olhares, rever condutas e teorias, propor mudanças e, especialmente, vivenciar o esporte, oportunizando-o para crianças e adolescentes que não possuem acesso a este tipo de experiência cultural.

O discurso “salvacionista” que determinadas ações geralmente ditas “sociais” propõe com o esporte não deve deixar de considerar, agindo sempre e nos tensionamentos necessários, a necessidade reivindicar ou revelar, em paralelo, e talvez a priori, a melhoria na qualidade de vida dos jovens, das famílias inseridas no contexto onde será desenvolvido um projeto sócio-educativo.

Devemos acreditar, por mais que dura que seja a realidade, que a mesma criança que arremessa uma bola de handebol em direção as traves/redes na quadra de esportes marcando um belo gol, pode usar as mãos para tirar uma vida humana. Isto por que o gol marcado na infância nesta quadra, não leva em conta (e nem poderia isoladamente) romper e superar as injustiças na qual aquela criança continuou submetida. Contudo, felizmente, nem uma coisa e nem outra está determinada.

Diante dos enfrentamentos, proposições, considerações, debates, intervenções que foram vivenciados durante o PEAC podem ser produzidos novos conhecimentos e estes se materializaram em ações sempre ressignificadas, numa atitude propositiva de acreditar que

transformações são possíveis e que o futuro não está determinado, o que já é um sinal de esperança. O futuro se faz na construção, numa atitude otimista (PRIGOGINE, 2003) e, ainda, reconhecer que “carvalhos centenários desenvolveram-se a partir de bolotas ridículamente minúsculas” (BAUMAN, 2013, p. 28). Se quisermos, enquanto educadores, ampliar os impactos de nossas ações e melhorar as condições de atuação dos envolvidos devemos também, produzir espaços de resistências na dimensão global.

O Esporte pode ser conteúdo e método neste processo de resistência. Uma produção cultural humana, inserido em um contexto social e deve ser um bem para a humanidade. É necessário romper com a compreensão de uma minoria, por muitas vezes, oportunista, assistencialista, vendedora de ilusão, que em geral utilizam o esporte apenas pelas suas possibilidades econômicas ou como argumento teórico panfletário, desconsideram, assim, os seus jogadores, usando-os como peças descartáveis em um tabuleiro social de interesses produtivistas ou de ganho de votos em trocas de apitos, bolas ou coletes.

Apesar das contradições sempre aparentes, vivamos esperando (construindo e vivenciando) dias melhores, inspirado nas esperanças que renascem na natureza, nos seres humanos e nas quadras/campos de esportes pelo nosso imenso Brasil. Que se recomece o jogo (quantas vezes for necessário), com novos sujeitos, novas estratégias, novas teorias, novas práticas. Só que a cada novo (re)início estejamos ainda mais fortalecido no pensar e agir em prol de um mesmo desejo: a transformação humana. Numa metamorfose onde a vida fecunda o pensamento e as ações e estas, fecundam a vida. Assim, “eu prefiro ser esta metamorfose ambulante (...) do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo” Raul Seixas.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. Sobre educação e juventude: conversas com Riccardo Mazzeo/Zygmunt Bauman. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. RJ: Zahar, 2013.
- BRACHT, Váler. Sociologia crítica do esporte: uma introdução – Coleção educação física. 3 ed. Ed. Unijuí, 2005.
- DIONNE, Hugues. A Pesquisa-Ação para o desenvolvimento local. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.
- ESCOBAR, Micheli Ortega. Jogo e Esporte na Cultura Corporal. In: Manifestações dos jogos / Micheli Ortega Escobar et al. – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2005.
- FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus-AM, maio, 2012.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa. 34ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HIRAMA, Leopoldo Katsuky. Algo para além de tirar as crianças da rua: a pedagogia do esporte em projetos socioeducativos. Orgs. Leopoldo Katsuki Hirama e Paulo Cesar Montagner. São Paulo: Ed. Phorte, 2012.
- MALINA, André e CESARIO, Sebastiana, organizadores. Esporte: fator de integração e inclusão social? – Campo Grande, MS: ED. UFMS, 2009.
- MELO, Victor Andrade Et al. Pesquisa Histórica e História do Esporte. RJ: 7 letras, 2013.
- PRIGOGINE, Ilya. O Fim da Certeza. In: Representação e complexidade / Candido Mendes (org.); Enrique Larreta (ed.). – Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 40. edição – Campinas, SP; Autores Associados, 2008 (Coleção polêmicas de nosso tempo; vol. 5).
- SEVERINO, Antonio Joaquim. Fundamentos ético-políticos da educação no Brasil de hoje. In: LIMA, Júlio César F.; NEVES, Lúcia Maria W. (Org.). Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPISIV, 2006.
- SILVA, Maria Cecília de Paula. Do corpo objeto ao sujeito histórico: Perspectiva do corpo na história da Educação Brasileira. Salvador: EDUFBA, 2009.
- SOARES, Carmem Lúcia et al. Metodologia do ensino da Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.
- SOUZA, Maristela da Silva. Esporte Escolar: possibilidade superadora no plano da cultura corporal. São Paulo : Ícone, 2009.
- THIOLLENT, Michael. Metodologia da pesquisa-ação. 18ª ed. – São Paulo, Cortez, 2011.

JUVENTUDE NEGRA, EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: um relato de experiência sobre a atuação do Coletivo Dandaras na UFSB

Danielle Ferreira Medeiro da
Silva de Araújo¹

1. INTRODUÇÃO

RESUMO: o presente trabalho visa discutir sobre o acesso da juventude negra aos espaços de construção de conhecimento como instrumento de luta para auxiliar no combate ao racismo e consequentemente a uma educação pautada em práticas antirracistas. Para tanto, o artigo apresenta vivências práticas para a construção de uma educação antirracista a partir do relato de experiência do Coletivo Dandaras formado por mulheres negras discentes da Universidade Federal do Sul da Bahia.

Palavras-chave: direitos humanos; educação antirracista; juventude negra.

ABSTRACT: this work aims to discuss the access of black youth to spaces for knowledge construction as a tool of struggle to help combat racism and consequently to an education based on anti-racist practices. To this end, the article presents practical experiences for the construction of an anti-racist education based on the experience report of the Collective Dandaras formed by black women students from the Federal University of Southern Bahia.

Keywords: human rights; anti-racist education; black youth.

A superação das desigualdades entre negros e brancos na sociedade brasileira passa pela reflexão sobre o direito à educação antirracista. O direito à educação está assegurado em dois instrumentos jurídicos importantes, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948 e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, somado a outros instrumentos legais em que o Brasil é signatário para a eliminação da discriminação racial, como a Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1969), do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, da Convenção III da OIT sobre Discriminação no Emprego e na Profissão (1968) e, mais recentemente, da Carta da III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (2001). Portanto, a educação é reconhecida como um direito humano e fundamental, e a sua realização é imprescindível para a construção de uma vida digna e de uma sociedade igualitária.

Porém, a educação não é garantida de forma igualitária, configurando-se muitas vezes como mais um microssistema de dominação e sujeição², em que o “insucesso” escolar e profissional das classes populares são explicados a partir de critérios meritocráticos que tendem a ocultar uma questão de desigualdade social (SOUZA, 2009), cunhada em questões raciais.

O acesso da população negra aos espaços de construção de conhecimento é fundamental para auxiliar na luta de combate ao racismo e consequentemente a uma educação pautada em práticas antirracistas. Apesar da entrada em vigor da Lei nº 10.639/03 e da implementação do sistema de cotas para negros, as dificuldades de ingresso da juventude negra na pós-graduação são muitas, advindas do racismo e das desigualdades sociais e econômicas e do acesso precário aos sistemas de ensino.

Vários são os entresos para o sucesso educacional da juventude negra³, poucos alcançam a acumulação do capital intelectual, uma vez que esta população continua, em sua maioria, com o seu tempo destinado quase que exclusivamente ao universo do trabalho, que para este grupo apresenta-se de forma esgotante, exploradora, informal e manual⁴. De acordo com as estatísticas onde se encontra a juventude negra no Brasil?

O Mapa do Encarceramento – Os Jovens do Brasil (2015) analisou dados sobre o sistema prisional brasileiro, de 2005 a 2012, nesta pesquisa observou-se que a maioria dos encarcerados era jovem (entre 18 e 24 anos), ou seja, 54,8% da população encarcerada. A seletividade racial aponta para a maioria negra entre os presos no país, em 2012 o percentual era de 60,8% de negros na população prisional.

Resalta-se que faltam dados sobre cor/raça em relatórios sobre o sistema carcerário em âmbito nacional, o que dificulta muito as análises sobre para a formulação e avaliação de políticas públicas que visem a superação das desigualdades entre os diversos grupos étnico raciais na população brasileira (BRASIL, 2015).

De acordo com o Mapa de Vulnerabilidade da Juventude – 2017 a violência atinge principalmente os jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. O risco de um jovem negro ser vítima de homicídio no Brasil é 2,7 vezes maior que de um jovem branco (BRASIL, 2017).

Segundo o Atlas da Violência 2018, entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%, enquanto a de brancos teve uma redução de 6,8%. Em 2016, a taxa de homicídio contra negros foi duas vezes e meia superior aos não negros (16,0% contra 40,2%). O Anuário Brasileiro de Segurança Pública analisou 5.896 boletins de ocorrência decorrentes de intervenções policiais entre 2015 e 2016 e identificou

1 Mestre e Doutoranda em Estado e Sociedade pela Universidade Federal do Sul da Bahia E-mail: dannymedeiro@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7918-4126>
2 Funcionam no interior do corpo social e operam a partir de múltiplas formas transmitindo e reproduzindo efeitos de poder nos corpos, gestos, discursos e desejos (FOUCAULT, 1979).

3 Assim, é necessário pensar “Como preparar, instrumentalizar os educandos já marcados pela exclusão, para este território que é o mundo do trabalho, que não é pensado para todos? Partindo desta reflexão, poderíamos ainda indagar: de que modo inserir estes sujeitos de forma positiva no mundo do trabalho, considerando que este se encontra cada vez mais exigente, competitivo e restritivo?” (ASSIS, 2015, p.98).

4 Os dados estatísticos reafirmam esse lugar do negro na sociedade. De acordo com dados do GEEMA 2017, a divisão racial do trabalho acaba por alocar os brancos nas ocupações intelectuais e os não-brancos representados nos trabalhos manuais, com destaque para a alta proporção de pretos nos serviços domésticos (7% brancos e 14% negros).

76,2% das vítimas como negras. Ainda segundo o Atlas da Violência – 2018 (2018, p.40) “uma das principais facetas da desigualdade racial no Brasil é a forte concentração de homicídios na população negra. É como se, em relação à violência letal, negros e não negros vivessem em países completamente distintos”.

A Nota Técnica do IPEA – Indicadores Multidimensionais de Educação e Homicídios nos Territórios Focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios – 2016 (IPEA, 2016) aponta bem para a origem transversal do problema da delinquência e criminalidade que exige uma ação conjunta e intersetorial das áreas de saúde, educação, habitação, esporte, mercado de trabalho, entre outros. O fenômeno da criminalidade estaria associado a muitas portas fechadas que a criança e adolescente encontram na família, no convívio social, na escola e no mercado de trabalho, a única porta aberta seria o mercado do crime, um universo de retornos financeiros e simbólicos.

Toda essa realidade que aprisiona a população negra é apresentada no Relatório da CPI dos Assassinados dos Jovens que assevera “a sociedade racista cria mecanismos, institucionais ou não, que impingem limites e mesmo a exclusão, fazendo com que a pessoa negra esteja mais vulnerável a situações de imobilidade social associadas à pobreza e à miséria, quando não a situações extremas que levam à alienação e, no limite, à morte” (2016, p. 36).

Por isto refletir sobre o acesso e a permanência da juventude negra no sistema educacional é tão importante. Freire apregoava que o saber científico deve levar em conta a “leitura de mundo” do educando, que precede a leitura da escrita, composta por saberes outros advindos da experiência. O primeiro, dissociado da realidade anula as diversidades locais e reafirma as desigualdades sociais ao invés de instrumentalizar as classes pobres para a superação das injustiças. Para o autor, a falta de acesso dos grupos desprivilegiados a uma educação reflexiva, crítica e de qualidade fortalece as relações sociais pautadas na assimetria de poder (FREIRE, 2007).

A educação é ainda hoje um privilégio nos países da América Latina⁵ e pensada como instrumento de resistência e reelaboração do saber acaba por tornar-se uma disputa entre as classes sociais no Brasil, pelo temor das classes dominantes de ver o negro instruído. Desta forma, as ações afirmativas constituem-se como instrumento reparador por uma injustiça passada (GUIMARÃES, 1996) e passa a alterar o cenário educacional no país, principalmente para a

juventude negra.

Apesar do contexto de exploração e desigualdade, a população negra sempre esteve em movimento contra-hegemônico, em busca do reconhecimento da sua humanidade, da garantia de direitos e da valorização da sua história, contada não a partir do olhar do colonizador, mas a partir do lugar de luta do povo negro. Assim, descolonizar teria relação com os atos de insurgência (MALDONADO-TORRES, 2018) que os negros praticam desde o período colonial e

com as lutas que resultaram na implementação das políticas públicas de promoção da igualdade racial.

No contexto de ampliação do acesso ao ensino superior, a Universidade Federal do Sul da Bahia, uma das mais novas do país, foi criada em 5 de Junho, quando a Presidenta Dilma Rousseff sancionou-o como Lei 12.818/2013, com Reitoria em Itabuna e campi em Teixeira de Freitas e Porto Seguro. Atualmente, a Universidade possui quatro Programas de Pós-Gradu-



⁵ É possível observar significativas desigualdades raciais de renda internas às categorias ocupacionais (as classes sociais mais altas, agrega as categorias de profissionais e administradores (de alto e baixo nível) e de proprietários e empregadores (rurais ou não) – 11,5% de brancos 4,2% pardos e 3,4% de negros, enquanto nos trabalhos manuais qualificados (negros 29,8%, pardos 28,6% e brancos 23%) e trabalhos manuais não-qualificados (negros 21,8%, pardos 18,7% e brancos (11,9%)). (LEÃO, et al, 2017).



da Bahia (UFSB), que tem por objetivo lutar pela melhor implementação da Política de Ações Afirmativas na pós-graduação da UFSB. Este artigo pretende apresentar o processo de criação do Coletivo Dandaras em 2018 e sua prática de educação antirracista e decolonial, a partir de relatos sobre o curso “Enegrecendo a academia: escrita e publicação de textos acadêmicos” realizado em maio de 2019 na UFSB em parceria com o Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-raciais (PPGER). A metodologia do presente texto é baseada em relato de experiência entrelaçado com dados estáticos e referências bibliográficas que abordam a temática.

2. MULHERES NEGRAS EM LUTA: A CRIAÇÃO DO COLETIVO DANDARAS NA UFSB

Pensar a relação racial dentro do espaço acadêmico requer uma reflexão crítica sobre outras epistemologias. De acordo com Haraway (1994) seria possível se pensar fora de uma perspectiva totalizadora, que acaba por perder parte da realidade; a autora sinaliza a possibilidade de se pensar a partir da parcialidade, de fragmentos, de um lugar desprezado que recusa as polaridades. E é do não-lugar das mulheres negras na sociedade e na Academia que este texto é escrito. A mulher negra ainda está ligada à representação social⁷ dos trabalhos manuais, e existe uma dificuldade em se conceber a sua atuação fora da figura de doméstica⁸. De acordo com Cardoso, uma explicação para isso é que “o colonialismo essencializou, classificou e inventou corpos colonizados, transformando-os em alvo de estereótipos e representações racializadas” (CARDOSO, 2018, p. 318). Estas representações sociais dos negros, e em particular das mulheres negras, foram sendo construídas em um espaço social⁹ de lutas pelo acesso ao capital¹⁰, em suas múltiplas formas. Segundo Correa,

ação: Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais (PPGCTA); Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER); Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade (PPGES); e, Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família (PRO-

FSAÚDE)⁶.

Visando auxiliar na entrada de estudantes negras e negros na pós-graduação foi criado o Coletivo Dandaras – mulheres negras discentes do Programa de Pós-graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul

6 Disponível: <https://www.ufsb.edu.br/a-ufsb/apresentacao-ufsb> Acesso em: 29 jun. 2019.

7 Jodelet afirma que, “Concernem ao conhecimento dito de senso comum, utilizado na experiência cotidiana; são programas de percepção, constructos com status de teoria ingênua, servindo de guia de ação e de leitura da realidade; são sistemas de significações, permitindo interpretar o curso dos acontecimentos e das relações sociais; expressam a relação que os indivíduos e os grupos mantêm com seu “mundo de vida” e os outros atores sociais; são forjadas na interação e em contato com os discursos em circulação no espaço público; e estão inscritas na linguagem e nas práticas e funcionam como linguagem em razão de sua função simbólica e dos referentes que elas fornecem para codificar e categorizar o que povoa o universo de vida. (JODELET, 2018, p.430).

8 De acordo com dados do GEEMA - 2017, a divisão racial do trabalho acaba por alocar os brancos nas ocupações intelectuais e os não-brancos representados nos trabalhos manuais, com destaque para a alta proporção de pretos nos serviços domésticos (7% brancos e 14% negros). (LEÃO, et al, 2017)

9 Entendido como espaço multidimensional de posições em que diferentes agentes lutam pelo acesso ao capital de modo desigual, descrito também como um campo de forças objetivas impostas a todos os que entrem nesse campo e irredutíveis às intenções dos agentes individuais (BORDIEU, 2009).

10 O capital pode ser demonstrado através de propriedade materiais, mas também em estado incorporado, como o capital cultural (BOURDIEU, 2009).

O negro foi frequentemente associado na historiografia brasileira à condição social do escravo. A menção ao primeiro remete-se quase automaticamente à imagem do segundo. Negro e escravo foram vocábulos que assumiram conotações intercambiáveis, pois o primeiro equivalia a indivíduos sem autonomia e liberdade e o segundo correspondia – especialmente a partir do século XVIII – a indivíduo de cor. Para a historiografia tradicional, este binômio (negro-escravo) significa um ser economicamente ativo, mas submetido ao sistema escravista, no qual as possibilidades de tornar-sesujeito histórico, tanto no sentido coletivo como particular do termo, foram quase nulas. (CORREA, 2000, p.87).

A escravidão deixou um legado grande para os brancos, uma herança fruto da apropriação do trabalho dos negros e outros povos. Portanto, manter o silêncio faz parte do jogo de interesses econômicos, em que a inércia permite não compensar, não indenizar a população negra pela espoliação sofrida, e as políticas públicas direcionadas aos que foram excluídos do acesso aos capitais simbólicos e materiais, tais como os negros, não são vistas como direitos, mas como favores dos brancos. (BENTO, 2002)

Historicamente, a população negra foi excluída do acesso a diferentes tipos de capital. O Relatório das Nações Unidas - CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) intitulado “A ineficiência da desigualdade”¹¹, divulgado em 2018, afirma que a maior ou menor presença em meios que impõem ideias, ideologias garante assimetrias em múltiplos âmbitos da vida coletiva, perpetuando a cultura do privilégio. Romper com essa cultura que naturaliza o conhecimento ocidental e branco requer que espaços tradicionais de exclusão sejam modificados a partir da produção de outras temáticas que privilegiem temas marginais, as relações étnico-raciais e a interculturalidade.

Neste propósito de reflexão crítica sobre o lugar da mulher negra na pós-graduação, o Coletivo Dandaras¹² de Mulheres Negras descendentes do Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade (PPGES) da UFSB foi constituído com

o objetivo de atuar pela efetividade da política de cotas por meio do acompanhamento das(os) candidatas(os) em todas as etapas do processo seletivo e enquanto grupo de pós-graduandas, colaborar no desenvolvimento acadêmico das integrantes.

Segundo o IBGE, somente 12,8% dos estudantes em instituições de ensino superior brasileiras, entre os 18 e os 24 anos de idade, são negros (pretos e pardos), de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes a 2015¹³. Na pós-graduação,

[...] entre os anos 2013-2015 foram encontrados apenas 15,22% de negros (pretos e pardos). Se recortarmos esse número para pretos, o percentual cai para 3%[...] Se analisarmos os dados do estudo Mestres 2012: Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira do Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE) do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), divulgado em 2013 pelo Governo Federal, naquele ano os brancos, que no período correspondiam a 47% da população, representavam 80% dos mestres e doutores titulados. Os pardos, que eram naquele ano 42% da população, representavam apenas 16% dos mestres e 12% dos doutores titulados. Os pretos, que eram 8% da população, representavam no período 3% dos mestres e 2% dos doutores. (NASCIMENTO, 2018, p. 118).

A proposta inicial do Coletivo Dandaras foi buscar junto ao PPGES a adequação dos editais de seleção do Programa conforme determina a Lei de Cotas para concursos públicos¹⁴, ampliando assim as possibilidades de entrada de mais negros no Programa. Todavia, até o ano de 2018, mesmo com todas as discussões apresentadas, o PPGES já realizou alterações que propiciassem a aplicação da lei de cotas com clareza.

Outra forma de atuar pela implementação de Políticas Afirmativas mais amplas e efetivas, foi a formulação de projetos que pudessem diminuir as assimetrias existentes entre os candidatos durante o processo seletivo. O Projeto Monitoria Voluntária ofereceu no ano de 2018 a colaboração gratuita as(os) candidatas(os)

com perfil cotista que pretendem se inscrever no processo seletivo do PPGES na categoria Política Afirmativa (negros, indígenas, pessoa com deficiência e pessoa trans).

A proposta inicial das atividades do Projeto Monitoria Voluntária agregavam vídeos sobre os principais pontos do edital do Programa e dicas para a atualização do currículo lattes, revisão dos projetos de pesquisa, com programação para a realização de aula presencial e virtual de inglês, discussão presencial e virtual sobre os textos da bibliografia e preparação para a prova oral. Porém, a dificuldade financeira para realizar todas as atividades e a desistência de algumas candidatas e candidatos, e a não aprovação destes nas fases iniciais fizeram cessar as atividades antes da fase da prova oral.

Estas propostas de atividades foram pensadas por muitos candidatos não conseguirem acompanhar as exigências colocadas pelo Programa, seja pelas dificuldades na vida escolar, falta de experiência com iniciação científica, o não acesso a cursos de idiomas, dificuldades de acesso a bibliotecas universitárias, inúmeros empecilhos que acabam por impedir que determinados grupos acessem à pós-graduação, pois não possuem familiaridade com a área. Vale ressaltar que a escassez de programas de pós-graduação na região de Porto Seguro e de Teixeira de Freitas, principalmente, colaboram para essa falta de intimidade com as pós-graduações stricto sensu. A acumulação do capital intelectual ainda não alcança a maioria da população e os entraves para o sucesso educacional perpassam toda a trajetória de vida das comunidades e juventudes negras e periféricas.

Para auxiliar na entrada da juventude negra na pós-graduação o Coletivo Dandaras estruturou o curso “Enegrecendo a Academia: escrita e publicação de textos acadêmicos” realizado em maio de 2019, em parceria com o Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-raciais (PPGER/UFSB), com intuito de instrumentalizar os candidatos em sua preparação para a pós-graduação, fortalecendo assim os instrumentos de luta e resistência contra o racismo.

11 Disponível: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/43569-ineficiencia-desigualdade-sintese>. Acesso em: 29 jun. 2019.

12 Por que o nosso coletivo é denominado Dandaras? Considerada a face feminina da resistência negra instituída no Quilombo dos Palmares, Dandara foi e é uma mulher que representa a insurgência contra as desigualdades, principalmente racial. Ao escolher morrer a voltar a escravidão Dandara nos impulsiona para a luta diária em busca de espaço igual nos locais de poder, entre eles a academia. Portanto, nossa heroína negra, estrategista, capoeirista, líder, obstinada pela liberdade, Dandara, inspira outras mulheres, daí o nome do grupo no plural, Dandaras. Fonte: <http://www.ihu.unisinos.br/170-noticias/noticias-2014/537524-descrita-como-heroína-dandara-mulher-de-zumbi-tem-biografia-cercada-de-incertezas>

13 Dados disponíveis em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2017/11/20/consciencia-negra-nem-13-dos-alunos-de-ensino-superior-sao-negros-no-brasil/>

14 No Brasil ainda não foi definida uma Lei de Cotas para a Pós-Graduação, desta forma, as Universidades Públicas Brasileiras adotam a Lei de Cotas para concurso público, adequando às suas realidades. Em 2017 o Ministério Público Federal enviou um ofício ao Ministério da Educação pedindo esclarecimentos sobre a questão das cotas na pós-graduação. O motivo desse ofício foi a portaria publicada pelo MEC em maio de 2016, dando 90 dias para as Universidades e Institutos Federais apresentarem propostas sobre as cotas na pós-graduação. Ao MPF, o MEC informou que o processo ainda está em andamento, devido as mudanças tecnológicas ocorridas na base de dados da CAPES para fazer um levantamento dos negros, indígenas e pessoas com deficiência atualmente nos cursos de pós-graduação monitorados pela Capes. (MORENO, Ana Carolina. 2017. Portal G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/procuradoria-pede-a-mec-posicao-sobre-cotas-na-pos-graduacao-das-federais.ghtml>. Acesso em 07 de mai. 2019)

3. PRÁTICA DA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: CURSO “ENEGRECENDO A ACADEMIA: ESCRITA E PUBLICAÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS”

O sistema educacional brasileiro está permeado de práticas racistas, desde a educação infantil até o ensino superior, incluindo a pós-graduação *stricto sensu*, fato que prejudica o desenvolvimento e o sucesso de negras e negros. A desvalorização da população negra dificulta o acesso desta população ao sistema educacional e a sua permanência. (CAVALLEIRO, 2005).

Aspectos do cotidiano escolar como currículo, material didático e relações interpessoais são hostis e limitadores de aprendizagem para os(as) alunos(as) negros(as). Nesses espaços, as ocorrências de tratamentos diferenciados podem conduzir, direta ou indiretamente, à exclusão deles(as) da escola, ou ainda, para os(as) que lá permanecem, à construção de um sentimento de inadequação ao sistema escolar e inferioridade racial. (CAVALLEIRO, 2005, p.69).

Em razão do racismo epistêmico os subalternizados não são reconhecidos como produtores do conhecimento, posto que, é adota predominantemente a epistemologia de base europeia. Nessa perspectiva é importante o conhecimento situado¹⁵, esse conceito agrega também o olhar do pesquisador na produção científica e acadêmica, e com a noção de epistemologia afrocêntrica. Um dos autores citados anteriormente, que contribuiu para episteme latino-americana, o colombiano Fals Borda, criticava o colonialismo intelectual na América Latina, para ele a pesquisa deve ter compromisso, haja vista nenhum trabalho ser neutro, portanto, o pesquisador precisa fazer o movimento de olhar para dentro da sociedade e lutas sociais e criar situações para transformá-la. (FALS BORDA, 2015).

Apesar do Brasil não ser mais uma colônia e a abolição formal da escravidão ter ocorrido mais de um século atrás, os efeitos da desumanização dos corpos negros ainda fazem parte do cotidiano. Segundo Nelson Maldonado-Torres, “[...] colonialidade pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais” (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 35-6).

Anibal Quijano (2006) reconhece o domí-

nio da colonialidade do poder em grande parte América Latina, e também no Brasil, contra a democracia, a cidadania, a nação e o Estado-nação moderno. Para o autor o mito da democracia racial é utilizado como máscara para esconder a dominação colonial praticada contra os negros, sendo, portanto, difícil em tais países o reconhecimento da cidadania para a população negra. (QUIJANO, 2006).

Segundo Lander, o colonialismo na América inicia não só a organização colonial do mundo, mas também a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória e do imaginário. Tal organização resultará numa grande narrativa universal que coloca a Europa como centro geográfico e a culminação do movimento temporal, essa narrativa construirá a Europa (Ocidente) e o outro¹⁶. (LANDER, 2005).

Muitos autores estão fazendo o movimento de questionar, repensar e reescrever o lugar do outro, da América Latina, dos negros, dos indígenas na história. Segundo Montero as principais contribuições a episteme latino-americana são a teologia da libertação e na filosofia da libertação, que podem ser encontradas, por exemplo, nas obras de Paulo Freire e Orlando Fals Borda. (LANDER, 2005).

A partir da leitura de autores decoloniais, das leituras sobre educação antirracistas, da nossa experiência de vida e no cotidiano do PPGES nós do coletivo Dandaras começamos a pensar em como atuar para mudar a realidade da aplicação das cotas no programa de pós-graduação, mas também incentivar e proporcionar meios aos possíveis candidatos para a aprovação, mas mais que isso, fazerem da sua pesquisa também uma prática política, ou seja, comprometida com o debate racial.

Kabengele Munanga ao falar sobre os reflexos do mito da democracia racial para uma educação desigual para negros e brancos, explica que, o preconceito dos professores e o conteúdo dos materiais didáticos que desvaloriza a importância da população negra, prejudica e desestimula o discente negro. (MUNANGA, 2005). Segundo o autor,

O que explica o coeficiente de repetência e evasão escolar altamente elevado do alunado negro, comparativamente ao do alunado branco. Sem minimizar o impacto da situação sócio-econômica dos pais dos alunos no processo de aprendizagem, deveríamos aceitar que a questão da memória coletiva, da história, da cultura e da identidade dos alunos afro-descendentes, apagadas no

sistema educativo baseado no modelo eurocêntrico, oferece parcialmente a explicação desse elevado índice de repetência e evasão escolares. Todos, ou pelo menos os educadores conscientes, sabem que a história da população negra quando é contada no livro didático é apresentada apenas do ponto de vista do “Outro” e seguindo uma ótica humilhante e pouco humana. (MUNANGA, 2005, p. 16).

Continuando o debate, Munanga questiona o que seria capaz de reverter o quadro preconceituoso que prejudica a formação dos negros, não sendo a lei capaz de erradicar atitudes preconceituosas, o pesquisador indica a educação como um caminho eficaz para desconstruir o mito a superioridade e inferioridade, dos brancos e negros, respectivamente, sendo necessário mobilizar forças para combater o racismo. (MUNANGA, 2005).

É a partir desse contexto de discursões sobre o debate decolonial na América Latina e Brasil e da busca por uma educação antirracista que o curso Enegrecendo a Academia foi pensado. Aos negros e negras até recentemente não era permitido estudar, depois do acesso a escolas nós não conseguimos acessar os bancos das universidades, quando algum negro ou alguma negra conseguia era a partir de um contexto de luta muito grande que resultava em sacrifícios físicos, financeiros e psíquicos. A juventude negra acessa hoje os cursos de nível superior graças a luta do povo negro por séculos, das políticas públicas de ação afirmativa e da luta diária coletiva e individual para vencer os desafios em um mundo opressor e racista.

A intenção com o curso foi passar um pouco da nossa experiência para as (os) participantes, dividir nossa luta para entender os caminhos da Academia e nossas escolhas por evidenciar nosso lugar de fala, os debates sobre raça e a necessidade de buscar articulações para efetivar os direitos humanos e fundamentais garantidos pela Constituição. Como fazer as publicações, como buscar produções interessantes para o seu currículo e então torná-lo atrativo para os cursos de Pós-graduação, para os concursos e para as comunidades em que estão inseridas (os)?

O curso foi dividido em três encontros, de quatro horas cada, totalizando doze horas. O curso teve como objetivo fomentar a publicação de textos científicos por estudantes de pós-graduação que tenham

¹⁵ Como a contribuição de Haraway (1994) o que se pretende é a defesa de um conhecimento situado, que exponha a visão parcial desde um corpo contraditório e complexo em contraposição a uma visão de cima e simplista, que busque as possibilidades de conexões e aberturas inesperadas a partir de um viver dentro de limites e contradições.

¹⁶ O que é possível perceber é que, “[...] a noção de universalidade a partir da experiência particular (ou paroquial) da história europeia e realizar a leitura da totalidade do tempo e do espaço da experiência humana do ponto de vista dessa particularidade, institui-se uma universalidade radicalmente excludente”. (LANDER, 2005, p. 10).

como sujeitos de pesquisas as populações subalternizadas, tais como: população negra, população indígena, população quilombola, população de terreiros e outros povos tradicionais, população LGBTQ+, pessoas com deficiência, dentre outros. O curso visava incentivar a escrita e publicação de artigos acadêmicos que versassem sobre questões marginais, relações étnico-raciais e interculturalidades, possibilitando assim a visibilidade de outros olhares e lentes na construção do conhecimento acadêmico/científico, tradicionalmente branco.

Ainda são brancos, em sua maioria, que escrevem sobre os problemas dos negros e de outras populações, portanto, tais populações ainda são tratadas como objeto de pesquisa, como seres exóticos que necessitam ser desvendados¹⁷. Assim, o curso não só apresentou as questões técnicas, mas também questionou o lugar ocupado pelas populações historicamente espoliadas no cenário acadêmico. Romper com essa cultura que naturaliza o conhecimento ocidental e branco requer que espaços tradicionais de exclusão sejam modificados a partir da produção de outras temáticas que privilegiem temas marginais, as relações étnico-raciais e a interculturalidade.

Enegrecer a Academia através da produção de conhecimentos acadêmicos torna-se mais um instrumento de luta contra o racismo no Brasil. Porém, entendendo que outras populações também sofrem os efeitos da colonialidade do saber, o curso foi voltado não só para as(os) estudantes negras(os) ou que tenham como sujeitos de pesquisa populações negras, mas também outras populações espoliadas, segregadas do acesso ao capital simbólico, social, econômico e cultural.

Em nosso primeiro encontro um dos pontos de debate foi entender porque a nossa produção científica torna-se tão importante na construção do conhecimento. Foi utilizada frase de uma mulher negra para pensar o lugar de fala, Djamilia Ribeiro, que aponta, “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historio-

grafia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social”. (Djamilia Ribeiro, 2007, p. 37).

O fato de verificarmos pouca citação de negros, negras, indígenas, transexuais não é pelo fato de não ter negros e negras, indígenas, transexuais escrevendo antes de nós, a questão da invisibilidade destes diante da Academia relaciona-se ao fato de que o lugar de produção científica é historicamente marcado pelos privilégios, o que nos remete aos conceitos de branquitude e colonialidade.

Ao falar sobre branquitude sobre o que estamos abordando? De acordo com Lia Schucman, a branquitude (identidade racial branca) se caracteriza como um lugar de privilégio materiais e simbólicos, justificada a partir da idéia de superioridade racial branca. Branquitude é, portanto, algo construído socialmente, um produto da história e que se relaciona com outros marcadores sociais. (SCHUCMAN, 2014: 135-6). Nesse contexto é necessário ressaltar o valor da prática antirracista, anti-homofóbica, antixista, não só pelos sujeitos, mas por toda a sociedade.

Por isso, é relevante que todas as pessoas tenham consciência e informação para cada vez mais praticar atitudes que buscam a realização de uma sociedade mais justa, independente de cor da pele, etnia, classe, sexualidade, idade, etc. É muito importante garantir a diversidade e interculturalidade na produção científica, mas também é importante que os próprios sujeitos escrevam sobre os seus problemas, suas lutas, sua história, saindo da postura de objeto da ciência para sujeito.

Assim, no primeiro encontro os estudantes foram convidados a realizar um percurso de aprofundamento em questões práticas para a escrita e publicação de textos acadêmicos, somada a uma oportunidade de discussão crítica sobre os processos de construção do conhecimento. No curso, conceitos como branquitude¹⁸, interculturalidade¹⁹, descolonização²⁰ e ecologia de saberes²¹ foram tratados de forma dinâmica sempre vinculados aos ricos casos concretos vivenciados pela turma.

Para o segundo encontro convidamos

as participantes a compartilhar sua produção, esboços, artigos ou quaisquer conteúdos em construção e/ou finalizados para que coletivamente fosse realizada a troca experiências e conhecimentos que pudessem fortalecer a nossa prática de escrita. A nossa intenção era que ao trabalhar com os textos das participantes para orientá-las sobre possíveis formas de organizações de textos a partir de nossa experiência. O objetivo é instrumentalizar as discentes para que conhecessem os critérios de avaliação das Revistas acadêmicas e se sentissem mais seguras para o encaminhamento de materiais aos veículos de publicação, uma vez que um dos entraves para acessar os cursos é a ausência de publicação em Revistas Científicas.

No último encontro do nosso curso “Enegrecendo a Academia” visando instrumentalizar nossas discentes para a produção acadêmica, dividimos nossas vitórias, acertos e erros, porque com os erros também aprendemos muito em nossa caminhada, fizemos uma visita na Plataforma Latte, e mais uma vez teremos a oportunidade de visualizar a revisão de artigo, ampliar os conhecimentos sobre plágio e autoplagio, verificar quais são os principais pontos de avaliação dos pareceristas, além de compreender o passo a passo para a coordenação de Dossiês e Coletâneas.

Nossa intenção foi compartilhar um pouco da nossa experiência para as discentes, apesar da nossa caminhada recente, em busca da garantia da diversidade e interculturalidade na produção científica, fazendo emergir mais e mais mulheres, indígenas, negrxs, transexuais na academia não só como estudantes, mas também futuros debatedores, docentes, etc. É com muita expectativa que esperamos que sujeitos historicamente excluídos da produção acadêmica ocupem os espaços, deixem sua marca e façam ecoar suas vozes realizando discussões críticas sobre os processos de construção do conhecimento.

17 Não se pretende reduzir o assunto somente pela brancura da produção científica sobre os negros, torna-se necessário discutir também sobre a ausência de indicação de referências bibliográfica negras nos processos seletivos; nos pré-projetos construídos e submetidos; nas aulas de pós-graduação, por exemplo.

18 SCHUCMAN, 2014.

19 “A pesquisa envolve diferentes culturas em diferentes situações sociais, neste sentido estabelecem campos de estudo muito complexos, onde a pesquisa em equipe, a interdisciplinariedade, a pesquisa multimetodológica e fundamentalmente a escuta e o diálogo devem estar presentes” (CALEFFI, 2002).

20 Ao falar sobre a descolonização, ou seja, da necessidade da América Latina se despir da colonialidade que sempre desvelou a distribuição do poder, contribuiu para o processo de racialização e outras desigualdades, Anibal Quijano afirma que, “O Haiti foi um caso excepcional onde se produziu, no mesmo movimento histórico, uma revolução nacional, social e racial. Quer dizer, uma descolonização real e global do poder.[...] Neste sentido, o processo de independência dos Estados na América Latina sem a descolonização da sociedade não pôde ser, não foi, um processo em direção ao desenvolvimento dos Estados-nação modernos, mas uma rearticulação da colonialidade do poder sobre novas bases institucionais. Desde então, durante quase 200 anos, estivemos ocupados na tentativa de avançar no caminho da nacionalização de nossas sociedades e nossos Estados. Mas ainda em nenhum país latino-americano é possível encontrar uma sociedade plenamente nacionalizada nem tampouco um genuíno Estado-nação.[...] A colonialidade do poder ainda exerce seu domínio, na maior parte da América Latina, contra a democracia, a cidadania, a nação e o Estado-nação moderno.[...] O que pudemos avançar e conquistar em termos de direitos políticos e civis, numa necessária redistribuição do poder, da qual a descolonização da sociedade é a pressuposição e ponto de partida, está agora sendo arrasado no processo de reconcentração do controle do poder no capitalismo mundial e com a gestão dos mesmos responsáveis pela colonialidade do poder. Consequentemente, é tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida.... tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos.(QUIJANO, 2005, 134-139)

21 Segundo o Boaventura de Sousa Santos (2007, p.87) a ecologia dos saberes tem por base a diversidade de conhecimentos no mundo, sem a ciência uma possibilidade de construção do conhecimento, segundo o autor, “não existe uma unidade de conhecimento”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Coletivo Dandaras enquanto grupo de mulheres negras, com histórico de vida semelhante ao da maioria das nossas iguais, advindas de famílias de baixa renda, que tiveram no trabalho manual o caminho para a sobrevivência, hoje podemos refletir sobre nossas próprias dificuldades em acessar o ensino superior e também sobre o lugar de privilégios a que pertencemos, e buscar a efetividade das políticas de ações afirmativas especialmente para a juventude negra na pós-graduação, estruturando programa de monitoria voluntária para ampliar o acesso de populações historicamente excluídas, refletindo continuamente, sobre as novas epistemologias e outras formas de construção de conhecimentos mais intercultural.

Nossa intenção ao falar sobre a nossa prática de educação antirracista dentro do Coletivo Dandaras, com o exemplo do curso “Enegrecendo a academia” foi mostrar que outros caminhos para educação superior são possíveis, caminhos que garantam a igualdade no acesso, debates a partir de outras epistemologias que não as de base eurocêntricas para questionar, repensar e reescrever o lugar do

outro, da América Latina, aqui em específico dos negros, na história.

Tendo consciência de que a educação é um privilégio no Brasil, e pensando nesta como instrumento de resistência e reelaboração do saber, é necessário que aquelas e aqueles que alcançam esse lugar tenham o compromisso de torna-lo mais igual, mais democrático, menos racista. E partir da inspiração da ancestral Dandara, o Coletivo Dandaras vem buscando caminhos para que a educação seja sim um lugar para a juventude negra, mas não como receptores de um conhecimento eurocêntrico que coloca a população negra numa situação inferior, mas como seres questionadores que baseados na teologia da libertação e na filosofia da libertação e outras epistemologias que valorizam sua história, seu lugar de fala, seu questionamento por um futuro que garanta igualdade para todos, não a igualdade formal, mas a igualdade substancial e a igualdade como reconhecimento.

O que se pretende evidenciar é que a educação como instrumento de resistência e reelaboração do saber, deve opor-se à barreira que se formou pelo temor das classes dominantes de ver o negro instruído. De acordo com a tese de bell hooks,

A academia não é o paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades, temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e de nossos camaradas, uma abertura da mente e do coração que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é educação como prática de liberdade. (HOOKS, 2013, p. 275).

Nesse cenário, a educação se apresenta, ante a sua capacidade socializadora, como um caminho de resistência, um dos mais importantes direitos da cidadania e um instituto chave para a promoção dos direitos humanos, em especial na realidade periférica, não se podendo mais atribuir ao sistema educacional apenas a função instrumental de difusão de conhecimentos técnicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSIS, Neusa Pereira. Jovens negros trabalhadores: um estudo sobre trajetórias de escolarização e resiliência na Educação de Jovens e Adultos de Ribeirão das Neves. Dissertação de Mestrado em Educação Tecnológica. Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Belo Horizonte, 2015.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. IrayCarone, Maria Aparecida Silva Bento (org). Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. Revista Novos Estudos, n. 79, novembro, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- BRASIL. Constituição Federal de 1988.
- CALEFFI, Ana Paula. Pensando a pesquisa intercultural: aspectos metodológicos e desafios da prática. GT: Povos Indígenas. Tema: Saberes Coloniais, Práticas de Mediação e Processos de Construção da Alteridade. 26º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Caxambu: MG. 2002.
- CAPELLA, Juan Ramón. Os cidadãos servos. Porto Alegre: Fabris, 1998.
- CARDOSO, Cláudia Pontes. Experiências de mulheres negras e o feminismo negro no Brasil. Revista da ABPN. v. 10, n. 25. mar – jun. 2018.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Discriminação racial e pluralismo em escolas públicas da cidade de São Paulo. In: SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade). Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Coleção Educação para todos, 2005.
- CHAUÍ, Marilena. Contra a violência. 2007. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/contraviolencia-por-marilena-chauí>>. Acesso em 07 de mai. De 2019.
- CORREA, Sílvia M. de Souza. O negro e a historiografia brasileira. Revista Agora. Santa Cruz do Sul, n. 1, 2000.
- FALS BORDA, Orlando. Una sociología sentipensante para América Latina. México, D. F.: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 36ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Políticas públicas para ascensão dos negros no Brasil: argumento pela ação afirmativa. Afro-Asia, Salvador, n.18. 1996.
- HARAWAY, Donna. Um manifesto para os ciborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rocco: Rio de Janeiro. 1994.
- JODELET, Denise. Ciências Sociais e representações: estudo dos fenômenos representativos e processos sociais, do local ao global. Revista Sociedade e Estado – Volume 33, Número 2, Maio/Agosto 2018.
- HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade racial no Brasil: Evolução das condições de vida na década de 90. IPEA – texto para discussão 807. 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0807.pdf>. Acesso em 07 de mai. 2019.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Políticas Sociais: acompanhamento e análise, Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/políticas_sociais/bps_20_cap08.pdf>. Acesso em 06 de mai. 2019.
- LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- LEÃO, Natália; CANDIDO, Marcia Rangel; CAMPOS, Luiz Augusto; FERES JUNIOR, João. Relatório das Desigualdades de Raça, Gênero e Classe (GEMAA), n. 1, 2017, pp. 1-21.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Análise da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNADINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES; Nelson, GRÓS-FOGUEL, Ramon. Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o Racismo na escola. 2ª ed. rev. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- NASCIMENTO, Gabriel. O negro na ciência brasileira contemporânea através de duas amostras. Revista Espaço Acadêmico, n. 206. Jul. 2018.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección SurSur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina, setembro 2005.
- RIBEIRO, Djamilia. O que é: lugar de fala. Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.
- SANTOS, Walkyria Chagas da Silva. A mulher negra brasileira. Revista África e Africanidades, ano 2, n.5, 2009.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. Branquitude e poder: revisitando o “medo branco” no século XXI. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). [S.l.], v. 6, n. 13, p. 134-147, jun. 2014. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/155>>. Acesso em: 05 fev. 2019.
- SOUZA, Jessé. A ralé brasileira: Quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2009.

EMPODERAMENTO, FORMAÇÃO CIDADÃ E PROJETOS DE VIDA NA SOCIOEDUCAÇÃO INFANTOJUVENIL, NA PERSPECTIVA DA GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

Maria Helena de Paula Frota¹
Mônica Sillan de Oliveira²

RESUMO: Este estudo que tem por temática: **Empoderamento, Formação Cidadã e Projetos de Vida na Socioeducação Infantojuvenil, na perspectiva da Garantia dos Direitos Humanos:** Um estudo sobre a experiência da Frente de Assistência à Criança Carente - FACC, surgiu na busca em investigar como a socioeducação de crianças, adolescentes e jovens na perspectiva da garantia de direitos humanos vivenciada na Frente de Assistência à Criança Carente (FACC) pode contribuir para o empoderamento, formação cidadã e construção de projetos de vida dos grupos atendidos pela proposta.

PALAVRAS-CHAVE: Infância e juventude; Direitos humanos; Cultura de paz; Sociabilidade..

ABSTRACT: This study that has as theme: **Empowerment, Citizenship Education and Life's Project in the Children and Youth socio-education, in view of the Guarantee of Human Rights:** A Study about the Experience of Frente de Assistência à Criança Carente - FACC, came in seeking to investigate how the socioeduca-

tion children, adolescents and young people in view of the guarantee of human rights experienced in Frente de Assistência à Criança Carente - FACC can contribute to empowerment, citizenship training and building life projects of the groups served by the proposal.

KEYWORDS: Childhood and Youth, Human Rights, Culture of Peace and Sociability.

1. INTRODUÇÃO

O estudo, ora apresentado, concentra esforços no sentido de registrar o histórico e apresentar a experiência de intervenção social da organização não governamental Frente de Assistência à Criança Carente (FACC) junto aos segmentos infanto-juvenis e seus familiares, moradores da Comunidade do Lagamar, localizada em Fortaleza - CE.

A história da FACC, ao longo de mais de três décadas de existência e de serviços prestados ininterruptamente na referida comunidade, reúne intercessões e divergências com as lutas e demandas das populações em situações de exclusão e vulnerabilidade social. A organização foi criada mediante intervenção de uma agência de apadrinhamento internacional, com a finalidade de oferecer serviços que contribu-

íssem para a emancipação social dos grupos atendidos. Basicamente, a história da organização divide-se em dois períodos, que se afastam no que remete à abordagem interventiva: da fundação no final da década de 80 até início do Séc. XXI, marcado por forte intervenção social de cunho assistencialista e de 2006 aos dias atuais, com prática institucional revisitada referendando-se nos marcos legais, políticos e conceituais fundamentados na ideia da Assistência Social enquanto direito.

Os resultados da pesquisa aqui procedida, para além do registro e memória dessa contribuição, tem por interesse apresentar os resultados conquistados pela organização no que diz respeito à adoção do modelo de socioeducação baseado nas ideias de Paulo Freire, associado às noções de cultura de paz enquanto garantia dos direitos humanos de e para crianças e jovens.

2. O MOTIVO DA ESCOLHA DA INSTITUIÇÃO

A instituição FACC é uma personalidade jurídica de direito privado, sem fins econômicos ou lucrativos, de caráter socioassistencial e cultural, portanto de defesa e garantia de direitos humanos e sociais.

Numa série histórica de dez anos, compreendida entre 2004 e 2013, foram realizados 72.633 mil atendimentos diretos à comunidade do Lagamar e a um pequeno contingente do público de outros municípios pelas ações, programas e projetos sociais realizados pela organização. Destes, 87,5% foram direcionados, exclusivamente, para crianças, adolescentes e jovens. A média anual, nesse percurso, é em torno de sete mil e duzentas pessoas atendidas diretamente.

Nesse percurso, movimentou quase 10 milhões de reais, destes 65% foi do recurso da cooperação internacional, advindos de pessoas físicas, padrinhos e madrinhas alemães, que doaram e confiaram na bem utilização desse recurso. As demais fontes derivaram de subvenções sociais, editais e chamadas públicas e doações de diversos gêneros.

2.1 - A TRAJETÓRIA DA PESQUISA: FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

Do ponto de vista quantitativo os dados

¹ Assistente Social, Mestre em Planejamento e Políticas Públicas pela UECE. Ex Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará (Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/2018791617617578>> Acesso: 15/03/2019. E-mail: monsillan@gmail.com

² Doutora em Sociologia pela Universidade de Salamanca - Espanha (Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/6939566870510025>> Acesso: 05/03/2019. E-mail: helenapfrota@gmail.com



da FACC já demonstram sua importância na atenção direta por quase três décadas às famílias residentes na comunidade do Lagamar. Conferir, qualitativamente, quais foram os resultados deste trabalho junto aos que foram beneficiados, através da proposta freiriana, visando o empoderamento, a formação cidadã e a construção dos projetos de vida dos grupos geracionais em desenvolvimento, no período de 2007 a 2013, exerce uma importante contribuição para a comunidade acadêmica e para a própria organização.

Visando a compreensão do objeto desse trabalho, considero relevante a revisão dos marcos históricos, políticos e legais referentes à matéria da infância e juventude. A garantia de direitos humanos de crianças e adolescentes no Brasil, mesmo com as conquistas legais, continua sendo um desafio para todos os setores, especialmente para as Políticas Públicas destinadas a esse segmento populacional. Parcela significativa da sociedade brasileira não reconhece enquanto sujeitos de direitos sua infância e juventude.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n.º 8069, promulgada em 1990, inaugurou o paradigma da Proteção Integral, regulamentando direitos de crianças e adolescentes, seguindo as diretrizes do Art. 227 da Constitui-

ção Federal de 1988 e ratificando a Declaração Universal dos Direitos da Criança – 1959, a Convenção sobre os Direitos da Criança – 1989, as Regras de Beijing -1985 e o Pacto de San José da Costa Rica - 1969 em contraposição à Doutrina da Situação Irregular do Código de Menores, que se baseava na exclusão, quando tratava a questão da infância enquanto caso de polícia.

Os dois protocolos, dos quais o Brasil é signatário, e que fundamentam na atualidade toda a discussão e a base da Política de garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, quais sejam: Convenção sobre os Direitos da Criança – Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), aprovada em Assembleia Geral da ONU, em 1989 e a Lei n.º 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, apregoam que a infância tem direito à proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência

familiar e comunitária. (Arts. 3 e 4 do ECA). (BRASIL, 1990; UNICEF, 2004).

A proposta de trabalho da FACC pretende contribuir com a melhoria nos padrões de sociabilidade desse público, estreitando o pensamento de Freire às noções de cultura de paz e direitos humanos. O contexto social, político e cultural em que o país se encontra inserido e em especial a Comunidade do Lagamar resente-se desta ausência de garantia de direitos humanos, geradores de uma cidadania em sua plenitude.

Este cenário que despreza o direito à vida, revela-se nos altos índices de violências múltiplas na vida privada e na pública, o que nos leva à crença de que quanto maior a ausência e/ou ineficiência das políticas públicas garantidoras de direitos, maior é a distância para a edificação de uma sociedade pacífica.

Neste sentido, o presente trabalho dissertativo traz elementos colhidos por ocasião da pesquisa, na busca de responder às seguintes indagações:

A experiência de educação social desenvolvida pela FACC tem contribuído para o empoderamento, formação ci-

dadã e construção de projetos de vida afirmativos de crianças, adolescentes e jovens, na busca da sua autonomia, visando uma convivência social diferenciada frente às adversidades vividas pelos mesmos no seu contexto local? Tem sido possível contribuir para o processo de mudança de realidades sociais, através da implementação de políticas sociais aliadas a estratégias que considerem o indivíduo enquanto ser espiritual?

Aliar políticas sociais a práticas educativas que tratam do indivíduo enquanto ser multidimensional, ressaltando a sua dimensão espiritual, pode contribuir para maior agilidade no processo de conquista de melhores condições humanas e sociais dos grupos atendidos e, portanto, na perspectiva da construção de uma sociedade pacífica?

3. FRENTE DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA CARENTE: RELATO HISTÓRICO DA ATUAÇÃO INSTITUCIONAL NA COMUNIDADE DO LAGAMAR

A Frente de Assistência à Criança Carente – FACC é uma organização não governamental, de direito privado sem fins lucrativos, localizada no Lagamar que atende crianças, adolescentes, jovens e seus familiares. A instituição constituída em 13 de outubro de 1986, sob a razão social Projeto3 Frente de Assistência à Criança Carente, através da intervenção da organização internacional Christian Children's Fund (CCF), no Brasil Fundo Cristão para Crianças, tinha por finalidade prestar atendimento social às "crianças carentes", visando o enfrentamento da desnutrição e mortalidade infantil e reduzir a miséria da comunidade.

3.1 - A RECONSTRUÇÃO PROGRAMÁTICA INSTITUCIONAL A PARTIR DO RECONHECIMENTO DAS NOVAS DEMANDAS DOS DIREITOS HUMANOS INFANTOJUVENIS NO SÉC. XXI

No final de 2006, com o intuito de elaborarmos uma proposta interventiva a partir da escuta dos segmentos foi utilizada a metodologia do Diagnóstico Rápido Participativo

(DRP), através da criação de uma ferramenta simplificada com uma pergunta chave: Qual o seu sonho?

Depois de mais de vinte anos, a partir desse diagnóstico social, a instituição constatou a necessidade de revisitar a prática institucional e comunitária, na perspectiva de atender às novas necessidades e demandas apresentadas no contexto social no qual estão inseridas as crianças, adolescentes, juventudes e suas famílias.

O resultado do diagnóstico revelou, para além das necessidades socioeconômicas, questões de outras dimensões não apenas relacionadas à questão material que se traduzem, principalmente, na baixa expectativa dos grupos geracionais em desenvolvimento (crianças, adolescentes e jovens) comprometendo seus sonhos e projetos de vida. Tal quadro poderia ser facilmente identificado com o que Freire (2000) denomina de "cansaço existencial".

Diante de tal constatação, refletiu-se que seria impossível que o trabalho institucional gerasse impacto nesses grupos e comunidade sem considerar que o sonho e a esperança, aspectos primordiais para a saída da naturalidade e busca por transformações dos padrões sociais vivenciados, se encontrassem nessas condições. Assim como Freire (1996, p. 5), o grupo concluiu que também não entendia "a existência humana e a necessária luta para fazê-la melhor, sem esperança e sem sonho".

A questão estava para além da pobreza material. Outra pobreza evidenciou-se, "[...] pobreza de realização das possibilidades criadas pelo próprio homem para sua libertação das carências que o colocam aquém do possível" (MARTINS, 2008, p. 118).

A partir destes dados, a equipe de trabalho passou a esforçar-se pela busca de alicerce para implantação de uma nova lógica de educação social, que tivesse por base o empoderamento pessoal e comunitário. Era necessária uma proposta que levasse em conta as expressões sociais afloradas nessa sociabilidade humana marcada por profundas desigualdades sociais, por relações frágeis e pela extrema importância do Ser em detrimento do Ser, tal como acredita Freire (1996).

Para referendar o trabalho institucional adotou-se o pensar certo de Freire (1996), por acreditar-se ser esta a ideal para a tarefa pretendida, no que remete ao empoderamento das crianças e jovens para assumirem-se curiosos, críticos e criativos.

Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não pode dar-se alheio à formação moral do educando. Educar é substancialmente formar. Divinizar ou diabolizar a tecnologia ou a ciência é uma forma altamente negativa e perigosa de pensar errado. De testemunhar os alunos, às vezes com ares de quem possui a verdade, um rotundo desacerto. Pensar certo, pelo contrário, demanda profundidade e não superficialidade na compreensão e na interpretação dos fatos. Supõe a disponibilidade à revisão dos achados, reconhece não apenas a possibilidade de mudar de opção, de apreciação, mas o direito de fazê-lo. Mas como não há pensar certo à margem de princípios éticos, se mudar é uma possibilidade e um direito, cabe a quem muda - exige o pensar certo - que assuma a mudança operada. Do ponto de vista do pensador, não é possível mudar e fazer de conta que não mudou. É que todo pensar certo é radicalmente coerente (FREIRE, 1996, p. 19).

Pensou-se também que para operacionalizar a proposta deveria fazê-lo de forma ordenada em etapas, construindo ações que partam do particular para o todo - eu, eu e o outro, eu o mundo, tomando por referência a si próprio.

A proposta estruturou-se em ciclos de cinco anos, sendo o primeiro quinquênio compreendido no período de 2007 a 2011 dedicado a adoção de temáticas que facilitassem o processo de formação humana dos grupos atendidos. Tomou-se uma proposta fomentadora do desenvolvimento humano, buscando estratégias para questionar, refletir e inquietar as crenças, os costumes, a cultura, os bens imateriais, enfim a dimensão espiritual daquele grupo, de modo a contribuir para a formação de gerações, comunidades e atores sociais.

A perspectiva da implantação dessa proposta é que os indivíduos e grupos sociais envolvidos rompam com a lógica da exclusão, da vulnerabilidade e reforce a ideia de soberania popular, através da sua participação e incidência em políticas públicas, enquanto forma de promover uma Cultura de Paz, balizada nos princípios da justiça social, evocando equidade, tolerância, respeito às diversidades, solidariedade social e cidadania.

³ Todas as instituições que foram criadas por motivação do Fundo Cristão para Crianças receberam o nome de "Projeto", uma vez que na concepção do financiador a relação acordada entre ambas não comportava autonomia da parte conveniada, estas deveriam ser extensão das suas ações na comunidade.

4. A PROPOSTA DE SOCIOEDUCAÇÃO: DILEMAS E ADVERSIDADES ENFRENTADAS NO COTIDIANO DAS CRIANÇAS E JOVENS ATENDIDOS PELA FACC

A pesquisa documental, imagética e as falas dos entrevistados revelaram que o levantamento da situação socioeconômica das famílias atendidas, das condições de desenvolvimento das crianças, no que remete à situação educacional e à saúde sempre esteve presente no modo de fazer da organização. O que se evidencia, a partir da implantação da proposta freireana, é a mudança de foco dos processos avaliativos, que deixa de ser unicamente voltada para a pesquisa quantitativa e passa a considerar as questões e elementos voltados para a qualidade e resultados dos trabalhos realizados na socioeducação.

Em todos os processos avaliativos pesquisados, são recorrentes as questões trazidas pelos infantes no que remete às crises e disfunções familiares, às violências presentes na comunidade e o desencontro de interesses entre elas e suas escolas. Num levantamento feito em três anos de DRPs foi possível detectar mudanças nas respostas para aspectos positivos a partir do ano de 2009, dois anos após a implantação da proposta freireana, aliada à Cultura de Paz.

As mudanças mais relevantes são as que dizem respeito à autoavaliação. As crianças e jovens demonstram maior satisfação neles próprios, o que nos aponta que o trabalho voltado para o empoderamento e resiliência na perspectiva da melhoria da autoestima obteve êxito num prazo de dois anos de atenção ininterrupta, com no mínimo 80% de frequência mensal.

No referente ao relacionamento familiar, também nota-se com menor expressão, uma melhoria, embora ainda seja notória a dificuldade de diálogo e de entendimento quando se tratam de adolescentes/jovens. No caso das crianças houve muitas respostas positivas, como “gosto de passear com minha família”, “amo minha família”, embora tenham surgido muitas respostas que mencionam os desentendimentos e confrontos entre familiares: “Eu não gosto quando meu pai e meu irmão brigam”, “eu não gosto quando eles brigam e meu pai bate em minha mãe”. Entre os adolescentes/jovens há muitas respostas que denotam uma considerável melhoria na questão da colaboração. Uma parte significativa mencionou colaborar com os afazeres domésticos, como encher garrafas, lavar a louça, ajudar com os irmãos menores etc.

No que remete ao olhar das meninas e meninos acerca da sua comunidade, foram apresentados aspectos positivos em relação às amizades, as brincadeiras nas ruas e negativos,

as brigas, o som alto, o trânsito e as drogas: “Não gosto de brigas na rua”; “Não gosto dos carros, por que não respeita as pessoas”; “Das pessoas fumando drogas”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise e reflexão dos dados colhidos neste trabalho, tanto na “garimpagem” dos documentos, como na coleta dos depoimentos, da observação cotidiana me permitiu visibilizar nuances imperceptíveis no decorrer dessa experiência profissional, constatar aspectos que permaneciam no campo da dubiedade, desmitificar e desvelar muitos detalhes que aparentavam ser verdades inquestionáveis. Dos quase trinta anos de trabalho social no Lagamar, mais de duas décadas foram de atuação focada na lógica assistencialista, gerando insatisfação, incompreensão e resistência na participação das famílias quando foram colocadas as atividades baseadas na proposta freireana. O estranhamento das famílias para com essa nova abordagem também foi um forte fator para a não adesão imediata nas atividades propostas.

Os fatores tempo e paciência histórica foram ingredientes cruciais nessa nova empreitada, mas indubitavelmente o elemento imprescindível foi o do convencimento da equipe e do seu debruçamento sobre o processo educativo e formativo, de modo insistente e contínuo. Nesse sentido evidenciou-se, pelos registros, que no percurso da elaboração, implementação e revisita da proposta, o pensamento de Freire, principalmente, na “Pedagogia da autonomia” e do Comte-Sponville, com o “Pequeno tratado das grandes virtudes” foram marcos referenciais, construtores da orientação pedagógica no caminho trilhado nessa socioeducação infanto-juvenil.

Portanto, a experiência de educação social desenvolvida pela FACC tem contribuído para o empoderamento, formação cidadã e construção de projetos de vida afirmativos de crianças, adolescentes e jovens, na busca da sua autonomia, visando uma convivência social diferenciada frente às adversidades vividas pelos mesmos no seu contexto local. Isso é validado quando se comparam as respostas dadas pelas crianças, adolescentes e jovens no primeiro Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) no ano de 2006 e as últimas no DRP de 2013, e evidencia-se que ambas revelam aspectos negativos percebidos pelos mesmos, principalmente quando diz respeito às suas relações familiares e a dinâmica comunitária, contudo apresentam um outro panorama quando diz respeito aos seus sonhos, aspirações e/ou projetos para o

futuro. Consegui perceber que a análise da realidade feita pelos meninos e meninas também registrou mudanças no foco. Aspectos antes não perceptíveis, por parecerem naturais ou normais, agora povoam as preocupações dos mesmos, o que traduzo como sendo um despertar para uma desnaturalização e consciência das limitações e potencialidades nos seus contextos familiar e comunitário, o qual interpreto como algo positivo por acreditar que não se concebe a ideia de autonomia dos sujeitos sem contar com sua plenitude de consciência e de pertencimento.

A pesquisa realizada com os egressos revelou que o esforço da FACC nessa nova formação de intervenção socioeducativa que leva em consideração o indivíduo enquanto ser espiritual, sinaliza a possibilidade de um novo direcionamento das políticas sociais voltadas para esse segmento, no sentido de contribuir para o processo de mudança de realidades sociais de grupos em situações de exclusão social, todavia a experiência da organização demonstrou que não estratégia pronta, fazendo-se necessárias várias “idas e vindas” no processo de implementação das estratégias. E nesse ir e vir na sedimentação da proposta, a escuta qualificada dos grupos atendidos foi imprescindível para estabelecer os passos, além da cultura da crença no indivíduo e na capacidade de inovação e criatividade de toda equipe envolvida, e quando se “toda”, diz respeito a todos os profissionais que têm contato com os educandos, desde o porteiro até a coordenadora geral. Ainda em relação a esse cuidado com a equipe, é importante salientar que nos mais diversos momentos da jornada pedagógica os profissionais necessitaram ser escutados e submetidos ao aprendizado por especialistas que tinham afinidade com os conceitos adotados pela proposta, mas que não estavam envolvidos diretamente com a mesma. Esse olhar de “fora” trouxe contribuições contundentes para fazer com que a equipe recuperasse a rota, muitas vezes, “perdida” em decorrência do “nevoeiro” da cotidianidade que enturvava o discernimento do grupo. Logo, o estudo revelou que é possível contribuir para o processo de mudança de realidades sociais, através da implementação de políticas sociais aliadas a estratégias que considerem o indivíduo enquanto ser espiritual, desde que se considere, em primeira mão, que não há “receituário” para sua aplicação, que requer pessoal comprometido e qualificado.

A socioeducação dos grupos atendidos pela FACC alcançou de forma exitosa resultados na mudança de visão de mundo e de adoção de novas posturas sociais, a partir das aprendizagens realizadas com o estudo das virtudes associando-as aos desafios cotidianos de cada

ser e através da construção de soluções na coletividade. Esse resultado foi constatado, principalmente, nos jovens cuja frequência ultrapassou 70% de atendimento por duas vezes na semana, revela que a proposta somente se efetiva pelo trabalho sistematizado, cotidiano e processual. Toda celeridade possível para esta abordagem ser efetiva requer, minimamente, um ciclo quinzenal. Então, o estudo comprovou que aliar políticas sociais a práticas educativas que tratam do indivíduo enquanto ser multidimensional, ressaltando a sua dimensão espiritual, traz contribuições para maior agilidade no processo de conquista de melhores condições humanas e sociais dos grupos atendidos, porém o a reverberação dessa proposta no que remete à propositura de construção de uma sociedade pacífica aconteceu de forma pontual e lenta. Mesmo com fortes evidências da mudança positiva de atitude conseguida junto aos indivíduos atendidos, as mudanças sentidas e referidas pelas lideranças do Lagamar em relação a essa abordagem no cenário comunitário dão conta de que houve contribuição de grande valia, mas ainda não foram percebidos grandes impactos.

A partir do presente trabalho, sinto-me mais curiosa continuar a investigação no que remete à contribuição que a FACC tem dado quando propõe tecnologias sociais que se contrapõem à lógica do capital e em conhecer outras possibilidades pedagógicas enveredando por essa linha de atuação, que estão sendo buscadas e testadas por organizações que tem finalidade semelhante à da FACC. Recorro-me as seguintes indagações: A proposta pedagógica da FACC é reaplicável em outros cenários sociais, em outras localidades, com outros desafios e complexos estruturais e culturais? Que papel terá a socioeducação nesse cenário sociopolítico e cultural que se descortina em meio a essa inadiável tecnologia, que ameaça sua sobreposição frente à humanização? Há esperança para a fomentação de novos padrões de sociabilidade, que ensejem uma cultura de paz, a partir da proposta de se investir num modelo de socioeducação que coloque a formação ética enquanto atividade fim?

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. R. A modernidade e as favelas: a produção do espaço urbano de Fortaleza a partir da seca de 1932. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História) – Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.
- AVELAR, N. J. Lutas sociais no Lagamar: Demarcando diferenças e constituindo identidades juvenis. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE E PRÉ-ALAS BRASIL, 15., 4 a 7 de setembro de 2012, Teresina. Anais... Teresina: UFPI, 2012.
- BOBBIO, N. A Era dos Direitos. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 1992.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012a. 454 p. (Série textos básicos, n. 67).
- CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Brasil). Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.mprs.mp.br/infancia/legislacao/id2410.htm>>. Acesso em: 20 maio 2014.
- COSTA, A. C. G. 20 anos do ECA: Professor Antonio Carlos Gomes da Costa relembra a mobilização da sociedade civil para a criação do Estatuto. [S.l.], 2010. Disponível em: <<http://www.viablog.org.br/20-anos-do-eca-professor-antonio-carlos-gomes-da-costa-relembra-a-mobilizacao-da-sociedade-civil-para-a-criacao-do-estatuto/#sthash.V0Zu7Lvg.dpuf>>. Acesso em: 26 set. 2014.
- ELIAS, N. A sociedade dos indivíduos. Organizado por Michael Schöter; tradução de Vera Ribeiro; revisão técnica e notas de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FORTALEZA. Secretaria Municipal da Assistência Social. Diagnóstico territorial do CRAS Lagamar 2012. Fortaleza, 2012.
- GROPPO, A. L. Desigualdade, exclusão e educação: algumas considerações inspiradas pela questão da inclusão. Revista @mbienteeducação, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 79-90, ago./dez. 2008.
- LAFER, C. A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt. Estudos Avançados, v. 11, n. 30, 1997.
- MELO, Dorian Luis Borges de; CANO, Ignácio (Orgs.). Índice de Homicídios na Adolescência: IHA 2009-2010. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2012. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/br_indiceha10.pdf>. Acesso em: 20 maio 2014.
- NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Sobre a ONU – Conheça a ONU. [S.l.], 2014. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/conheca/>>. Acesso em: 10 fev. 2014.
- NASPOLINI, Antenor. A reforma da educação básica no Ceará. Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 169-186, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n42/v15n42a06.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2014.
- SANTOS, B. S. Direitos humanos: o desafio da interculturalidade, Revista Direitos Humanos, v. 2, 10-18, 2009.
- THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- UNICEF BRASIL. Quem somos – UNICEF no Brasil. Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/pt/overview.html>>. Acesso em: 20 maio 2014.
- UNICEF. A Convenção sobre os Direitos da Criança. Adotada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas em 20 de Novembro de 1989 e ratificada por Portugal em 21 de Setembro de 1990. [Lisboa, 2004]. Disponível em: <https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf>. Acesso em: 20 maio 2014.



Inovação e perspectiva para a juventude trabalhadora: é lançada a CTB Jovem!

A eleição de Bolsonaro, em 2018, tem concretizado uma agenda ultraliberal e autoritária, de destruição dos direitos sociais e das conquistas democráticas e populares alcançadas nas últimas décadas. O governo atual faz tentativas constantes de ataque direto à Constituição Federal aprovada em 1988.

Seguindo as linhas do golpe de 2016, Jair Bolsonaro e seus aliados atacam os sindicatos, a Justiça do Trabalho e a CLT. Sob um discurso falso de “modernização” e a promessa da criação de empregos, acaba precarizando ainda mais as relações de trabalho, impondo retrocessos nas regras das aposentadorias e arrochando o salário mínimo – revertendo a política de valorização inaugurada pelo ex-presidente Lula.

Fruto das políticas neoliberais, temos hoje no Brasil um exército de 12,4 milhões de desempregados, sendo que mais de 5 milhões procuram emprego há mais de um ano. Em vez de medidas para solucionar o drama, Bolsonaro e Paulo Guedes impuseram a taxação do seguro desemprego, prejudicando ainda mais as principais vítimas da crise econômica.

Paralelo ao desemprego, a informalidade tem crescido, principalmente entre a juventude. Em novembro, o governo impôs a MP 905, reduzindo direitos e prevendo ainda a desoneração de encargos sociais e trabalhistas para os contratos de trabalho de jovens até 29 anos.

Nesse cenário caótico, vivido em pleno século 21, onde os avanços tecnológicos não caminham junto ao objetivo de dar melhores condições de vida ao povo trabalhador, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) realizou o Encontro da CTB Jovem.

CTB Jovem

Foi um momento marcado pela inovadora iniciativa de organização da CTB Jovem enquanto organização da juventude da classe trabalhadora, tanto em âmbito nacional quanto nos estados.

A entidade tem como objetivo aprofundar os debates sobre a relação entre a juventude no atual cenário político e econômico do Brasil, formando um coletivo para atuar ativamente em defesa dos direitos trabalhistas, observando a realidade da juventude, da soberania nacional e da democracia, estando também conectado à luta internacionalista.

O Encontro

Na cidade de São Paulo, a sede do Sintaema, Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, recebeu 150 lideranças da juventude trabalhadora (jovens com até 35 anos) vindos de 14 estados de todas as regiões do país.

O Encontro foi um importante marco para jovens trabalhadores do nosso país, num momento em que são penalizados pela cruel realidade de desemprego e violência.

Para a diretora de juventude da CTB, Luiza Bezerra, “a grande inovação do Encontro é a proposta de organizar jovens não só do mercado formal, como fazemos hoje, mas também pensarmos iniciativas para organizar a juventude que se encontra ou desempregada ou na informalidade. Para isso estamos lançando uma Ficha de Adesão à CTB Jovem. Qualquer jovem trabalhador poderá aderir e, assim, participar da CTB Jovem. Para tocar este trabalho elegemos no Encontro uma Executiva Nacional da CTB Jovem, com tarefas específicas, bem como uma Coordenação Nacional, que é composta pela Executiva mais os secretários de juventude das nossas federações e das CTBs estaduais.”

Segundo o representante do Sintaema e presidente da CTB São Paulo, Rene Vicente, “num mundo onde a pobreza vem aumentando de forma tão acelerada quanto a quantidade de milionários, cabe a nós transformarmos essa realidade.”

Conforme Sergio Miranda, secretário de finanças da CTB, é fundamental organizar a juventude para enfrentar o retrocesso: “Estão aprovando uma série de medidas para os trabalhadores, dizendo que elas nos beneficiam, mas na verdade a Reforma da Previdência, e também a proposta da Carteira Verde e Amarela, retiram nossos direitos. Governo nenhum acabará com a organização dos trabalhadores na defesa do que é nosso.”

Para refletir sobre nossos objetivos futuros, é necessário entender o presente a partir dos acontecimentos da história. Por isso, Augusto Vasconcelos, presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, fez algumas reflexões importantes analisando os impactos do capitalismo em nossas vidas: “a luta contra o governo Bolsonaro se reveste de um enfrentamento





contra o capitalismo, contra a fome e a concentração das riquezas. Em um mundo onde avançamos tanto com a tecnologia, é incompatível vermos aumentando o número de pessoas passando fome ou o grande crescimento de desastres ambientais. A quem está servindo esses avanços?”.

Com a participação de convidados como o Centro de Estudos e Memória da Juventude, o Dieese e especialistas na temática, as mudanças no mercado de trabalho e como afetam a realidade dos jovens foi o principal objeto das discussões.

Luiza também relata os próximos desafios da CTB Jovem: “ficaram definidos como próximos passos a organização de Encontros estaduais, nos moldes do nacional, no qual escolheremos as coordenações estaduais. É preciso também definir metas de Ficha de Adesão preenchidas em cada estado, para conseguirmos cadastrar um número significativo de jovens. Estamos seguros de que a CTB Jovem é a grande novidade do movimento sindical brasileiro e tem tudo para ser uma grande ferramenta para mobilizar e organizar a juventude trabalhadora.”.

Conheça a coordenação nacional da CTB Jovem, eleita no encontro:

Comunicação: Felipe Feliciano de Lima, graduado em Comunicação Social – Habilitação em Radialismo Pela UFRN, Radialista, Secretário de Juventude da CTB/RN. Foi Dirigente da Umes/Natal – (União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas) e da Apes – (Associação Potiguar dos Estudantes Secundaristas). Atualmente é Assessor de Comunicação da PGE/RN.

Cultura e Esporte: Jeane Marques (Bahia), formada em História pela Universidade Estadual da Bahia (Uneb), estudante de Direito da Universidade Federal da Bahia. Funcionária do Banco do Nordeste do Brasil, diretora do Sindicato dos Bancários da Bahia e da Associação de Funcionários do Banco do Nordeste.

Estudante Trabalhador: Laura Rodrigues, estudante de Análise e Desenvolvimento de Sistemas e trabalha na Hacklab.

Finanças: Gabriela Viana (Minas Gerais), Licenciada Plena em Física pela Universidade Federal do Pará. Foi Presidente do Centro Acadêmico de Física na gestão 2016/2017. No ano seguinte foi diretora de cultura na gestão 2017/2018 no Diretório Central dos Estudantes da universidade. Atualmente mora no estado de Minas Gerais, onde atua no ramo da educação.

Formação: Beatriz Calheiro (Amazonas), professora de História, atualmente diretora da Juventude Trabalhadora do Sinteam e presidenta da União da Juventude Socialista – AM. Também coordenou o Centro Universitário de Cultura e Arte da UNE – AM, presidiu o Centro Acadêmico de História da Ufam (2011) e a União Estadual dos Estudantes – AM.

Lgtb: Mayra Andrade Ferreira- Rio de Janeiro, estudante de Biologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Trabalha como Operadora de Telemarting na empresa Atento. Terceirizada do banco Itaú.

Movimentos Sociais: Anderson Guahy (São Paulo), secretário adjunto de comunicação e imprensa no Sintaema, diretor executivo da Fenatema, trabalhador da Sabesp desde 2009, do coletivo nacional e estadual da Frente Brasil Popular, do coletivo de comunicação da CTB nacional e estadual.

Mulheres: Luciane Severo (Rio Grande do Sul) – Secretária-geral do Sindicato de Sapateiros de Campo Bom. Membro do Coletivo Juventude da CTB RS.

Negros e negras: Vânia Marques Pinto (Bahia), agricultora familiar, educadora popular, foi secretária de formação e organização sindical da Fetag-Ba, mestra em Educação do Campo. Hoje está secretária Geral da FETAG-BA e secretária de políticas sociais da CTB Nacional.

Organização: Luiza Bezerra (Rio Grande do Sul), funcionária do Banco do Brasil, formada em Ciências Sociais pela UFRGS, tem Especialização em Estratégia e Relações Internacionais pela UFRGS, está dirigente da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Instituições Financeiras do Rio Grande do Sul (FE-TRAFI/RS), e atual Secretária nacional de Políticas para a Juventude Trabalhadora da CTB.

Políticas Públicas para a Juventude: Rafael Borher (RJ), atua na Federação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho, é graduado em Engenharia da Produção e pós-graduado em Engenharia da Segurança do Trabalho. Trabalha na garantia de direitos com sindicatos de diversos setores, com foco nas universidades e no setor metalmeccânico.

Relações Internacionais: Márcio Ayer (Rio de Janeiro), é presidente do Sindicato dos Comerciários do Rio de Janeiro, Miguel Pereira e Paty do Alferes, foi presidente do Grêmio Estudantil do Instituto de Educação Clelia Nanci (São Gonçalo). Começou a atuar no movimento social em 2000. Comerciário desde os 17 anos, atualmente estuda Gestão Pública na Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Rurais: Marilene Faustino Pereira (Minas Gerais), trabalhadora rural, filha de assentados pelo programa de reforma nacional de reforma agrária, concluindo o curso de Ciências Sociais pela Unimontes, educadora popular pela Escola Nacional de Formação Política Sindical da Contag. Diretora do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Capitão Enéas, diretora de Políticas Agrária e Meio Ambiente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, Secretária Estadual de Juventude da CTB Minas e adjunta da Secretaria Nacional de Políticas para a Juventude Trabalhadora da CTB.

Saúde da Juventude Trabalhadora: Niara Farias Torres (Ceará), psicóloga Clínica e Jurídica, atualmente colabora na Secretaria de Administração Penitenciária do Ceará (SAP). Diretora dos Sindicato dos Psicólogos do Ceará – Psindice.

Coordenação nacional: Executiva + Secretários de Juventude Estaduais da CTB e das Federações (Feeb/BA/SE, FitMetal, Fenafar, Fecosul, Fetags)

JUVENTUDE DO ARAGUAIA E AS MEMÓRIAS DA GUERRILHA: marcas do tempo na geração 68.

César Alessandro Sagrillo¹

RESUMO: A ditadura civil-militar brasileira foi um dos momentos mais deletérios da história política do Brasil, principalmente, pelas severas sequelas causadas pelo arbítrio do regime militar. O movimento estudantil foi umas das parcelas mais sentidas desse processo ditatorial, justamente pela alta carga repressiva que se abatera nessa seara, assim sendo buscamos como objetivo principal examinar o impacto da ditadura civil-militar para a geração estudantil que foi para a Guerrilha do Araguaia. Do ponto de vista metodológico, tratar-se-á de um trabalho qualitativo visando a reconstrução histórica e revisão bibliográfica. Como resultado de pesquisa compreendemos que a ditadura militar fora responsável por uma repressão desmedida à juventude politizada até a tentativa de aniquilá-la, via desaparecimento político.

PALAVRAS-CHAVES: Ditadura militar, Guerrilha do Araguaia, juventude, movimento estudantil; crimes do Estado

ABSTRACT: The Brazilian civil-military dictatorship was one of the most deleterious moments in the political history of Brazil, mainly due to the severe sequelae caused by the arbitrary military regime. The student movement was one of the most felt portions of this dictatorial process, precisely because of the high repressive burden that had fallen on this area, so our main objective was to examine the impact of the civil-military dictatorship on the student generation that went to the Araguaia Guerrilla. From the methodological point of view, it will be a qualitative work aiming at historical reconstruction and bibliographical revision. As a result of our research,

we realized that the military dictatorship had been responsible for unreasonable repression of politicized youth until its attempt to annihilate it via political disappearance.

KEYWORDS: Military dictatorship, Araguaia guerrilla, youth, student movement; state crime

1. INTRODUÇÃO

A ditadura civil-militar brasileira foi um processo extremamente longo e com severos traumas para a política do Brasil, pois perdeu durante 21 anos (1964-1985), legando ao país graves prejuízos aos direitos humanos, à educação e à cultura. Obviamente que os seus efeitos deletérios foram gravíssimos e perpassam uma área bem mais ampla do que essas searas enquadradas, mas para o recorte desse artigo pretendemos trabalhar com esse painel, na medida que possuímos como objetivo principal examinar o impacto da ditadura civil-militar para a geração estudantil que foi para a Guerrilha do Araguaia. Para tanto, primeiramente, evidenciamos as motivações que impeliram a ida dessa geração ao campo, a fim de lutar contra o regime militar.

Para compreendermos esse processo, precisamos ter em tela que a maioria dos jovens que foram para a luta armada eram egressos do meio estudantil, principalmente universitário e tiveram que ir para a Guerrilha após a completa asfixia das suas lutas nas cidades, em face de uma ditadura extremamente cruel. Assim sendo, para a consecução desse artigo trabalharemos sob os seguintes enfoques: 1) o processo de estrangulamento das lutas estudantis e o aumento da repressão nas cidades; 2) a construção da opção da luta no

campo pelo PCdoB, como estratégia política de romper com a ditadura militar; e, 3) o destino inconcluso da geração 68 que foi para a guerrilha.

Portanto, este artigo irá trilhar os anos imediatos ao Golpe militar até a completa aniquilação da guerrilha, perfazendo os anos de 1964 a 1975. Ainda, pretendemos enquadrar nesse artigo focando a geração 68, melhor dito, a geração de jovens e estudantes que tiveram mobilização ativa na cena estudantil do mitificado ano de 68 (VENTURA, 1988) Para efeitos metodológicos, tratar-se-á de uma pesquisa qualitativa, pois visa um diálogo da reconstrução histórica em que trabalharemos com uma revisão bibliográfica referente aos elementos mais significativos e que busquem responder ao objetivo proposto, buscando, assim, analisar o período estudado e, principalmente, o destino desses guerrilheiros do Araguaia.

2. OS ANOS REBELDES (1964-1968): O SONHO DE UMA GERAÇÃO

Para compreender a ditadura civil-militar brasileira, primeiramente, devemos ter em mente que objetivamente ele teve o seu início em 31 de março de 1964; porém, devemos ter a clareza que a sua gestação se deu bem antes, uma vez que o processo de ruptura institucional do golpe já vinha sendo elaborado pelo alto comando da corporação militar, em conluio com a elite econômica nacional. Ainda, o seu processo fora gestado pari passu com a anuência dos Estados Unidos através do seu serviço internacional, visto que não queriam correr o risco do Brasil sair da sua alçada e vir a migrar para um polo oponente com viés socialista.

Melhor explicando a dinâmica do período, vivíamos no início dos anos 60 o governo do Presidente João Goulart, que era na origem vice de Jânio Quadro e que assumira a presidência por vacância, em virtude que Jânio renunciou ao cargo. Ocorre que Goulart era um político progressista, embora sendo um pró-fero latifundiário do Sul do Brasil, mas o que depunha contra Goulart era que ele pertencia a plêiade de políticos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). No tocante a caracterização política do PTB, podemos inferir que era um partido com nítido viés progressista e nacionalista, fato este que ia de encontro aos ditames da elite política nacional e, principalmente, contrário a política dos Estados Unidos para América Latina.

Goulart pretendia fazer amplas reformas

¹ Doutor em Ciências Políticas (UFRGS). Professor da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: cesarpolitika@gmail.com.

para o país, especialmente a partir do advento das suas Reformas de Base: programa político altamente emancipador, progressistas e que tinha inúmeras reformas, tanto na política quanto no campo. Mas, o que mais dava receio para elite política era justamente o campo em face do tema da reforma agrária. Obviamente que tal discussão deveria ser completamente sustentada, sendo, portanto, amplamente endossado a deposição de Goulart, inclusive financeiramente apoiado pela elite nacional. As forças armadas, por conseguinte, eram o componente de força ostensiva que faltava para romper com o status quo e alijar da presidência da república um político legalmente eleito, colocando no cargo imediatamente a sua deposição o General/Ditador Humberto Alencar Castelo Branco.

A partir da posse de Castelo Branco passou a ser editado inúmeros Atos Institucionais, vindo a configurar mudanças abruptas na cena política nacional, pois visavam prioritariamente eliminar possíveis opositores, assim como funcionários públicos identificados com a plêiade do trabalhismo. No rol desses expurgos sobravam igualmente para a Universidade, na medida que os professores eram demitidos e os alunos precisavam já no imediato ao Golpe terem que se exilar politicamente. Quanto a esses atos institucionais, temos como um dos mais marcantes o AI-2 de 1966, que visava desmanchar com a moldura partidária do período anterior a 1964 e colocar na ilegalidade os antigos partidos: a partir de 1966 somente dois partidos poderiam funcionar, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição consentida e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido que apoiava o governo ditatorial (KINZO, 1988).

Quanto ao período seguinte manteve a continuidade de expurgos na universidade, perseguição aos estudantes e as lideranças estudantis, bem como houve uma sanha desmedida da censura aos movimentos culturais. Contudo, os estudantes continuaram a se mobilizar e vindo a se tornar nos anos 60 os maiores protagonistas no cenário políticos, justamente em virtude da sua capilaridade política, capacidade de mobilização nacional e, principalmente, pela força da juventude que emergia com destemor na luta contra a ditadura militar. Tornaram-se famosos os diversos congressos estudantis do período, especialmente, os congressos da União Nacional dos Estudantes (UNE), que embora sob severa vigilância e repressão se mantiveram atuantes, tentando dar um rumo à política no Brasil.

O movimento estudantil sofria os reflexos de toda essa conjuntura adversa que se abatera no país, exatamente por sua força se transformou num dos protagonistas principais na luta contra a ditadura, conseqüentemente, tornava-se o polo mais visado pela repressão. Destacamos, também, que essa juventude estudantil politizada operacionalizava em nível partidário, tornando-se farta as discussões político-partidário do campo da esquerda na seara estudantil. Neste segmento havia o Partido Comunista Brasileiro, como o partido mais hegemônico do período; porém, muito desgastado pelo fato que vinha ocorrendo grande discussões acerca das suas posições políticas, uma vez que o PCB era adepto da transição pacífica para o socialismo e contra a perspectiva de luta armada.

Tal encaminhamento político pelo PCB proporcionava uma série de seções, justamente pela desvinculação dessa geração que estava a disposta a pegar em armas e, conseqüentemente, não apoiando fazer o jogo político dentro das regras impostas pela ditadura militar. Registramos que o PCB apoiava o MDB, desde o seu nascedouro, sendo fiador, portanto, deste partido nos sucessivos pleitos eleitorais que ocorreram após 1966. Ainda, destacamos a emergência de outros partidos e organizações de esquerda no período, por exemplo, o PCdoB, que após 1962 buscou a sua refundação², em face cisão dos comunistas brasileiros. Também, havia a criação de outras organizações como a Organização Revolucionária Política Operária (POLOP), em 1961; e, a Ação Popular, em 1962. Esta última com grande protagonismo no movimento estudantil, vindo a ganhar a direção de todos os congressos da UNE nos anos 60 (GROENDER, 1987).

Todas essas organizações darão o tônus político e as diretrizes para as organizações estudantis virem a se articular, a fim de buscar, mediante as suas políticas estudantis específicas e regionais, uma linha nacional que englobasse o momento político brasileiro. Como o PCB era fiador do processo pacífico, acabava, por conseguinte, vir a perder o lastro com o movimento estudantil, uma vez que as organizações estudantis não acreditavam no processo de transição para a democracia impulsionado sob o tacão da ditadura militar. Pois, nesse período existia dois modelos de luta que buscavam alguma saída alternativa via emancipação revolucionária, quais sejam: 1) o modelo cubano, como exemplo do processo de revolucionário via insurreição foquista, propagandeada a partir do advento de sucesso

da Revolução Cubana em 1961; e, 2) o modelo maoísta, que tinha como exemplo o processo de libertação nacional da China comunista, que visava um processo revolucionário do campo para a cidade.

Tais modelos se transformaram em verdadeira catarse coletiva da geração que queria libertar o país das garras de uma repressão ditatorial feroz, visando, assim, levar o país para o socialismo via insurreição armada. Podemos dizer que o PCB sofreu um duro golpe com esses modelos revolucionários, vindo as suas sessões regionais a se fragmentarem e optarem, principalmente o setor estudantil, pela luta armada. Fora o que se convencionou chamar de Dissidências do PCB (DI). Entre as dissidências mais destacadas no período tivemos a dissidência de São Paulo (DI/SP), que venho a dar origem a Aliança Libertadora Nacional (ALN) e a Dissidência da Guanabara (DI/GB), dando origem ao MR-8 (IDEM, 1987).

Quanto a recepção do modelo maoísta foi próspera no PCdoB e na AP, pois a partir de meados dos anos 60 tiveram uma grande aproximação com a China comunista, vindo este país a apoiar logisticamente essas organizações, inclusive com treinamento e formação de quadros. Neste cenário tão adverso, portanto, os caminhos democráticos tinham sido totalmente soterrados e as eleições, dentro dos ditames impostos pela ditadura, apenas um jogo de cartas marcadas. Logo, para a geração dos anos 60 que se radicalizou através da luta contra a ditadura militar, a opção armada eram um caminho natural a ser trilhado, haja vista que a ditadura militar não dava brechas legais para nenhuma articulação política e tampouco que pudesse existir qualquer tipo mobilização legal.

A partir deste cenário foram prósperas as manifestações estudantis, vindo a tornar-se verdadeiras manifestações de massas com as passeatas contra o governo ditatorial. Registramos que as manifestações começaram tão logo fora instituído a ditadura, sendo que num primeiro momento ainda carecendo de força e vigor, justamente em face dos expurgos da universidade. Porém, tão logo houve uma renovação dos quadros do movimento estudantil, conseqüentemente, afluíram uma nova geração disposta a lutar intransigentemente contra a ditadura militar. Destacamos nesse processo o que se convencionou chamar de geração 68, exatamente pela carga de mobilização empregada e pela quantidade de manifestações galvanizadas nesse mitificado ano de 1968.

Esse ano torna-se marcante justamente

² Em virtude do cenário político nacional e internacional fomentaram a cisão da seara dos comunistas nos anos 50 no Brasil, vindo no início dos anos 60 a se configurar a cisão definitiva. A sessão majoritária do Comitê Central veio a buscar legalização partidária com o nome de Partido Comunista Brasileiro, mas a sessão minoritária não aceitando tal deliberação refundou o Partido Comunista do Brasil, nome original da agremiação partidária. Para maiores informações ver in.: FIGUEIREDO, C. A. S. O Impacto da crise do socialismo nos partidos comunistas no Brasil. Tese de Doutorado em Ciências Políticas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

DESAPARECIDOS POLÍTICOS NA GUERRILHA DO ARAGUAIA

Sul do Pará - 12 de abril de 1972 a 05 de janeiro de 1975

PCdoB - Partido Comunista do Brasil



Membro do Secretariado do Comitê Central, morto em combate, em 25.12.73



Membro do Secretariado do Comitê Central, assassinado em 16.12.76, na 'Chacina da Lapa', em São Paulo



Membro efetivo do Comitê Central, morto em combate em 25.12.73



Membro efetivo do Comitê Central, morto em combate



Morto em acidente no Rio Grande do Norte, em 26.07.90, quando em campanha eleitoral

Morreram lutando por Liberdade e Democracia!

Camponeses desaparecidos que participaram da Guerrilha

- Antônio Alfredo de Campos - apito em 1973
- Luizival Moura Paulino - morto em Xambioá - 1972
- Aluísio
- Barbosa
- Epaminondas
- Revelino
- Guilherme
- Hermes
- Luiz
- Sérgio
- Luís
- Paulo
- Pedro
- Carlos
- Quincas
- Imônio
- Rafael
- Sabonete
- Sandowai
- Zezé
- Luiz
- Luiz

Luis Veira de Almeida - morto em 1974

pelo número de manifestações que ocorria no Brasil, assim como no mundo todo, sendo o advento mais famoso o maio de 68 em Paris. Ou seja, 1968 foi um ano de inúmeras manifestações internacionais e nacionais, capitaneados, principalmente, pela juventude estudantil politizada e que possuía como objetivo principal romper com o status quo vigente, visando pensar num outro mundo possível - para além dos marcos do capitalismo burguês. Portanto, o Brasil se inseria nessa perspectiva de transformação revolucionária da juventude e sendo o movimento estudantil o personagem com mais vigor desse cenário.

Podemos dizer que o epicentro do movimento 68 foi o 30º Congresso da UNE, realizado na cidade de Ibiúna. Como a UNE estava prescrita pela ditadura militar, portanto, esse congresso precisou ser realizado de maneira clandestina; porém, realizar um congresso clandestino com centenas de estudantes numa feroz ditadura era algo extremamente temerário. Assim, mesmo com severas normas de segurança e visando uma clandestinidade máxima para a consecução do evento, o congresso foi detectada pela polícia política. Como resultado todas as lideranças foram presas, fichadas na polícia e passaram a sofrerem perseguições pela implacável ditadura. Quanto as principais lideranças que já tinham sido fichados em manifestações anteriores, amargaram alguns anos no cárcere, não conseguindo a sua liberdade com facilidade (VENTURA, 1988).

A fim de fechar o ano de 1968 e amainar o impacto rebelde, a ditadura editou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro: legislação imposto pelo regime que imputava que qualquer pessoal poderia ser presa sem poder contar com habeas corpus, bem como todos poderiam ser suspeito e ficar sob a custódia do Estado, a fim de responder criminalmente por qualquer ação que a ditadura lhes impusesse. Dito de outra maneira, era o momento que a ditadura começava a se mostrar no seu grau máximo e que fazia do instrumento da tortura a sua forma de extrair confissão. Desta forma, a partir do AI-5 a ditadura institucionalizou legalmente a tortura e o assassinato dos seus opositores como armas políticas, com o intuito de alijar seus oponentes do cenário políticos, não sobrando, conseqüentemente, nenhuma brecha para a oposição construir alternativas políticas.

3. O ARAGUAIA COMO ESTRATÉGIA DE LUTA E RESISTÊNCIA (1969-1975).

Com o advento do AI-5 ficou ex-

tremamente complicado para as lideranças estudantis se manterem nas cidades, principalmente, pelo fato que estavam os seus principais dirigentes fichados na polícia em virtude do Congresso de Ibiúna. Como estratégias de manterem-se atuantes e vivos, tiveram que partir para a clandestinidade, haja vista que a ditadura começava a caçar implacavelmente a juventude politizada estudantil. Ainda, devemos registrar que no início de 1969 o governo instituiu um decreto expulsando as principais lideranças estudantis da universidade - realmente o sinal tinha fechado completamente e única opção que vislumbravam nesse cenário tão adverso era a luta armada.

Nesta conjuntura o PCdoB já vinha construindo estratégias a fim de fugir da asfixia que tinha se transformavam os grandes centros do Brasil, locais visados em que as forças armadas em conjunto com a polícia política caçavam com fúria implacável os seus oponentes. Em meados dos anos 60, o PCdoB começou a procurar uma área estratégica que viesse ao encontro dos seus programas político partidário com viés maoísta, ou seja, procuravam uma área no campo que pudesse servir como cenário para uma luta popular e prolongada, com vista a fomentar um território de insurreição do campo para a cidade, vindo, portanto, cercar as cidades através de um exército revolucionário (CAMPOS FILHO, 2010).

Grosso modo, em virtude da situação extremamente adversa que se encontrava a juventude universitária, começou a ocorrer naturalmente o seu recrutamento e encaminhamento para a região estratégica. O local escolhido foi entre o Sul do estado do Pará e o Norte do estado de Goiás, atual estado do Tocantins, nas margens do rio Araguaia. Essa região fora a região escolhida por ser um local de difícil acesso e quase que perdido no meio do Brasil profundo. Ainda, por ser uma região de difícil descoberta, tornava-se, por conseguinte, um refúgio quase que natural para a juventude estudantil que estava sendo caçada nas grandes cidades. Desta forma, a região se transformou no local ideal, tanto em face da estratégia política quanto em virtude da manutenção da clandestinidade imposta pela ditadura aos estudantes (PORTELA, 1980).

Registramos que já havia militantes do PCdoB vivendo as margens do rio Araguaia desde meados dos anos 60, mas o grosso da militância que afluíu para a região foi, justamente, em virtude do AI-5. Assim, a partir de 1969 diversos militantes comunistas vieram a se alojar nas margens do rio Araguaia, vindo a constituir roças para a sua subsistência e a sua manutenção. Como diretriz política seguiam as rígidas orientações do comando político-mili-

tar e possuíam várias instruções: 1) viver como camponês; 2) buscar a integração com a comunidade; e, 3) construir elos de apoio, de modo que quando houvesse o desencadeamento da guerrilha, tivessem apoio entre os moradores da região e conseguissem formar um exército revolucionário.

Quanto a juventude estudantil que foi para o Araguaia, muitos passaram a exercer as profissões de origem, além da lida camponesa. Desse modo, quem estava estudando para ser professor, na região realizou atividades de magistério; assim como quem era médico, ajudou em partos e atendimentos de doenças da população; e, como quem era engenheiro agrônomo, voltava os seus estudos para realizarem atividades para o melhoramento da cultura agrícola da população. Justamente por esses fatos a presença dos estudantes foram extremamente marcantes junto a população da região, pois essa população vivia numa situação extremamente carente e necessitada, fato este que tornava o auxílio dos guerrilheiros um suporte muito efetivo para as suas vidas.

Em síntese, o auxílio dos militantes do PCdoB chegava justamente onde as forças do Estado não tinham nenhuma intenção de ajudar, dando apoio, alfabetizando, curando doenças e sendo árbitro em questões acerca do trato da terra. Torna-se relevante, ainda, evidenciar que essa zona do Araguaia era região constante de grilagem de terras, tornando-se, por conseguinte, um local com muito conflito em face da disputa das terras. Portanto, os auxílios dos militantes do PCdoB eram totalmente providenciais numa área tão carente e esquecida intencionalmente pelo Estado - era um Brasil profundo e perdido.

Podemos dizer que os militantes do PCdoB conseguiram viver num clima excelente com a população local até abril de 1972, momento em que foram detectadas pelas forças militares. A ditadura já vinha fazendo a cobertura da região desde o ano de 1971, com vistas a caçar possíveis opositores do regime que se encontrava na região, a partir de pistas extraídas sob tortura dos presos políticos no eixo Rio/SP. Houve, primeiramente, a denominada Operação Mesopotâmia, que venho a desmobilizar e prender os militantes da Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-Palmares), que pretendia construir bases guerrilheiras na região de Goiás e Maranhão (CHA-CEL, 2012). A partir dessas pistas, a região foi alvo de constantes investigações e no ano de 1972 chegaram até a região do Araguaia, vindo a ocorrer com busca implacável aos militantes comunistas.

As forças da repressão chegaram em 21 de abril de 1972. Segundo seus militan-

tes, eles não estavam esperando a chegada do exercício e tampouco preparados para pegar em armas, pois ainda estavam organizando o terreno, bem como buscavam formar politicamente os moradores da região, que ainda estavam muito incipientes. Portanto, o que venho a ocorrer foi uma grande caçada a partir da descoberta da região, com ferocidade e num jogo de força extremamente desigual, uma vez que foram milhares de militares contra apenas mais de 60 militantes comunistas, sendo este na sua maioria egressos do movimento estudantil. Conforme enunciado, foi uma verdadeira caçada, uma vez que a ditadura além de possuir uma força numericamente superior ainda dispunha de farto armamento; sendo que, da parte dos comunistas, estes dispunham de um quantitativo ínfimo de armas, muitas delas fabricados pelos próprios militantes.

Embora a ditadura chegou na região disposta a liquidar com PCdoB; porém, eles não contavam com a adversidade da própria região e tampouco com o apoio da população aos militantes comunistas. Quanto a região ela se tornou um imbróglío à parte para os militares, pois muitos não tinham a menor habilidade para deslocamento na mata, bem como não estavam acostumados com o clima da região e a temporada de chuvas – fato este que contava como ponto positivo para os militantes, pois já estavam acostumados com as adversidades naturais da região. Ainda, população, num primeiro momento, deu amparo para os militantes comunistas, dando apoio e escondendo-os da força repressiva quando necessário, justamente pelo excelente trabalho que os comunistas tinham feito como professores, médicos, enfermeiros, etc.

A fim de sustar o apoio da população as forças militares tentaram, primeiramente, denunciar que os comunistas eram terroristas e que queriam a destruição do país; no entanto, não tendo o resultado esperado, haja vista que as imagens dos guerrilheiros eram de pessoas extremamente boas e que ajudavam a população. Como essa estratégia não surtira resultado, sobrava, portanto, apenas a força para os militares. Desta forma, com o intuito de seccionar definitivamente a ligação da população com os militantes comunistas prenderam praticamente toda a população masculina da cidade de Xambioá/TO, cidade considerada o coração da guerrilha. As forças militares tinham a pretensão de através do uso da força e da tortura impedir a população de auxiliar aos guerrilheiros e, principalmente, coagir através do medo qualquer manifestação de apreço aos comunistas.

Também, estrategicamente começavam a contratar mateiros para adentrar na

mata com o intuito de caçar os guerrilheiros, pois as forças militares não conseguiam ter o reconhecimento da região, bem como não sabia se deslocar e identificar pistas que pudessem levar aos guerrilheiros escondidos na mata. A ação militar foi regular e com força ao longo do ano de 1972 e tendo um desfecho maior no final do ano de 1973, momento em que conseguiu detectar o local onde haveria uma reunião do comando militar, ocorrendo uma emboscada com dezenas de mortes. Após o ano de 1974 sobraram poucos guerrilheiros dispersos e que buscavam sobreviver a duras penas da caçada implacável do exército – sobrava pouco lócus para luta, pois a população da região fora rendida pela força dos militares e não poderiam ajudar os militantes comunistas (PORTELA; CAMPOS FILHOS, 2010).

De acordo com os próprios sobreviventes a Guerrilha do Araguaia foi uma epopeia de luta extremamente cruel, desumana e injusta, com as forças militares extremamente superiores e promovendo uma caçada implacável. Ainda, as forças da guerrilha não estavam amadurecidas para sofrerem tamanho revés com a descoberta das suas bases em 1972, assim como não tinham o anteparo necessário da população da região para sustentar o conflito. Ou seja, guerrilha eclodira antes do programado, motivo este que desferiu um revés tão grande para os comunistas. Como resultado de todo o processo ocorreu dezenas de morte, vindo a configurar as suas vítimas como desaparecidos políticos.

No tocante a ação do Estado contra a região insuflada, os militares tiveram a seguinte política: 1) numa primeira investida, prenderam os guerrilheiros, torturam e levaram presos para Brasília; porém, 2) após o sucesso relativo da Guerrilha, desferiam como senha que as forças militares dispusessem de maior empenho para combater a insurreição e que todos guerrilheiros presos deveriam ser executados, tendo os seus corpos ocultados. Tal estratégia tinha como foco principal que o advento da guerrilha não fosse ventilado nos grandes centros, a fim de não ter reflexos e, principalmente, que não devesse servir de exemplo para nenhum grupo visar efetivar nenhuma tentativa de guerrilha: a Guerrilha do Araguaia não deveria figurar na história.

Justamente por esse motivo, os maiores quantitativos de desaparecidos políticos da ditadura civil-militar estão contabilizados como militantes do PCdoB e são da região do conflito da Guerrilha do Araguaia. Pouco militantes sobreviveram, apenas os que foram presos na primeira emboscada no início do ano de 1972. Os sobreviventes, após serem muito torturados, foram condenados por

outras atividades contra o regime militar, por exemplo, basicamente militância estudantil ou com conexão ainda de ter participado da UNE, mas não havendo nenhum indicativo acerca da Guerrilha do Araguaia. Portanto, para os militares a Guerrilha do Araguaia era uma página que devia ser arrancada da história do Brasil, portanto, nunca ser lembrada e sumariamente esquecida.

Podemos dizer que a operação na área da Guerrilha vai até o ano de 1974, quando em outubro a última sobrevivente da Guerrilha foi presa, torturada, assassinada e teve o seu corpo desaparecido. Mesmo tendo a última sobrevivente assassinada em 1974, extraoficialmente ainda as operações vão até o ano de 1975, momento em que as forças militares procuravam fazer os últimos trabalhos de limpeza, triagem e checagem da região para ver o que restou de apoio, igualmente promovendo o serviço final para o ocultar os corpos dos guerrilheiros assassinados. Conforme sabido, até os dias de hoje os familiares buscam os corpos dos seus parentes assassinados no Araguaia sem sucesso, mesmo com o todos o trabalho das Comissões Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, a partir da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Embora com todas as mortes, a ditadura não estava satisfeita com o desfecho da Guerrilha do Araguaia, mesmo tendo exterminado o foco guerrilheiro, uma vez que era preciso definitivamente aniquilar o Comitê Central (CC) do PCdoB, ou seja, o cérebro que tinha operado e executado politicamente a guerrilha. Para tanto começaram uma caçada na cidade com o intuito de cercar o CC e aniquilá-lo. No final do ano de 1976 a polícia política detecta que o CC iria fazer uma reunião com o intuito de realizar um balanço da linha política do PCdoB, bem como dos acontecimentos da Guerrilha. Após o fim da reunião conseguiram prender o CC do PCdoB, assim como assassinar alguns dirigentes do PCdoB que estivera na região do conflito, vindo a configurar a denominada Chacina da Lapa. Em síntese, com a prisão e morte do CC o capítulo final da Guerrilha tinha definitivamente chegado ao fim para a ditadura civil-militar (SOUZA, 2006).

4. CONSIDERAÇÕES NÃO FINAIS: GUERRILHA DO ARAGUAIA UMA PÁGINA ABERTA

Ao trabalharmos sobre Guerrilha do Araguaia ficamos com muitas páginas sem respostas, mas a principal são as perguntas dos familiares: onde vocês enterram meus parentes? Se a ditadura tinha a crueldade de esconder via ocultação de cadáver os que ti-

nham tombado na região do Araguaia; porém, reascendem o clamor coletivo das famílias que não esqueceram dos seus parentes que foram assassinados pelas forças armadas, uma vez que essas pessoas existiram, tiveram relações afetivas e uma história de vida em comum. O fato de lembrar, primeiramente, pressupõe reafirmar a necessidade de haver justiça e que as forças armadas devem, visando reparação política, entregar os relatórios da expedição do Araguaia, indicando os lugares em que foram enterrados seus familiares.

Além dos familiares, que de forma alguma esquecem e lutam intransigentemente para adquirir informações dos seus parentes, igualmente os moradores da região não esquecem aqueles jovens provenientes de grandes centros do país. Pois, os momentos vividos juntos foram de grande importância para as suas vidas, justamente pelo trabalho que efetivaram junto a população mais carente, que tanto precisavam de ajuda e não dispunham do amparo do Estado. São muitos os personagens lembrados na região, por exemplo, o nome do médico gaúcho e ex líder estudantil

da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, João Carlos Haas Sobrinho, sendo chamado na região por doutor Juca. Fora responsável por salvar muitas vidas em virtude das enfermidades das doenças da região. Também é muito lembrado o nome da baiana Dinalva Oliveira Teixeira, que era geóloga e na região auxiliava como alfabetizadora e parteira, chamada por todos por Dina e tida como excelente atiradora – temida ao extremo pelos militares.

Ainda, conforme indicado no texto a maioria dos militantes comunistas eram jovens, estudantes universitárias que foram expulsos da universidade. Destacamos entre os personagens Helenira Rezende Nazaré, estudante de letras da USP, dirigente estudantil e eleita vice-Presidente da UNE no Congresso de Ibiúna. Justamente em virtude do AI-5, Helenira entra para a clandestinidade e vai para o Araguaia, sendo assassinada em combate e figurando como desaparecida política. Portanto, podemos afirmar que Helenira era a síntese da opressão ditatorial que se abatia contra a juventude estudantil que lutava contra o regime militar, pois era da direção máxima da

entidade estudantil e que não conseguia ter meios para agir politicamente em liberdade, precisando, assim, vir para o Araguaia para salvaguardar a sua integridade física (RIBEIRO, 2007).

Além desses militantes perfilados que registraram com heroísmo o seu nome na Guerrilha do Araguaia, ainda houve outras várias dezenas de mortes e desaparecidos políticos, tantos de militantes do PCdoB quanto de camponeses. Nos anos 2000 com a institucionalização da CNV houve esperança para os familiares que haveria um processo de reparação e que os seus corpos fossem apresentados para família; porém, por mais esforços que tiveram a Comissão as esperanças foram infrutíferas, justamente pelo silêncio dos militares. Desta forma, consideramos a Guerrilha do Araguaia como uma página inconclusa para as vítimas, neste caso especialmente aos familiares, que ainda choram a morte dos filhos e dos irmãos, repetindo a seguinte frase que não se calará nunca: falta alguém no porta-retrato da nossa família.

BIBLIOGRAFIA

- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. 1966-1974 – Guerrilha do Araguaia, a história que não acabou. In.: Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil. Org.: RUY, José Carlos & BUONICORE, Augusto. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2010.
- CHACEL, Cristina. Seu amigo esteve aqui: a história do desaparecido político Carlos Alberto Soares de Freitas, assassinado na Casa da Morte. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo. O Impacto da crise do socialismo nos partidos comunistas no Brasil. Tese de Doutorado em Ciências Políticas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.
- GOENDER, Jacob. Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: Das ilusões perdidas à Luta Armada. São Paulo: Editora Ática, 1987.
- KINZO, Maria. Dalva. Gil. Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB 1966/1979. São Paulo: Editora Vértice, 1988
- PÓRTELA, Fernando. Guerra de guerrilhas no Brasil. São Paulo: Global, 1980.
- RIBEIRO, Bruno. Helenira Rezende, a guerrilheira do Araguaia. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SOUZA, Deusa Maria de. Caminhos Cruzados: Trajetória e desaparecimento de quatro gaúchos no Araguaia. Dissertação de Mestrado em história. UNISINOS, 2006.
- VENTURA, Zuenir. 1968: o ano que não terminou. 15.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.



O 55º CONGRESSO DA UNE: a análise do discurso e das imagens

Thiago Modenesi¹

RESUMO

O presente artigo analisa o debate na elaboração e defesa de políticas públicas na área do ensino superior presentes nas teses e nos documentos fotográficos do 55º Congresso da União Nacional dos Estudantes – UNE, realizado de 14 a 18 de junho de 2017 na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Para executar tal reflexão nos apoiamos nos estudos de Kossoy (2009) sobre a interpretação dos documentos fotográficos e na análise do discurso presentes nas teses do evento através dos estudos de Pêcheux (1998) e Foucault (1988). O Congresso da UNE é o maior evento realizado no Brasil entre os jovens universitários, reúne representantes de todos os estados da federação e de todas as universidades públicas e privadas do país, analisá-lo nos permite construir um retrato do pensamento da juventude universitária brasileira no princípio do século XXI, como veem as políticas implementadas ou pretendidas no setor público de ensino superior. Situamos o mesmo no campo da fenomenologia, em particular nas teorias de Merleau-Ponty (1996) tendo em vista já termos participado de congressos anteriores da entidade e redigindo o presente artigo observando presencialmente o 55º congresso da mesma.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Universidade. Movimento Estudantil.

ABSTRACT

This article analyzes the debate in the elaboration and defense of public policies in the area of higher education present in theses and photographic documents of the 55th Congress of the National Union of Students - UNE, held from June 14 to 18, 2017 in the city of Belo Horizonte, Minas Gerais. In order to carry out this reflection, we support the studies of Kossoy (2009) on the interpretation of photographic documents and the analysis of the discourse present in the theses of the event through the studies of Pêcheux (1998) and Foucault (1988). The UNE Congress is the lar-

gest event held in Brazil among young university students, it brings together representatives from all the states of the federation and all the public and private universities in the country, analyzing it allows us to construct a portrait of Brazilian university youth the beginning of the 21st century, as they see the policies implemented or intended in the public sector of higher education. We have found the same in the field of phenomenology, particularly in the theories of Merleau-Ponty (1996) since we have participated in previous congresses of the entity and writing this article observing in person the 55th congress of the same.

KEY WORDS: Education. University. Student Movement.

1. INTRODUÇÃO

Nosso artigo parte da oportunidade que tivemos de estar presente no 55º Congresso da UNE em Belo Horizonte durante os dias 14 a 18 do mês de junho de 2017, aqui com o intuito da elaboração deste relato acadêmico enquanto pesquisador da temática da educação e da juventude.

Dito isto, buscamos situar o presente no debate da fenomenologia, tendo em vista que não é o primeiro contato deste autor com esse tipo de evento, no entanto é a primeira vez que participamos na condição de pesquisador.

Faremos a discussão a partir dos conceitos de Merleau-Ponty (1990), em particular quando discute o aspecto da experiência vivida não como algo meramente subjetivo, está sim articulando com o mundo que contém objetivamente o aspecto em particular que vivenciamos.

Nossa proposta foi buscar transcrever e analisar as ideias dos estudantes representadas nos cadernos de teses do evento por políticas públicas na área da educação superior, bem como nas fotografias ali tiradas, aqui tratadas enquanto documentos fotográficos, segundo as teorias de Kossoy (2003) quando as analisa em todos os seus detalhes e minú-

cias.

O evento reuniu cerca de 10.000 jovens de todos os estados e regiões do Brasil, foi marcado pela presença de mais de 30 das chamadas “correntes de opinião” em que os delegados presentes se organizam, a maioria vinculada a juventudes de partidos de esquerda, e construiu um rico panorama para debater vários temas candentes e atuais da juventude, como cultura, gênero, direitos LGBT, conjuntura política, o próprio movimento estudantil, meio ambiente, petróleo, ensino superior, políticas públicas, entre outros.

Destacamos que nesse congresso ocorreram 36 mesas, divididas em 3 eixos (Democracia, Educação e Brasil) com convidados que possuíam acúmulo acadêmico e científico para discutir tais pautas, ali se fizeram presentes ex-ministros, deputados federais, economistas, pensadores, entidades irmãs do movimento estudantil, a exemplo da Associação Nacional de Pós-graduandos – ANPG, sindicalistas, movimentos sociais, movimentos de luta pela posse de terra e muitos outros que expuseram nos debates, este ia recebendo adendos pelos delegados e delegadas presentes.

Analisamos aqui, em particular, os debates ocorridos nas mesas do eixo de educação e das propostas apresentadas e votadas na plenária final, o faremos observando o discurso contido nas 20 teses que foram inscritas ao congresso e compiladas no formato brochura pela UNE, nos discursos dos delegados gravados por nós e nas fotografias que colhemos e executamos pessoalmente durante o evento.

Com este fim, abordamos o discurso a partir do que teorizaram Foucault (1988) e Pêcheux (1998) acerca do tema, entendemos aqui que a análise do discurso é uma prática e um campo da linguística e da comunicação, especializado em particular na análise das construções ideológicas presentes em um texto. A análise do discurso é colocada partindo da filosofia materialista, esta que põe em tela a prática das ciências humanas, bem como a divisão do trabalho intelectual, de forma reflexiva.

Para Foucault (1998), discurso é a prática social da produção de textos, construída historicamente e filosoficamente pelo homem no decorrer da edificação da civilização. Isto significa que todo discurso é fruto de uma construção de tipo social, nunca individual, sendo assim, só poderá vir a ser analisado se considerarmos seu contexto histórico-social, suas condições de produção.

Ainda significa que o discurso reflete uma visão de mundo determinada, necessariamente, vinculada à dos seus autores, mas também

¹ Doutor em Educação, professor permanente do Mestrado em Inovação e Desenvolvimento do Centro Universitário Guararapes – UNIFG e do Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste da Universidade Federal de Pernambuco.



da sociedade em que estão historicamente inseridos.

Os textos, no nosso caso os presentes nas teses das chamadas correntes ou coletivos que participaram do 55º Congresso, é o produto da atividade discursiva, o objeto de tipo empírico da análise do discurso, o instrumento sobre o qual nos apoiaremos para construir o que nos propomos em nossa pesquisa.

São a construção sobre a qual nos debruçaremos para buscar, ao menos em sua superfície, as marcas que guiam a investigação científica. É necessário, porém, ressaltar que o objeto principal e indispensável da análise do discurso é o discurso em si.

Destarte, as falas dos delegados nos grupos, a partir do exposto pelos convidados em cada mesa, marcam a construção do discurso e do conteúdo sobre as políticas públicas para o ensino superior, tornando verbal as ideias contidas nas teses do congresso da UNE a serem analisadas por nós na busca da sistematização e materialização das críticas ao ensino superior e suas limitações, mas também na proposição de novos rumos e iniciativas que incrementem e potencializem o mesmo.

2. A UNE

A União Nacional dos Estudantes – UNE é a entidade mais tradicional da juventude brasileira, com quase um século de existência. Vários pesquisadores a retratam em seus trabalhos, aqui partimos do construído por Poerner (2004) no seu livro *O Poder Jovem* que conta a trajetória desta, mas não só: também aborda os movimentos de juventude e estudantes desde os primórdios do Brasil.

Nascida no finalzinho da Segunda República, em 13 de agosto de 1937, na Casa do Estudante do Brasil, a União Nacional dos Estudantes só entraria em ação durante o Estado Novo. Fruto de uma tomada de consciência, quanto à necessidade da organização em caráter permanente e nacional da participação política estudantil, a UNE representa, sem qualquer dúvida, o mais importante marco divisor dessa participação ao longo da nossa história. Por isso, o movimento estudantil brasileiro e este livro são divididos em duas partes: antes e a partir da UNE. As organizações universitárias anteriores a agosto de 1937 pecavam, todas, pela transitoriedade, visando apenas a problemas específicos e determinados, em função de cuja duração nasciam e morriam. (POERNER, p. 117, 2004)

Poerner (2004) nos mostra em sua obra todo o trajeto da construção da UNE em 1937, combate ao Estado Novo, campanha do Petróleo é Nosso, combate a Ditadura Militar, redemocratização, Fora Collor, resistência ao governo Fernando Henrique Cardoso e importância da entidade em todo esse processo.

A mesma, no decorrer de sua história, possuiu eleições diretas, mas acabou por consolidar o processo de eleições congressuais que são antecedidas por sufrágios em cada curso de cada universidade pública e privada do Brasil.

Os congressos nacionais são bianuais e acontecem em cidades diferentes, no geral da região central do Brasil, para facilitar a participação e transporte de estudantes, devendo ao grande número de participantes.

A entidade acabou por se fortalecer, como bem assinala Poerner (2004), justamente por ser perene, ter se mantido em atividade todos esses anos, mesmo após a prisão e assassinato de vários de seus líderes na Ditadura Militar, essa acabou com o congresso que acontecia nesses anos na cidade de Ibiúna (São Paulo) em 1968, por exemplo.

Também destaca o autor a interatividade com os estudantes nas universidades, os eventos de cunho nacional e a construção de bandeiras e lutas com abrangência de todo o Brasil, fortalecendo a mesma como a maior referência desse tipo de entidade da América Latina.

3. O QUE DIZ O CADERNO DE TESES DO 55º CONGRESSO DA UNE

O caderno de teses é algo recente na história da UNE, na nossa visão amplia o debate ao oferecer que os delegados e delegadas possuam todas as opiniões sistematizadas pelas correntes e coletivos que disputam a diretoria da entidade.

Ao mesmo tempo, o mesmo nos permite analisar o que há de convergente e divergente no discurso escrito e impresso para grande público pelas referidas correntes e coletivos que participam do evento.

Logo em sua apresentação, a diretoria da entidade que ali encerraria o mandato, reflete o espírito e objetivo da publicação que orientou os debates do congresso, apresentando ao leitor o Caderno de Teses do evento que analisamos:

Os múltiplos olhares, ideias e propostas são a riqueza da maior entidade estudantil brasileira. Esse Caderno de Teses evidencia essa diversidade

de pensamento que compõe a União Nacional dos Estudantes há 80 anos. A UNE, que sempre lutou pela educação, pelo Brasil e em defesa da democracia, traz também estes valores para dentro de sua gestão. Por isso, este espaço, onde todas as vozes são bem-vindas, é símbolo de seu compromisso para a coexistência dessas diferentes correntes de pensamento dentro da entidade. (CADERNO DE TESES UNE, 2017, p. 7)

Tratamos em nosso artigo de uma entidade com 80 anos de existência, presente nos maiores embates deste período, mas marcada pela pluralidade de correntes e opiniões em seu seio, praticamente em todos os momentos de sua história.

Nos parece um bom método analisar o que há de convergente entre as 20 teses apresentadas no contexto do 55º Congresso da UNE, o fazemos sem negar as polêmicas e divergências presentes nas mesmas, em particular quando se trata da avaliação da gestão que se encerra.

Há em todas uma percepção de que o atual governo federal, encabeçado pelo então Presidente Michel Temer, é um fato decisivo no desmonte do ensino público em todos os níveis, o conjunto delas propõem a bandeira da antecipação das eleições para o cargo buscando repactuar a política nacional e seus desdobramentos educacionais.

A tese que liderou a coalizão vencedora do congresso abre o caderno, chama-se VEM QUEM TEM CORAGEM, a mesma representou 46% dos votos dos delegados e delegadas presentes ao evento, participando da plenária final da chapa FRENTE BRASIL POPULAR que obteve quase 80% dos votos.

A plenária final é o último momento do congresso e o único em que todos os estudantes presentes ao evento se encontram em mesmo espaço, nesse caso em um ginásio de Belo Horizonte, ali a diretoria que encerra seu mandato submete a votação o conjunto de propostas levantadas nos grupos e elege a nova diretoria da entidade por voto em urnas para o próximo período de dois anos.

Este movimento destaca em seu discurso escrito na tese a defesa da gratuidade do ensino como pauta atual, bem como contrapõe o atual momento da educação brasileira ao que chama de avanços do governo anterior, no caso o do ex-presidente Lula da Silva e da ex-presidente Dilma Rousseff.

Pauta histórica do movimento estudantil também presente no texto deste movimento é contra o aumento abusivo das

mensalidades, a novidade aqui é a crítica ao ensino online de caráter obrigatório em algumas disciplinas do ensino superior.

Para a tese VEM QUEM TEM CORAGEM aconteceram mudanças consideráveis na composição da universidade pública brasileira, mudanças na composição social das mesmas inclusive:

A nova composição social da universidade é fruto dessas transformações que são conquistas históricas da UNE, que ao longo dos seus 80 anos sempre dedicou sua história às lutas do povo. Se antes apenas os filhos de doutores se perpetuavam nos bancos universitários, agora são os filhos dos trabalhadores que adentram as instituições de ensino superior para transformá-las em espaços mais democráticos. Essa realidade gera novas demandas para os estudantes e a assistência estudantil passa a ser prioridade para que essas transformações sigam. Quem entrou na universidade, enfrentando séculos de desigualdade, agora quer permanecer e concluir seu curso! Nós somos a geração fruto dessas vitórias do movimento estudantil, que inauguraram uma nova época no ensino superior. A luta por políticas de permanência deixa de ser uma mera demanda e passa a ser uma exigência para a ratificação desse novo momento da universidade brasileira! (CADERNO DE TESES UNE, 2017, p. 13-14)

Os estudantes ainda destacam sua luta para o cumprimento do investimento do Produto Interno Bruto em 10% para a educação e de 100% dos royalties da camada do pré-sal para o mesmo fim.

Aqui nos apoiamos no conceito de ordem de discursos, enquanto um conjunto ou mesmo série de formatos de discursos, definidos socialmente, segundo Foucault (1998) partindo do entendimento que há uma determinada origem comum, nesse caso, o contexto posto do 55º congresso da União Nacional dos Estudantes e as teses a ele inscritas.

São estes discursos que foram produzidos num mesmo contexto determinado de uma instituição (UNE), com a finalidade da circulação interna, mas também externa, e que interagem não apenas entre eles, mas também com textos de outras ordens discursivas, a chamada intertextualidade, que nos mostraram que as teses dialogam para além dos contornos textuais do congresso, se relacionando com as leis brasileiras e outras publicações e organizações que analisam a realidade educacional e social.

A importância de Foucault (1998), nesse caso específico para a análise do discurso das teses da UNE, está em contextualizar os discursos como elementos interligados em redes sociais, mas também sendo determinados socialmente por regras, além disso podendo serem modificados na medida em que dialogam permanentemente com outros textos que chegam ao emissor, influenciando o mesmo na confecção de seus próprios discursos.

Todas as teses ao congresso da UNE dialogam em algum momento com os textos que carregam as opiniões de partidos ou organizações políticas situadas quase todas no campo político da esquerda brasileira, tendo seu discurso influenciado por estas, mas também participando da construção do discurso geral das mesmas.

No caso da tese que ora analisamos, se faz presente a avaliação de avanços após o período da ditadura militar e que a luta dos estudantes agora é para assegurar a manutenção dos avanços. Para tanto, defendem a manutenção dos programas sociais federais PROUNI e FIES e a manutenção das universidades públicas estaduais que se encontram em crise financeira.

As pautas novas e as antigas se misturam, dando a sensação de permanência e mudança, propagada no discurso do avanço recente que esta e a maioria das demais teses defendem em seus textos.

Em outra tese, escrita no caderno pelo Coletivo Kizomba, o mesmo retoma o discurso dos 80 anos da UNE como algo emblemático e parte disso para contextualizar o seu papel no questionamento ao atual governo do Presidente Temer e na articulação de uma oposição mais ampla a este.

O discurso interligado também aparece aqui, em determinado trecho remetendo a frase de Ernesto Che Guevara sobre as universidades, construindo a partir disso, discurso semelhante a tese do coletivo VEM QUEM TEM CORAGEM:

A famosa frase de Che Guevara “que a universidade se pinte de povo” vem se tornando realidade. Mesclar o conhecimento popular com o “erudito” não é um processo isento de conflitos, pelo contrário. Novos sujeitos entram em cena pós avanços democráticos conquistados nos governos Lula e Dilma e colocam na ordem do dia que a universidade deve abarcar novas linguagens e perspectivas populares na sua composição. Queremos um projeto em que a universidade seja realmente nossa e vamos lutar para que nenhum retrocesso seja imposto às conquistas do povo brasileiro. Em tempos de resistência, é preciso saber para onde queremos avançar. Afinal de contas, “a universidade é nôiz!” (CADERNO DE TESES UNE, 2017, p. 29)

Aqui o coletivo Kizomba utiliza de vários recursos para ressaltar o discurso, tal qual o coletivo VEM QUEM TEM CORAGEM utiliza o símbolo gráfico da exclamação para dar ênfase a proposta que defende e conotação de luta e combatividade.

Soma a isso a utilização proposadamente equivocada da palavra nós, grafando a mesma como nôiz para dar uma conotação popular e da periferia, vinculando-se ao conceito de popularização da universidade e da defesa do conhecimento popular que apregoa no texto.

O coletivo Kizomba se soma ao raciocínio do VEM QUEM TEM CORAGEM e também do Levante Popular da Juventude de que o governo Temer significa um retrocesso na educação brasileira.

O Levante Popular da Juventude destaca em sua tese, inscrita com o nome OCUPAR A UNE PARA OCUPAR O BRASIL, as formas de luta dos estudantes para resistir ao que chama de desmonte da educação, bem como lista as iniciativas tomadas pelo governo federal que materializariam isso:

Com Mendonça Filho (DEM- Partido dos Democratas) no Ministério da Educação vivenciamos uma série de retrocessos: sucateamento da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização Diversidade e Inclusão; recuo na implementação do Plano Nacional de Educação (PNE); reforma do Ensino Médio via medida provisória (MP 746/2016); cortes no programa de Financiamento Estudantil (FIES), no programa Universidade para Todos (PROUNI) e no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), nas bolsas de pesquisas, extensão e pós graduação, bem como o fim do Ciências sem Fronteiras e o Projeto da Escola Sem Partido (Lei da Mordaça), que retira o direito à liberdade de expressão de educadores e educadoras. (CADERNO DE TESES UNE, 2017, p. 50)

A tese do Levante Popular da Juventude também dialoga com o contexto externo e busca legitimar seu discurso citando trecho de música do cantor brasileiro Belchior e passagem atribuída a estudantes que participaram de luta histórica do movimento estudantil na França em 1968 no encerramento de sua contribuição no caderno de teses da UNE.

Por fim, analisamos a tese inscrita em nome da Juventude Revolução, segue a tendência de unidade no discurso geral de conjuntura

e nas principais bandeiras da educação, a pauta das teses é reativa ao governo federal. Os estudantes entendem que o governo Temer causou retrocesso e pode causar mais, sendo assim, propõem medidas de mobilização para impedir que a agenda do governo avance na câmara e no senado brasileiro:

Em 2016 milhares de jovens combateram o impeachment, percebendo que os direitos estavam em jogo, Os estudantes protagonizaram lutas importantes com ocupações em escolas exigindo a retirada da MP 746 e nas universidades contra a PEC 55. Mas estas lutas não foram suficientes para barrar a aprovação. (CADERNO DE TESES UNE, 2017, p. 79)

Aparecem nas teses críticas à gestão, elogios também, discursos em defesa da unidade dos estudantes, algo materializado no alinhamento contra o governo federal e as pautas educacionais, os estudantes entendem que há um recuo nas políticas públicas aplicadas pela gestão pública, em particular junto as camadas mais carentes e vulneráveis da população, aqueles que as correntes do movimento estudantil entendem ter sido absorvidos e beneficiados na última década no ensino superior.

4. IMAGENS QUE REFLETEM A LUTA ESTUDANTIL POR POLÍTICAS PÚBLICAS

Como opção de pesquisa escolhemos por analisar fotografias que foram tiradas pelo próprio pesquisador durante os quatro dias do 55º Congresso da UNE, foram realizadas 2 durante os debates em grupo no eixo Educação e 1 durante a plenária final do congresso.

Entendemos esse formato como a melhor ferramenta para a análise de imagens a partir do aspecto visual que elegemos como suporte do debate a que nos propomos no escopo do nosso artigo.

Aliás, não são meras fotos ou fotografias, ao analisarmos as mesmas a elevamos a categoria de documentos fotográficos, pelas possibilidades que contém e pela relevância para pesquisa que ora fazemos que podem efetivamente ter.

Tal análise é realizada a partir do enfoque e método proposto por Kossoy (2003) acerca da análise das imagens em um determinado tempo e contexto dado. Aqui nos apoiamos no debate que este desenvolve no uso de fotografia como fonte a ser usada não só na pesquisa, mas mesmo na interpretação de tipo históricas, destarte analisamos o documento fotográfico em si e as relações com o mundo visível que nelas estão inscritas e circunscritas.

Em seu livro *Fotografia & História* o autor estabelece um conjunto de princípios e uma proposta metodológica para realizar a investigação e a análise crítica das fontes fotográficas que se configuram em documentos fotográficos.

Neste são indicados caminhos para o exame técnico e para a análise iconográfica dessa modalidade de fontes, assim como discutidas as questões acerca da hermenêutica particular que as imagens necessitam para sua compreensão interior. Nessa linha, o autor constrói uma interpretação iconológica para decifrar aquilo que o fragmento visual não possui de claramente explícito no seu conteúdo, o que está nas entrelinhas.

Além das questões teóricas e metodológicas analisadas por Kossoy o mesmo questiona a abordagem clássica feita na história da fotografia, apoiada em uma tradição de tipo estética. Tais documentos fotográficos por nós analisados foram produzidos com fulcro metodológico e para a compreensão histórica, as mesmas foram deliberadamente pensadas assim.

Passamos na sequência a fazer a análise das fotografias, configuradas a partir desse momento enquanto documentos fotográficos, também analisando a espontaneidade e características de contexto e linguagem corporal de cada uma das analisadas.

Figura 1



Fonte: boletim da UNE distribuído durante o congresso.

O documento fotográfico nos mostra um dos auditórios que acolheram os grupos de debate no primeiro dia do congresso com essa finalidade, dia 15 de junho de 2017. Abaixo no documento fotográfico os convidados para debater a temática da educação e acima os estudantes e imprensa interagindo e propondo. Marca a fotografia a proximidade entre plateia e debatedores, praticamente misturados, separados apenas por uma mesa, e isso se desdobrou nas proposições apresentadas na sequência da exposição inicial dos convidados, com ampla e densa quantidade de intervenções dos delegados e delegadas.

No documento fotográfico 2 se apresenta ainda mais forte a tendência de proximidade e mistura entre convidados, cumprindo o papel de debatedores, e o público, formado por estudantes.

Diferente da primeira figura, a segunda retrata um debate em grupo ocorrido na parte interna de prédio da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG tratando também de educação, a relação de separação entre estudantes e convidados é mais uma vez marcada pela mesa.

Há uma clara representação de unidade entre os que apresentam o debate nas mesas e o público que interage com esses e entre si na mesma proporção, os grupos analisados nas figuras 1 e 2 tiveram mais de 50 propostas e reafirmações de opiniões contidas nas teses, já analisadas em nosso artigo em tópico anterior.

Figura 2



Fonte: boletim da UNE distribuído durante o congresso.

O debate ocorrido nos 12 grupos do eixo Educação, bem como nos demais 24 dos outros dois eixos, convergiu para plenária final que ocorreu nos dias 17 e 18 de julho de 2017 no Ginásio conhecido como Mineirinho na cidade de Belo Horizonte.

As propostas apresentadas nos Grupos de Trabalho, que ocorreram no dia 16 de julho na UFMG, e nos Grupos Temáticos foram encaminhadas ao plenário em que os delegados e delegadas votaram e aprovaram as mesmas.

Essa é a última etapa do congresso, durou dois dias e reuniu em um mesmo espaço cerca de 10.000 jovens em um misto de mobilização, disputa de opiniões e palavras de ordem entoadas pelos diversos coletivos e correntes que participam do evento.

O temário de políticas públicas perpassa todos os temas, está presente no debate da questão nacional, na avaliação que os estudantes fazem sobre o governo federal no seu atual momento, bem como da consequência de suas ações junto as universidades, emanando do Ministério da Educação. A plenária final é a consagração do evento, elege a nova diretoria da entidade para o próximo biênio 2017-2019, aprova as pautas de lutas, moções e tira indicativos de mobilização.

Figura 3



Fonte: boletim da UNE distribuído durante o congresso.

O documento fotográfico aqui analisado mostra a forte presença das mulheres na entidade, as 3 últimas presidentes eram mulheres, e nos apresentam a chegada da atual presidente, Carina Vitral, e da candidata da chapa vitoriosa Mariana Dias.

A foto nos mostra o centro do ginásio e representa, em tese, combatividade a partir dos braços em riste de ambas, e nos gritos de guerra, também chamados de palavras de ordem, que proclamavam na entrada da plenária. Ambas chegam carregadas nos braços dos demais estudantes, comandam os ritmos entoados pelos instrumentos de percussão que acompanham as palavras de ordem e mantém com suas posturas e atitudes o conjunto dos presentes em sintonia com as bandeiras defendidas, algo visível nos demais braços erguidos, acompanhando o

movimento das duas jovens.

Tais atitudes não são novas na UNE, fazem parte da história da entidade e das lutas que os estudantes participaram e participam conduzidos pela mesma, há o novo presente na atualização das bandeiras de luta, mas também há a tradição representada nas homenagens aos presidentes anteriores e nos gestos e palavras de ordem que os mesmos executam uníssonos.

5. CONCLUSÃO

Acompanhar na condição de pesquisador um congresso da União Nacional dos Estudantes nos permitiu ter outro olhar sobre a entidade, analisar os que dele participam não sendo parte de nenhuma das delegações ou correntes e coletivos que disputam.

Não há como representar em palavras toda a energia e empolgação da juventude ali presente, o congresso em si é a culminância de um processo que ocorreu meses antes em cada universidade pública e privada do Brasil que elegeram delegados e delegadas para a realização do evento em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Buscamos aqui neste artigo retratar o discurso e as imagens que refletem uma concepção de movimento estudantil e de organização juvenil peculiar ao nosso país, algo que já está enraizado em nossas tradições, afinal aqui tratamos de uma entidade de 80 anos.

Na conclusão do evento, após acalorados debates, os estudantes aprovaram plataforma de lutas para o próximo biênio que serão conduzidas por uma nova diretoria presidida pela estudante baiana Mariana Dias, a mesma encabeçou a chapa vencedora que obteve quase 80% dos votos dos delegados e delegadas bem como congregou mais da metade dos coletivos e correntes de opinião presentes ao congresso, esta concorreu com mais duas chapas que tiveram juntas os restantes 20% dos votos.

Cabe destacar que entre as bandeiras discutidas e aprovadas figuram a luta pelo cumprimento do PNE, das metas de 10% do PIB e 100% dos royalties na educação, em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade, pela continuidade da expansão das universidades federais brasileiras, pela ampliação do investimento em assistência estudantil, em defesa das universidades estaduais que se encontram com dificuldades financeiras (a exemplo da UERJ e UEPB), fim das disciplinas online obrigatórias, manutenção do PROUNI e FIES, luta para tornar o PNAES uma política de Estado, pelo retorno do Programa Ciência Sem Fronteiras, contra a reforma do ensino médio (MP 746/16), contra a medida fiscal de austeridade (PEC 241/55) que bloqueio o investimento em educação nas próximas duas décadas, pelo debate da Reforma Universitária e uma universidade à serviço do povo, fora Temer, eleições diretas já, cobrança de uma segurança universitária efetiva em todos os campi do país, valorização e fomentação de incubadoras e empresas juniores, recomposição dos orçamentos do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência e Tecnologia, construção de creches para as mães universitárias e ampliação do auxílio-moradia.

Referências

- CADERNO DE TESES – UNE. São Paulo: UNE, 2017.
KOSSOY, Boris. Fotografia e História. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.
FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Loyola, 1998.
MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 1988.
POERNER, Arthur J. Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

entrevista

Angela Guimarães

PRESIDENTA
NACIONAL DA
UNEGRO

Juventude.br - ANGELA, iniciamos essa entrevista buscando saber como foi sua trajetória social, o que te levou a militância política até assumir a presidência nacional da UNEGRO. O que você destacaria dessa experiência?

Sou baiana de Salvador, nascida no Curuzu-Liberdade, tenho 38 anos, sou do signo de Áries e candomblecista. Sou socióloga formada pela Ufba e professora de Sociologia concursada da rede estadual de educação da Bahia, embora atue nos últimos 15 anos na gestão pública. Já fui Coordenadora da Agenda Bahia do Trabalho Decente, Chefa de Gabinete e agora estou Assessora Especial na Secretaria Estadual do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia. Atuo de forma concomitante na gestão pública e no movimento social presidindo nacionalmente a União de Negras e Negros Pela Igualdade (UNEGRO).

Poderia dizer que sou uma pessoa de hábitos simples, alegre, amante das artes, hiperativa, solidária, brigadora e movida a desafios. Natural de Salvador-Bahia, sou apaixonada pelo Nordeste e pelo Brasil, mas também pela América Latina e continente africano devido à nossa ancestralidade. Tenho um milhão de amigas e amigos, sou apaixonada por eles e valorizo muito a amizade na minha vida.

Tenho sorte de ter nascido numa família de gente honesta, alegre, simples e solidária. Meus pais sempre foram de esquerda e aprendi a ser comunista em casa. Do lado da minha família materna temos muitas mulheres de fibra – minha avó, mãe, tias e primas – que romperam as amarras do racismo e do sexismo para abrir espaço



para o lugar social e político que ocupo hoje. Tudo isso se consolidou e ampliou com a minha entrada no PCdoB.

A minha iniciação política remonta à primeira eleição da retomada democrática no Brasil, em 1989, participei da campanha a presidente entre as crianças do meu bairro. Ali foi um importante despertar, estimulada pelos adultos da comunidade. Em seguida participei de grupos de jovens ligados à Igreja católica, mas sem vinculação direta com as pastorais, ao lado da luta comunitária em defesa de mais espaços e oportunidades de lazer e cultura para a juventude do bairro. Como o Estado não se fazia presente, nós, adolescentes e jovens, montávamos grupos de dança e teatro, promovíamos as festas populares, dentre outras ações.

Na escola durante o ensino médio (estudei no ICEIA importante colégio estadual da capital baiana) ajudei a reorganizar o grêmio, era o meu último ano na escola. Já na universidade é que de forma orgânica me vinculei à militância estudantil e conseqüentemente ao PCdoB e à UJS, no ano 2000, em que entrei na Universidade Federal da Bahia no curso de Ciências Sociais. Participei duas vezes do Centro Acadêmico, ajudei a construir as jornadas de luta pela Cassação de ACM (o avô, então senador da República) pela violação no painel do Senado em 2001 e 2002, participei da Revolta do Buzú em 2003, pela aprovação das Cotas da Ufba (2003/2004), fui presidenta do Diretório Central dos Estudantes da UFBA em 2004, participei também do processo de conferências de juventude que resultaram nas políticas públicas de juventude e marcos legais como a PEC e o Estatuto da Juventude, lutas pela Reforma Universitária em 2003/2005, fui da comissão organizadora nacional do I Encontro Nacional da Juventude Negra (2005/2007), integrei as gestões do Conselho Nacional de Juventude (2006-2016), do Conselho Estadual de Juventude (2007-2011), do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2014-2019), faço parte do Comitê estadual do PCdoB da Bahia há quatro gestões e do CM de Salvador há 3 gestões, além de ter integrado as direções da UJS em Salvador da qual fui presidenta (2008-2010), na Bahia (2004-2010) e nacional (2006-2010 e 2012-2014) bem como gestões estaduais e nacionais da Unegro desde 2003.

Concomitantemente, também participei das lutas do movimento negro como filiada e dirigente da Unegro baiana e nacional, em especial a luta pelas cotas raciais no ensino superior e contra o extermínio da juventude negra.

Este foi um pouco do caminho percorrido até ser eleita em 2016 Presidenta Nacional da Unegro, durante o nosso 5º Congresso Nacional em São Luís do Maranhão.

Juventude.br – Como você avalia o Governo Bolsonaro, em particular em suas consequências para a juventudes negras e a luta antirracista no Brasil?

2019 foi um ano difícil, laborioso e cheio de lutas de resistência... Estamos vivenciando um desmonte do Estado nacional e democrático de direito que embora nunca tenha sido vivenciado plenamente pela população negra, é sobre nós que os efeitos deste desmonte recaem com maior perversidade e intensidade. Desmonte da legislação trabalhista e de proteção social com a perversa e nefasta reforma da previdência aliadas à destruição dos programas sociais, sucessivos crimes ambientais, desmonte da política nacional de igualdade racial, cortes, perseguição e censura às Universidades e ao mundo da cultura, aumento da violência e radical implementação da necropolítica por um governo de características neofascistas e ultraliberais têm vitimado a população negra por excelência visto que somos a maioria entre os pobres e os extremamente pobres, configurando maior vulnerabilidade a estas ações. Dispararam todos os indicadores de violência e as principais vítimas têm sido as mulheres, a população negra e as pessoas LGBTQs.

Este governo entreguista com sua ação de desconstrução do Estado nacional, privatização das nossas riquezas e poucas empresas públicas ainda existentes, inimigo do povo, que tem desprezo pela democracia é também um governo que carrega uma artilharia belicista em sua retórica e ações quando autoriza e incentiva o incremento à violência contra mulheres, população negra e indígena, pessoas LGBTQs, trabalhadores/as rurais, dentre outros segmentos. A sua política de liberação de armas tem alvo certo!

Chama atenção ainda a absoluta desarticulação da nossa parcial e incompleta democracia com o destroçamento dos conselhos de políticas públicas, a intervenção em espaços de participação e controle social, os vários ataques dirigidos à autonomia das universidades inclusive com a portaria 914 que recusa a nomeação de reitoras/es democraticamente eleitos e fixa a regra de que o presidente poderá, a seu critério, escolher qualquer um dos três nomes que compuserem a lista triplíce indicada pela universidade. Também o clamor por “um novo AI-5”, a defesa da Ditadura Militar e da tortura como método de tratamento dos adversários políticos, a perseguição sistemática aos sindicatos e lideranças dos movimentos sociais e culturais, com bárbaras execuções registradas, ataques a jornalistas e aos meios de comunicação que manifestam opinião crítica ao governo, desqualificação das instituições como o Parlamento, STF, OAB, dentre outras, o vínculo direto e aberto com milicianos, inclusive com suspeitas de participação dos filhos do presi-

dente em crimes contra adversárias políticas, as sistemáticas agressões às mulheres, negras e negros, indígenas, LGBTQs, dentre outras, somadas a projetos e medidas legislativas que insinuam um fechamento de regime e instituição oficial de um Estado de exceção com instituição do excludente de ilicitude, ou a própria legalização do uso da pena capital pelas polícias dão a dimensão do fosso autoritário em que estamos metidas/os.

Juventude.br – Convivemos no Brasil com diferentes manifestações de racismo, inclusive institucional. Os dados oficiais nos permitem falar de um extermínio da juventude negra no Brasil. Os jovens negros formam 75% das mortes violentas no país. O índice de vulnerabilidade Juvenil à Violência indica que uma jovem negra tem 2,19 vezes mais chance de ser assassinada que uma jovem Branca da mesma idade. A que você atribui isso?

Há várias décadas o Movimento Negro vem denunciando essa altíssima mortalidade de jovens que se configura num verdadeiro genocídio desta parcela da população. Infelizmente para muitas das nossas instituições essa denúncia sempre foi invisibilizada e desconsiderada devido ao racismo estrutural no nosso país que banaliza a perda de vidas negras.

O Brasil é um país extremamente inseguro para ser jovem negro/a e para ser da quebrada e da periferia. É estar em permanente risco. O racismo é um determinante social fortíssimo que define quem vive e quem morre e em quais condições se vive e se morre também. A juventude negra geralmente é dizimada por homicídios causados por armas de fogo enquanto a juventude branca tem como maior risco de morte os acidentes de trânsito no país.

E quando falamos de genocídio não nos referimos apenas à morte física, ressaltamos o seu papel em matar simbolicamente as nossas culturas pelo apagamento, apropriação ou descaracterização, matando a nossa memória, apedrejando as nossas crianças do candomblé e da umbanda, adentrando os campos de futebol e eliminando-nos da participação política. Há também uma determinância geracional. A juventude negra não é enxergada como potencial revolucionário e de desenvolvimento para a Nação. As nossas vidas são ceifadas diariamente. Há uma situação de invisibilidade, sim! Há uma situação de impunidade! Há a cumplicidade de parte expressiva do nosso Sistema Judiciário. Por exemplo, é inadmissível que, após os crimes de maio de 2006 - e estamos caminhando para

14 anos do ocorrido -, os 496 corpos que foram achados, porque muito mais foram vitimados, desses corpos que foram achados, existe zero inquérito. A impunidade reina neste caso e em todos os demais casos que envolvam violações de direitos ou execuções de jovens negros, a Chacina do Cabula em Salvador, a Chacina de Costa Barros no Rio, as milhares de execuções oriundas de ações policiais, de milícias, do Exército ou de grupos de extermínio, nenhuma delas chega à punição dos autores. O Brasil tem um dos piores índices de resolução de homicídios do mundo, não chega a 5%! Pra este estado de coisas se manter depende de uma arquitetura da cumplicidade que envolve imprensa, Judiciário, sistema de segurança pública, o senso comum e o conjunto das instituições. Para estes, as vidas negras nada importam!

Juventude.br - Quais as iniciativas de enfrentamento a essa situação que você pode destacar?

Nós temos a urgência em construir um grande pacto nacional em defesa da vida da juventude negra que envolva o conjunto da sociedade e instituições, cada um com atribuições nítidas e direcionadas à preservação da vida e promoção dos direitos básicos de cidadania somada à constituição de uma política de Estado que responsabilize o poder público nas suas três esferas. É preciso apontar para outro modelo de segurança pública com maior efetividade do nosso sistema de Justiça; para uma radical transformação dos nossos meios de comunicação, que são cúmplices e, ao mesmo tempo, legitimadores da política de violência sistemática em relação à juventude negra, precisamos de uma política de segurança que preserve todas as vidas e não que considere a juventude negra como inimigo interno, alvo preferencial das operações que resultam em mortes, ou bandido a ser caçado e abatido sumariamente.

Assim, ainda que não tenhamos nenhum tipo de expectativa com o atual governo federal ou mesmo com a atual composição do Congresso Nacional, defendemos a urgência de um pacto nacional pela redução de homicídios; a reestruturação da política de segurança pública; o combate à impunidade, porque é inadmissível que apenas 5% dos homicídios no Brasil tenham algum tipo de elucidação; a aprovação do PL 4.471, de 2012, pelo fim dos autos de resistência, medidas com a descriminalização das drogas posto que estas sempre são argumentos que legitimam o genocídio da juventude negra também são de extrema relevância. Some-se a isto a imperativa necessidade de tomar medidas para reduzir o super-encarceramento da juventude negra que hoje é quase 60% do total da população carcerária do país. Que a gente continue tomando as ruas, denunciando através de festivais, de vigílias, de passeatas, de articulações, de ocupações de Brasília, para o fim do genocídio da juventude negra!

Juventude.br - Diante desse quadro a qual é o desafio da UNEGRO e do conjunto do movimento negro?

Diante do contexto de agravamento da crise do capitalismo e de ataques cotidianos do governo Bolsonaro, de norte a sul do Brasil, a nossa gloriosa UNEGRO completou 31 anos participando e protagonizando importantes lutas desde o território até temas nacionais como a resistência ao Pacote Anti Crime de Moro, à Reforma da Previdência, ataques à cultura e educação, tentativas de privatização do patrimônio nacional, etc. A tarefa do conjunto do movimento negro e demais movimentos sociais é disputar a consciência da nossa população no sentido de transformar a indignação individual com o aumento da fome, desemprego e violência, com a piora nas condições de vida em indignação coletiva que toma as ruas e expressa seu descontentamento com o Governo Bolsonaro e seus aliados.

Nacionalmente temos buscado fortalecer alternativas frentistas de aliança com outros movimentos sociais como a Frente Brasil Popular, a Convergência Negra e a recente Coalizão Negra por Direitos, participando de sua composição e contribuindo na delimitação da agenda de prioridades políticas.

E nos estados e municípios temos cada vez mais nos consolidado cm referência na organização e desdobramentos da luta contra o racismo, feminicídio, Lgbtfofia, genocídio da juventude negra e todo o desmonte que o país vem sofrendo.

Assim encerramos o ano de 2019 com muita responsabilidade de continuar construindo a luta de resistência em 2020 e consoante com as discussões e deliberações dos dois últimos congressos nacionais da entidade vamos batalhar para resgatar a democracia, fortalecer a resistência às medidas autoritárias e de retiradas de direitos e nos jogaremos de cabeça no processo eleitoral de 2020 buscando contribuir na construção de cidades mais justas e humanas bem como no gigante desafio de promover mais negras e negros nos espaços de poder!

Juventude.br - Intelectuais como o Professor Kabengele Munanga ao mesmo tempo em que desmistificam a “democracia racial brasileira” argumentam a favor de uma perspectiva ampla de enfrentamento ao racismo afirmando que “É preciso unir as lutas, sem abrir mão das especificidades” Como você avalia essa questão de unificar as diferentes lutas, em meio a crescente fragmentação das pautas vinculadas identidades sociais?

O racismo não é uma página virada de nossa história. Infelizmente. O racismo não acaba com a abolição formal da escravidão, em 13 de maio de 1888. Embora o Brasil enquanto Estado nacional tenha sempre se esforçado para contar a história que vivemos numa democracia racial, num país com oportunidades igualitárias para as pessoas de diferentes grupos raciais, o Movimento Negro sempre contrapôs essa mitificação denunciando a persistência do racismo e sua influência no acesso a direitos e a oportunidades.

O racismo é uma marca constitutiva da formação histórica, social, econômica e cultural do Brasil. Em todos os setores da vida social ele se faz presente, subalternizando a população negra e oferecendo privilégios à elite branca do nosso País. É isto que falamos todos os dias quando cobramos a responsabilidade do Estado na implementação de medidas reparatórias que de fato promovam a equidade. Por isto defendemos a importância de afirmações como esta do Prof Kabengele que coaduna com as posições políticas de ativistas e intelectuais do movimento negro que afirmam a impossibilidade de se buscar a superação das históricas desigualdades sociais brasileiras sem ter ações direcionadas a enfrentar os efeitos do racismo e do sexismo entre a população negra e as mulheres. E não se trata apenas do reducionismo e esvaziamento do termo “políticas identitárias”, mas antes do reconhecimento dos múltiplos sistemas de dominação que se entrelaçam num país colonizado por Portugal, que viveu quase 400 anos sob a égide da escravidão, do patriarcado, que nunca promoveu nenhum processo de reversão dos efeitos deste processo e gestou um capitalismo à brasileira permanentemente retroalimentado pelo racismo, machismo e misoginia. Sem compreender isto, podemos estar falando de qualquer outro país, menos do Brasil.

A UNEGRO foi fundada em 14 de junho de 1988 em Salvador, no estado da Bahia, e hoje está presente em 22 estados brasileiros. Em toda a sua trajetória de lutas, de 31 anos, nosso DNA tem sido a denúncia do racismo, em todas as suas formas de manifestação, a solidariedade com os povos oprimidos de todo o mundo, a luta contra a intolerância religiosa e o racismo religioso, a defesa dos valores e da cultura negra. Então, ao longo de nossa história, sempre temos feito a denúncia e também atuado na perspectiva da organização da população negra, para a denúncia do racismo e para a exigência de seus direitos. Nós fomos fundados no âmbito da crítica que o movimento negro fez ao centenário da abolição, até então comemorado oficialmente pelo Estado, pela sociedade e pela mídia e por um amplo conjunto de instituições. Porque se contou durante muito tempo no Brasil que nós vivíamos em uma democracia racial. E que o Brasil seria exatamente, aos olhos do mundo, o exemplo desta perfeita integração, onde indígenas, negras e negros, brancos e brancas viviam em aparente harmonia, em aparente igualdade. E a UNEGRO vem atuando em

coalizão, aliança, com outros movimentos da luta contra o racismo, justamente para desconstruir esta ideia, esta mitificação da realidade brasileira – e para descortinar a realidade dos dados, a realidade vivenciada pela população negra, que é a maioria da classe trabalhadora, maioria dos desempregados e das desempregadas, maioria dos que estão na informalidade, maioria daqueles e daquelas que estão mais vulneráveis às situações de violência. A nossa marcha continua, ao longo destes 31 anos, tem sido, por um lado, fazer a denúncia e, por outro lado, organizar o povo para fazer as denúncias e exigir seus direitos. Nos períodos democráticos que vivemos, também participar das conquistas, da conquista da criminalização do racismo com a criação da Lei Caó, que completa 30 anos neste ano de 2019. Participar da criação da Fundação Cultural Palmares, primeiro órgão do governo federal a tratar das demandas da população negra, no caso da cultura negra. Lutar para conquistar o primeiro Ministério de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, que foi em 2003, com a criação da SEPPIR (Secretaria de Políticas Públicas pela Igualdade Racial). Lutar para conquistar a lei de cotas nacional, de cotas na educação superior pública brasileira, a reserva de vagas para estudantes negras e negros no ensino superior. Lutar para conquistar o Estatuto da Igualdade Racial, no ano de 2010. Também este Estatuto, instrumento de extrema importância, poderosíssimo, no sentido de assegurar os direitos negados há mais de 500 anos à população negra. Lutar para conquistar – e a Unegro faz parte desta conquista – a Lei de Cotas nos concursos públicos. Então, nestas três décadas, 31 anos recém completados, a Unegro tem uma longa folha de serviços prestados à população negra, à população brasileira como um todo. Nós costumamos dizer que a atribuição – o compromisso – de lutar contra o racismo não pode ser exclusivo da população negra, porque interessa a todos aqueles e aquelas que são partidários de um mundo, de uma concepção de mundo, concepção de país, onde reine a justiça social, a liberdade, a fraternidade, a igualdade, que o respeito à diversidade seja um princípio. Lutar também contra o racismo, ombro a ombro, ao lado da população negra. É isto que a gente tem feito. São estas as conquistas que a gente contabiliza. E neste momento de agravamento da situação política nacional desde o golpe de 2016 e com o advento do governo Bolsonaro, que representa uma extrema-direita ultraliberal, ultramachista, ultrarracista, ultralgbtífóbica, absolutamente entrequista, que tem desprezo pelo povo brasileiro, a nossa tarefa ganha ainda mais relevância.

A UNEGRO e você tem defendido a formação de uma ampla frente política em defesa da democracia. Qual é a importância de se construir essa e quais iniciativas estão sen-

do tomadas para sua efetivação?

A Unegro trabalha, a partir de frentes políticas. Não acreditamos em protagonismo isolado ou nenhum tipo de heroísmo de qualquer pessoa, liderança ou entidade. Trabalhamos por meio de frentes visando acumular forças, trazer mais entidades para esta luta. Desde a nossa fundação, temos contribuído. Participamos da construção do Coletivo de Combate ao Racismo da CUT, mais tarde também do Coletivo de Combate ao Racismo da CTB. Temos atuado por meio de Frentes Amplas, na Frente Brasil Popular, na Frente Povo Sem Medo, na Convergência Negra, na Coalizão Negra por Direitos. Esse é um princípio que a Unegro tem. Lá atrás, em 1991, fomos protagonistas de fundação da Conen, que é a Coordenação Nacional de Entidades Negras, um fórum do movimento negro para gente articular ações e proposições na direção de um Brasil livre do racismo. E fazemos interlocução diariamente com os outros segmentos da sociedade. Temos uma interlocução muito ampla com as universidades públicas, com universidades privadas. Temos núcleos da Unegro em funcionamento nestas universidades. Temos relações diretas com reitorias progressistas e comprometidas com esta agenda antirracismo, com Pró-Reitorias de Ações Afirmativas. Participamos da formulação e desenho de seus programas, das suas atividades de formação. Influenciamos as universidades de forma que os currículos delas sejam alterados de modo a compreender também a contribuição da população negra. Fazemos articulação com movimento sindical, movimento de mulheres, com movimento cultural, com movimento de juventude, com movimento estudantil. Estivemos presentes em todos os encontros nacionais da UNE, de Estudante Negros/as e Cotistas, o Enu-ne, de todos os Encontros Nacionais de Mulheres, nos dois encontros nacionais de mulheres e também do encontro de estudantes negros da Ubes. Temos feito, assim, a nossa parte no ponto de vista de agregar, de congregar e de disputar também consciências nesses segmentos, que são segmentos avançados da sociedade brasileira. Temos feito, também, interlocução com o meio religioso, com o movimento negro evangélico progressista, com igrejas progressistas, como igrejas batistas, metodistas e outras. Temos também interlocução com as pastorais populares da igreja católica, além é lógico da relação histórica e ancestral com os terreiros de candomblé e demais religiões de matriz africana. Então a gente vem fazendo ao longo dos nossos 31 anos uma articulação de forma muito ampla. A gente sabe que não basta congregar somente aqueles que partilham do mesmo ponto de vista que a gente. É urgente agregar

mais pessoas a esta luta. Somos 207 milhões de brasileiros e brasileiras, sendo 54% de população negra. E maioria ainda não está organizada, sob o ponto de vista de nenhuma luta social, de nenhuma luta coletiva, de nenhuma luta por dias melhores. Então temos buscado fazer estas articulações, priorizando a realização de muitas atividades públicas, em estações de transbordo, de metrô, de ônibus, em praças públicas, em escolas públicas. Temos buscado fazer aulas públicas em praças, ocupar estes espaços, dialogar com a população. Continuar realizando nossas marchas e as demais atividades que favorecem



Pedro Gorki

PRESIDENTE DA UBES (UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS), PARA A 18ª EDIÇÃO DA REVISTA JUVENTUDE.BR DO CENTRO DE ESTUDOS E MEMÓRIA DA JUVENTUDE (CEMJ).



1. Como você começou sua participação no movimento estudantil?

Eu conheci o ME mais fortemente quando tinha 12 anos, em meio às manifestações de 2013, e eu organizava o pessoal da minha escola para participar dos atos, ia em todas as manifestações quando começaram, contra o aumento da tarifa. E naquele momento eu percebi que não era só a minha escola que precisava ser mudada. Eu conheci outras realidades, outros estudantes que passavam por coisas até bem pior do que eu passava na minha escola, e eu percebi que a gente tinha que se unir para mudar isso. Depois, em 2015, já atuando no movimento estudantil, fui indi-

cado vice UBES no meu estado, representante da UBES no Rio Grande do Norte. Naquele momento a gente liderou, em 2016, as ocupações no estado. Foram mais de 40 ocupações, 11 Institutos Federais e a ocupação da Secretaria Estadual de Educação, onde a gente conseguiu sair de lá com uma reunião com o governador, trazendo várias vitórias para o movimento Estudantil, para as ocupações, como reforma de escolas, anistia para os estudantes. E logo depois desse movimento das ocupações, que eu fui um dos articuladores no Rio Grande do Norte, eu fui eleito presidente da UMES Natal, União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas. Eu já era, nessa época do grêmio estudantil da Escola Freinet, no outro ano fui para o Grêmio Estudantil do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, campus Cidade Alta, onde eu

também estudei. E na UMES e no Grêmio fiquei na construção das bases em Natal, nas construções das greves gerais, na luta contra o governo Michel Temer. E depois, em 2017, fui eleito para ser presidente da UBES, o segundo potiguar da história da UBES a presidir essa entidade. Então essa é um pouco da minha história, da minha atuação no Movimento Estudantil. E agora que eu passei para a UFRN, no curso de pedagogia, minha intenção é, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, continuar articulando os estudantes para defender nossos sonhos e nossos direitos.

2. Qual é o papel dos movimentos juvenis no atual quadro político do país?

A juventude tem um papel imprescindível na mudança dessa conjuntura que a gente passa hoje no país. Desde que o Brasil é Brasil, ser jovem significa ser transformador, a juventude sempre foi a parcela da população brasileira mais disposta e mais mobilizada para a luta política pela transformação, pela liberdade, pela democracia, pela educação, pelos direitos. E, nesse momento, ser jovem no Brasil significa ser a construção da esperança do nosso povo, de a gente trocar o fascismo e o ódio que governam hoje no nosso país pelo amor, pela esperança, pela perspectiva, pelo futuro. Eu acho que esse é o papel da juventude hoje, ser a parte disposta, a parte mobilizada, para organizar essa nossa resistência e construir uma alternativa política e social para essa nossa nação

3. Como é ser um jovem negro no Brasil?

Ser jovem negro no Brasil é um desafio dia após dia, de sobrevivência. Seja pela criminalização da polícia, seja pelo julgamento da sociedade, seja pelo preconceito dos empregadores, seja pelo desafio que é transitar na rua livremente. Mas eu acredito que ser negro no Brasil, assim como é ser jovem, como falei na outra pergunta, é sinônimo de resistência, é sinônimo de resiliência e também sinônimo cotidiano da busca por felicidade. Porque eu acho que, frente a tantos desafios que o povo preto brasileiro tem, de desemprego, de desalento, de abandono, de ataque à sua autoestima, de ataque à sua educação, que é um desafio histórico, na verdade, o que faz manter a gente de pé é a esperança de que a gente vai transformar esse Brasil e fazer com que nele caiba todo o povo brasileiro, independentemente de cor, de crença, de credo, de gênero, de sexualidade, que caiba todo o povo brasileiro de verdade. Eu acho que essa nossa esperança que é a gasolina da nossa luta.

4. Quais foram as principais lutas da UBES nos últimos anos?

Acredito que o papel da UBES tem sido permitir a gente sonhar. Sonhar com uma escola de qualidade, sonhar com a universidade, sonhar com uma sociedade que nos respeite e inclua, pois é isso que querem tirar da juventude: o direito de sonhar, de pensar, de ter opinião, de ajudar a construir o país. Foram muitas lutas travadas nos últimos anos, principalmente pelo financiamento e respeito à educação pública. Tudo isso para dizer que precisamos do caminho do livro, do respeito e do conhecimento, não das armas, da violência e intolerância. Isso ficou bem claro nos atos gigantes contra cortes de verba em maio de 2019, mas não só. São lutas constantes nossas em cada município e em Brasília: pelo Fundeb, contra o teto de gastos, contra a censura da Lei da Mordaza. Resumindo, somos a pedra no sapato dos governos que só nos veem como gasto, como futura mão de obra barata e desqualificada.

5. O que é o congresso da UBES?

Bom, é um verdadeiro caldeirão, o momento mais esperado pelos secundaristas. É quando milhares de estudantes de todos os cantos do Brasil se encontram para trocar experiências, conversar com especialistas e construir a UBES, de fato. No último dia fazemos uma Plenária Final de onde são tirados, democraticamente, os rumos da entidade para os anos seguintes. Também é eleita a nova diretoria da UBES.

6. Qual será a importância deste congresso na atual conjuntura?

Esse CONUBES vai marcar a postura dos secundaristas diante de todos os desrespeitos e absurdos que a escola e a universidade estão sofrendo. Além de retirar verba da educação, o presidente e seus ministros não cansam de di-

zer que educação não importa, que pensar não importa. Por um lado, isso também tem nos unido muito. Espero que esse seja um CONUBES gigante, que coroe toda essa união pela resistência e pela força da juventude.

7. Como o estudante pode participar do Congresso?

Qualquer secundarista do Brasil pode participar. É possível ir como delegado, ou seja, representando sua escola nas votações. Por isso o processo eleitoral do CONUBES já começa em cada eleição de ensino, com a escolha dos delegados. Fora isso, quem não for votar também pode participar de todas as atividades do congresso, mesas, debates, shows, culturais... É só fazer a inscrição e ir como observador.

8. Como a juventude pode participar da vida política do país?

Isso começa em cada escola, em cada grêmio, em cada entidade municipal e estadual. A partir do nosso cotidiano, vamos entendendo como leis, políticas públicas e diversas decisões nos atingem. Se cada jovem luta para ser o que quiser, amar quem quiser, dizer o que quiser... Podemos dizer que isso já é participar da vida política. É por isso que projetos como Escola Sem Partido ou a militarização de escolas querem acabar com grêmios, com organização estudantil, com diversidade dentro da escola. Porque não querem que a gente participe.

Claro que, além de democracia, também é essencial que todos tenham as condições básicas asseguradas pela Constituição Federal: uma escola de qualidade, estrutura para se informar, para estudar, para ir e voltar da escola, condições de lazer, de alimentação. Também lutamos por tudo isso.



● PÓS-GRADUANDO,
o direito a meia entrada também é seu!



WWW.DOCUMENTODOESTUDANTE.COM.BR

COM O DOCUMENTO DO ESTUDANTE, GARANTIMOS TAMBÉM QUE A ANPG E A REDE DO MOVIMENTO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS CONTINUEM CONQUISTANDO OUTROS DIREITOS PARA VOCÊ, COMO JÁ FOI CONQUISTADO:

LICENÇA MATERNIDADE PARA AS PÓS GRADUANDAS
AÇÕES AFIRMATIVAS NA GRADUAÇÃO E PÓS
PASSE LIVRE E MEIA ENTRADA

ANPG
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUANDOS





EU DEFENDO

A EDUCAÇÃO



Acesse e garanta seu Documento Nacional do Estudante. Além de fortalecer as entidades estudantis, você garante seu direito à meia-entrada.